

Amanhã, Função Pública em

GREVE

Manipulações de Braga de Macedo não param a luta

Noticiário
na pág. 3

• Artigo de
Luís Sá
na pág. 18

• Editorial

Um ano depois do massacre de Díli



Entrevista com
Abílio de Araújo

“Vamos continuar a lutar”

Págs. 16 e 17

O sonho de Outubro

Págs. 22 e 23



congresso
ALMADA 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992

PCP

O Partido de que Portugal precisa

— Sessões com
Álvaro Cunhal
e Carlos Carvalhas

Págs. 6 e 7



Ventos de discórdia na Comunidade Europeia

Pág. 21



EDITORIAL

Em vez de remodelação afastamento e substituição

A

greve nacional da Administração Pública, de amanhã, 13 de Novembro, as manifestações já marcadas para 18 e 19 de Novembro, todo o caudal das lutas em curso e o

descontentamento de vastíssimos sectores é que evidenciam o ridículo significado da pequena remodelação governamental há dias anunciada.

A questão não está, no entanto, na extensão ou profundidade da remodelação que na opinião de alguns que consideram que «o Governo está cansado» deveria ser drástica e abarcar vários ministros e ministérios.

O que se torna, realmente, uma objectiva exigência nacional é o afastamento e substituição do próprio Governo do PSD e da sua política que são contrários aos interesses do nosso povo e do nosso país, como a presente situação amplamente comprova.

Com efeito, ao cabo de sete anos de governos de Cavaco Silva, cinco dos quais em maioria absoluta, em vez do anunciado «milagre», da prometida «democracia do sucesso» ou do propagandeado «oásis», Portugal e os portugueses debatem-se numa grave situação.

Aí temos no plano económico o espectro da recessão que já atinge a agricultura e as pescas e vários sectores industriais e ameaça generalizar-se. Aí temos uma política orçamental que agrava esta situação recessiva e comporta cortes com graves consequências em funções do Estado decisivas para o bem-estar e progresso do País como a saúde e a educação. Aí temos uma política social onde a palavra de ordem dominante é a de baixar o poder de compra dos trabalhadores, onde é o próprio Governo a praticar e animar os despedimentos e o desemprego e as reformas e pensões são estagnadas a níveis baixíssimos. Aí temos uma situação política, onde o regime democrático tem sido progressivamente desfigurado e se desenvolvem novas perversões, designadamente, com o objectivo de liquidar mecanismos de fiscalização da acção governativa e se acentua o perigo da instauração de um regime de cariz autoritário. Aí temos uma situação de grave limitação da soberania nacional que o Tratado de Maastricht severamente agravará se chegar a entrar em vigor.

Mais do que noutros momentos, são claras as responsabilidades do PSD e dos seus governos neste quadro desastroso com que o País se confronta, designada-

mente: a sua política de reconstrução e restauração do capitalismo monopolista a que tudo tem sido sacrificado; a sua política de integração europeia inteiramente subordinada aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro e de costas para os interesses do País; o seu projecto de perpetuação como único partido do poder.

Numa situação económica, social, política e comunitária que apresenta uma especial gravidade, o PS, enleado nas malhas de Maastricht, renunciou objectivamente a uma atitude de oposição.

O que prevalece na sua actuação mais recente é a conclusão do acordo com o PSD para a revisão da

O que se torna, realmente, uma objectiva exigência nacional é o afastamento e substituição do próprio Governo do PSD e da sua política que são contrários aos interesses do nosso povo e do nosso país, como a presente situação amplamente comprova.

Constituição adaptando-a ao texto do Tratado de Maastricht e a sua aquiescência ao apelo do Primeiro-Ministro para que seja acelerado o processo de ratificação do Tratado. Neste segundo caso, trata-se de um verdadeiro frete ao Governo, tanto mais quanto os ingleses adiaram para a Primavera de 93 o seu processo de ratificação do Tratado.

O PS vai pretender propagandar que se lhe fica a dever a introdução no texto da Constituição de disposições que reforçam os poderes da Assembleia em relação à integração europeia. Não é verdade. Se a União Europeia for para a frente a perda de poder pela Assembleia é tão grande que não será compensável. Além disso, a verdade é que, como receávamos, o PS se contentou com muito pouco. Podia exigir muito mais, pois, o PSD carece dos seus votos para fazer os dois terços necessários à revisão de qualquer norma constitucional. Mas o PS aceitou uma solução fraca e que ainda por cima fica

dependente de uma lei que o PSD pode votar sozinho. Decididamente o PS não quer fazer ondas de oposição.

Além de tudo isto importa também salientar que na presente situação de intensa luta contra a política económica e social do Governo, o envolvimento do PS nesta teia de acordos com o PSD, não favorece a movimentação social contra a política do Governo, mas favorece o Governo. Tal é apreciação que, estamos seguros, não escapará aos olhos das massas, especialmente, dos apoiantes e eleitores socialistas.

Apesar de todas as dificuldades criadas pelos adversários e pelos falsos amigos a luta popular está em pleno desenvolvimento. É necessário, porém, que a dinâmica em curso se reforce e amplie. Se o aumento provocatório que quer impor à função pública for por diante, o Governo fará dele uma referência para todos os outros sectores. Se o governo conseguir impor os seus objectivos com a discriminatória lei dos disponíveis, fará dela um modelo para toda a vida nacional. Assegurar o sucesso da greve de 13 de Novembro e das manifestações de 18 e 19 de Novembro, é, pois, o imperativo que vale para todos os trabalhadores e para todos os democratas.

Reveste igualmente um carácter imperativo a solidariedade internacionalista suscitada por duas datas que ocorrem por estes dias: o 11 de Novembro, 17º aniversário da independência de Angola; o 12 de Novembro, em que se completa um ano sobre o massacre de Santa Cruz, em Timor.

A solidariedade activa com o povo angolano e o MPLA torna-se especialmente necessária num momento em que, após as duas derrotas da UNITA, a eleitoral e a da tentativa de golpe de Estado, recrudescer no plano internacional e no nosso próprio país a conspiração e a intriga contra a independência de Angola e a vontade soberana do seu povo.

A solidariedade activa com o povo de Timor-Leste é uma exigência inadiável em face da repressão terrorista perpetrada pelas forças de ocupação indonésia e da inoperância e equívoca actuação da diplomacia portuguesa sob comando do PSD. A indomável coragem dos timorenses de Leste patenteada em acções como a de há um ano atrás são uma indicação segura que nada os deterá na luta pela autodeterminação e a independência.



Em todo o País realizam-se debates sobre os documentos propostos para o Congresso do PCP

RESUMO

4 Quarta-feira

Na abertura do ano lectivo no Instituto de Altos Estudos Militares o ministro Fernando Nogueira ouve do coronel Jorge Silvério a exigência, aplaudida pelos oficiais presentes, de mais investimentos no reequipamento das Forças Armadas ■ Agricultores de Castelo Branco, num encontro distrital, denunciam sucessivas quebras de rendimentos que os estão a levar à falência ■ Os trabalhadores da SMP decidem, em plenário, entrar em greve nos dias 12 e 13 ■ Reabre as portas a Universidade de Aveiro, encerrada pelos estudantes há uma semana como protesto contra o aumento das propinas ■ Em discurso difundido ontem à noite na televisão, José Eduardo dos Santos acusa a Unita de ter pretendido fazer um golpe de Estado em Angola ■ Os EUA pedem autorização ao Conselho Geral do GATT para aplicar medidas de retaliação económica contra a CE, após desacordo nas negociações quanto aos subsídios para produção de oleaginosas ■ Por uma diferença de 3 votos, a Câmara dos Comuns decide que o Reino Unido deve ratificar o Tratado de Maastricht; o «sim» vence igualmente no parlamento belga.

5 Quinta-feira

É anunciada a nomeação de Deus Pinheiro para comissário europeu e a sua substituição no MNE por Durão Barroso ■ Álvaro Cunhal participa em Vila Franca de Xira num encontro de quadros do PCP dos concelhos do Norte do distrito de Lisboa ■ Num seminário em Lisboa o representante do GETAP/Ministério da Educação revela que 70% da população activa portuguesa tem menos de seis anos de escolaridade ■ O Conselho do Sul da Ordem dos Médicos manifesta o seu apoio à greve convocada pelos internos gerais para dia 11 ■ A ONU informa que os seus delegados em Angola vão organizar encontros entre o Governo e a Unita.

6 Sexta-feira

O Grupo Parlamentar do PS aprova a revisão constitucional negociada com o PSD ■ FNAM e SIM confirmam a greve dos médicos convocada para dias 13, 19 e 20 ■ Os estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa entram em greve contra o aumento das propinas ■ Metade do preço das habitações reverte para impostos, mas só 10% dos 230 milhões de contos que o Estado assim arrecada são investidos nesta área, acusa o presidente da Fenache ■ Um estudo divulgado em Londres revela que os portugueses têm os mais longos horários de trabalho da Europa.

7 Sábado

Carlos Carvalhas intervém num plenário distrital de militantes do Partido em Lisboa ■ O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses declara o seu apoio à greve de dia 13 ■ Os resultados do referendo de quinta-feira mostram que os estudantes da FCT da Universidade Nova de Lisboa recusam o aumento das propinas ■ Os militantes do CDS pronunciam-se

contra o Tratado de Maastricht através de um referendo realizado naquele partido ■ Os ministros do Comércio da CE decidem não aplicar medidas de retaliação contra as sanções económicas aplicadas pelos EUA a vários produtos europeus ■ Centenas de milhares de manifestantes enchem as ruas de Berlim, em protesto contra o racismo ■ Na Rússia, o 75º aniversário da Revolução de Outubro é assinalado por manifestações em Moscovo contra a política de Boris Ieltsin.

8 Domingo

Violentos combates entre forças sérvias e croato-muçulmanas prosseguem na Bósnia-Herzegovina ■ Os social-democratas noruegueses aprovam uma resolução em que sugerem ao Governo que apresente o pedido de adesão da Noruega à CE ■ A Colômbia decreta o estado de emergência para enfrentar uma violenta ofensiva da guerrilha que causou pelo menos 50 mortos ■ Vários jornalistas são agredidos por militantes de extrema-direita francesa, durante as comemorações do vigésimo aniversário da Frente Nacional de Le Pen.

9 Segunda-feira

Cavaco Silva procede a uma remodelação governamental nomeando um novo ministro dos Negócios Estrangeiros e substituindo quatro secretários e dois subsecretários de Estado ■ Freitas do Amaral e Luís Beirão demitem-se do CDS ■ O Governo português solicita às autoridades japonesas que o navio «Akatsuki Maru» se abstenha de passar na Zona Económica Exclusiva ■ O presidente russo Boris Ieltsin inicia em Londres a sua primeira visita oficial à Grã-Bretanha ■ Jacques Delors propõe um aumento de 50 por cento do Fundo de Coesão Europeia destinado aos quatro países mais pobres da CEE ■ O terceiro aniversário da queda do Muro de Berlim é assinalado concedendo o título de cidadão honorário a Mikhail Gorbachov, Ronald Reagan e ao chanceler Helmut Kohl.

10 Terça-feira

Ficam concluídos os trabalhos de Revisão Constitucional depois do acordo entre o PS e o PSD ■ Militantes de «Os Verdes» lançam no Terreiro do Paço, em Lisboa, mil balões de cor branca para sensibilizar a opinião pública contra a viagem do navio japonês carregado com Plutónio, que partiu de França com destino ao Japão, passando perto da Zona Económica Exclusiva de Portugal ■ Populares cortam a Estrada Nacional nº. 1 em Benedita (Alcobaça) em protesto contra a falta de segurança num cruzamento que provocou já a morte de 250 pessoas ■ A Comissão Europeia condiciona um acordo entre a Comunidade e os Estados Unidos nas negociações do GATT ao respeito da reforma da Política Agrícola Comum ■ Um avião português desloca-se pela primeira vez às cidades angolanas de Huambo e Namibe para recolher portugueses que desejem abandonar Angola ■ O primeiro-ministro britânico, John Major, anuncia a abertura de um inquérito sobre exportações ilegais para o Iraque de material possível de ser utilizado para fins militares.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIREÇÃO E REDACÇÃO: Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22, Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE'S Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Gufões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

TRABALHADORES

Continua marcada para amanhã a greve na Administração Pública

Sindicatos acusam as Finanças de manipular os números da massa salarial

Mantinha-se, ao princípio da tarde de anteontem, marcada para amanhã, dia 13, a greve nacional de 24 horas na Administração Pública. Com a adesão dos professores, incluindo os do ensino superior, a forma de luta tinha alcançado larga convergência após três reuniões de negociação e dois comunicados do Ministério das Finanças. Incompreensivelmente, Braga de Macedo tentava explicar que a proposta governamental de aumentos de 4,5 e 5,5 por cento representariam 9 por cento a mais na massa salarial global para o próximo ano. As comissões sindicais, a CGTP-IN e a UGT recusaram com alguma veemência a «explicação» do ministro e não desconvocaram a greve.

Os sindicatos e a generalidade dos observadores consideraram a tentativa de

descongelamento e aposentações, promoções e mudanças de escalão um cálculo de

nam a lançar a confusão entre os trabalhadores da Função Pública nas vésperas de uma greve nacional.

O que está na verdade em discussão são os aumentos salariais para 1993. Trata-se de uma actualização salarial e não da soma de regalias de matriz diferente, como se torna claro na «explicação» ministerial, que pode ser encarada como uma tentativa para afastar alguns trabalhadores menos atentos da participação na greve.

A CGTP-IN acusou Braga de Macedo de «manipulação escandalosa». A UGT, segundo declarações públicas de Torres Couto, frisou que o ministro «ou está a brincar ou está a fazer dos sindicatos e dos sindicalistas gente parva». Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, salientou que com «explicações» desse tipo, qualquer dia «vemos o senhor ministro a tentar convencer o País de que a inflação vai ser de zero por cento». Para Carvalho da Silva, «não é com estas explicações que o ministro vai demover os sindicatos de fazerem a greve».

A paralisação é convocada pelas duas frentes sindicais

da Administração Pública, Fesap/UGT e Plataforma Reivindicativa, que inclui sindicatos da CGTP-IN, e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE).

Todas estas organizações sindicais foram unânimes na recusa da «manipulação dos números» por parte do ministro. Carvalho da Silva especificou que, como em 1993 «não está previsto o aumento do emprego na Administração Pública» e como foi o próprio Governo a informar que «os efeitos do novo sistema retributivo

da Função Pública em 1993 vão ter efeitos residuais, como pode o ministro chegar à conclusão que o aumento da massa salarial vai ser de nove por cento?»

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) dirigia-se entretanto à população apoiando a greve de amanhã. Num comunicado distribuído sexta-feira a direcção do SPGL afirma nomeadamente:

«Sabemos que há menos 32 milhões de contos nas rubricas relativas ao funcionamento das escolas, o que

irá provocar despedimentos de professores e agravamento das carências dos estabelecimentos de ensino.

«Sabemos que há menos 2,2 milhões de contos nas verbas relativas ao investimento, o que agravará a situação da renovação e aquisição de equipamento e conservação das instalações.

«Sabemos que para o ensino superior haverá em 1993 menos 3,5 milhões de contos».

Na Saúde como na Educação são previsíveis fortes adesões à greve de amanhã.

Maquinistas desconvocam

O Sindicato Nacional dos Maquinistas Portugueses acabou por desconvocar, horas antes do seu início, a greve de três dias que anunciara a semana passada. A greve deveria começar às zero horas e um minuto de ontem, 11, e coincidiria em parte com a da Administração Pública. O Sindicato afirma que a gerência da CP se dispôs a negociar.

«somar» o aumento proposto para a tabela salarial, com

valores que não podem ser somados, mas que se desti-

Sindicatos contra Maastricht

Como já tinha sucedido com a Federação sindical do sector, o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto manifestou-se quinta-feira contra Maastricht e reclamou a realização de um referendo acerca do Tratado.

No mesmo sentido, pronunciaram-se o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte e o SIESI, organização sindical do mesmo ramo para o Sul e Ilhas.

Os corpos gerentes dos Metalúrgicos do Porto endereçaram ao presidente da Assembleia da República, aos grupos parlamentares e aos órgãos da comunicação social uma decisão aprovada naquele dia e segundo a qual:

• Responsabilizam «o PSD e o PS pela ausência de um verdadeiro, amplo e plural esclarecimento sobre o Tratado de Maastricht e as suas consequências económicas, sociais e políticas para Portugal e para o próprio regime democrático»;

• Reclamam «um referendo sobre o Tratado de Maastricht, para que os portugueses se pronunciem democraticamente sobre a ratificação» por parte de Portugal;

• Exigem da Assembleia da República «a paragem imediata do processo de revisão da Constituição da República Portuguesa, até que se realize aquele esclareci-

mento público» e seja aprovada «a vontade popular que resulte do referido referendo»;

• Levam aos trabalhadores que representam «estas posições, o esclarecimento e o debate das consequências económicas, sociais e políticas do Tratado de Maastricht, mobilizando-os para a sua recusa ao Tratado».

Num Encontro Nacional sobre o mesmo assunto, efectuado em 2 do corrente em Almada,

a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal apresentou um muito documentado texto de apoio, incluindo «extractos da plataforma de acção da CGTP-IN (VI Congresso)», bem como outros documentos que entendem contrários à ratificação, designadamente extractos da sua própria plataforma de acção aprovada no V Congresso.

Quanto ao STIEN e ao SIESI, destacamos a seguinte apreciação do primeiro desses sindicatos:

«Insólita e injusta, a política do actual Governo defende os interesses dos mais poderosos detentores de riqueza, promove-lhes iniciativas, elogia-lhes os feitos,

atribui-lhes fundos estruturais, concede-lhes leis laborais favoráveis e lembra-lhes que a competitividade das empresas depende da contenção salarial, como se Maastricht fosse a solução única, a verdade das verdades universais».

CGTP vai formalizar pedido de adesão à CES

Num encontro com jornalistas convocado para dar a conhecer as ideias e objectivos do próximo congresso da central, Carvalho da Silva anunciou que no dia 24 de Novembro a CGTP-IN vai solicitar formalmente a sua filiação na Confederação Europeia de Sindicatos.

Naquela data, uma delegação da Intersindical Nacional vai encontrar-se em Bruxelas com o secretário-geral da CES, a quem será entregue o pedido formal. Este passo é dado, como referiu o coordenador da Inter, no quadro definido pela central e onde uma das condições era as organizações da CES aceitarem a adesão da CGTP-IN (a que se tem oposto a UGT). Os dirigentes da CGTP prevêm que a decisão da CES sobre o pedido da confederação portuguesa seja conhecida em Março.

Ideias para o 7.º Congresso

No encontro com a imprensa, que decorreu na semana passada num restaurante de Lisboa, foram divulgadas as grandes linhas até agora definidas para o próximo congresso da CGTP-IN, marcado para 4, 5

e 6 de Março de 1993, nas instalações da Feira Internacional de Lisboa.

Até ao Natal — informou Carvalho da Silva, que estava acompanhado por Manuel Lopes, José Ernesto Cartaxo e Jerónimo Rodrigues — deverão estar prontos os projectos dos documentos para discussão nas estruturas sindicais. Além de algumas alterações pontuais dos Estatutos e de um relatório onde é analisada a situação nacional e internacional e a actividade da central desde o 6.º Congresso, serão ainda elaborados pela direcção da Intersindical Nacional um Programa de Acção para 1993/96 e uma Declaração de Princípios.

Este último documento, de acordo com as decisões dos órgãos dirigentes da CGTP, deverá substituir o Programa estratégico aprovado no 5.º Congresso, em Maio de 1986. Sublinhando que a desactualização do Programa em vigor não se situa nos valores e princípios

os fundamentais desde sempre defendidos pela CGTP, Carvalho da Silva adiantou que a Declaração será constituída por quatro capítulos, que abrangem os grandes temas em discussão:

— o enquadramento político, económico, social e cultural que caracterizou o desenvolvimento da situação nacional e internacional desde o último congresso (realizado de 17 a 20 de Maio de 1989);

— a afirmação dos valores do sindicalismo e dos sindicatos como instrumento indispensável nas sociedades democráticas;

— as componentes de um Portugal democrático, desenvolvido e soberano (onde se incluem as propostas da CGTP para a acção reivindicativa e a melhoria da qualidade de vida e de trabalho);

— as questões comunitárias;

— as questões de organização da CGTP-IN.



TRABALHADORES

Insegurança, descontentamento e falta de diálogo em grandes empresas

Mais um sindicato da CP na via da greve

Movimentação sindical na EDP, ex-Quimigal, Efacec, EFFAS, STCP, SMP, Plasquisa e Prequel foram para a greve

Depois de decidida uma greve de três dias pelo Sindicato dos Maquinistas, uma outra organização sindical, o SIFA, acaba de anunciar também a hipótese de parar na CP. Entre a movimentação sindical noutras empresas destaca-se a EDP. O conselho de administração desta empresa pública é acusado pelo STIEN (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte) de «diversas violações» relativamente aos direitos do pessoal e dos consumidores.

Quanto a estes últimos, segundo o STIEN, «é inconcebível» que o conselho de administração da EDP «pretenda criar a artificial imagem de um mau serviço público».

Como prova disso, a direcção sindical especifica em comunicado recente que na EDP se procede ao «encerramento de delega-

«proporcionar, através do descrédito, a sua privatização».

O mesmo Sindicato acusa o conselho de administração da EDP de procedimentos que considera incorrectos na facturação do fornecimento de energia e, quanto aos direitos dos trabalhadores, acrescenta que o CA «não cumpre as disposições do

Na CP, o Sindicato Independente dos Ferroviários e Afins (SIFA) afirma que irá para a greve em 27 deste mês, se a administração não der esta semana uma resposta satisfatória às suas reivindicações. Além da negociação do regulamento de carreiras, que já levou os maquinistas a anunciar uma paralisação de três dias, coincidindo em parte com a greve da Função Pública, o SIFA exige, segundo a Lusa, a redução do horário de trabalho de 44 para 40 horas semanais e protesta contra os despedimentos na empresa, através da criação de um quadro de excedentes.

A CP emprega 21 mil trabalhadores.

grupo, que «continua a constituir um factor muito enco-rajador».

Comentando esta reviravolta da Efacec no sentido das dificuldades, o STIEN afirma que, «em pouco mais de quinze dias, passou a ser tudo ao contrário». A administração da Efacec «fala de concorrência disto e daquilo, de excesso da oferta sobre a procura, da perda de competitividade, das indústrias do Pacífico, e até da valorização do pobre escudo, como se fosse possível justificar o injustificável despedimento de 27 trabalhadores tão contraditória e hipocritamente».

Acções de greve era entretanto desenvolvidas na Prequel, na SMP e na Plasquisa.

A SMP é uma empresa da Marconi com cerca de 150 trabalhadores. Com sede em Cascais, esta fábrica de semicondutores e electrónica pretende efectuar também um despedimento colectivo. Na Prequel, a greve foi desencadeada por tempo indeterminado por a empresa recusar a negociação de um caderno reivindicativo. Na Plasquisa, os trabalhadores foram para a greve por não ter havido actualização salarial este ano, e devido à recusa de negociações directas.

Há ainda o caso dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFAS). O Sindicato (STEFFAS) luta por «uma efectiva negociação» (salarial, nomeadamente). Não quer «apenas processos de audição, como se tem verificado».

No Serviço de Transporte Colectivo do Porto (STCP), o Sindicato de Trabalhadores Rodoviários e Urbanos do Norte (STRUN) queixa-se da «discriminação salarial de que estão a ser alvo os sócios do STRUN e outros trabalhadores da empresa, como punição» por terem optado pela filiação no Sindicato.

No STCP está a decorrer um processo de privatização.

Na Efacec-Motores Eléctricos, os administradores pretendem efectuar um despedimento colectivo de 27 trabalhadores. Segundo o STIEN, a fundamentação apresentada é «ridícula, aldrabada e inaceitável». Os alegados problemas da empresa são aliás desmentidos pela própria informação do grupo publicada recentemente no «Diário de Notícias». Esse primeiro despedimento seria um «balão de ensaio» para um maior que envolveria 144 dos 2500 trabalhadores da empresa.

A Efacec, segundo declarações do próprio grupo, «obteve sucessos na exportação durante o primeiro semestre do corrente ano». O STIEN sublinha que, para «justificar» os despedimentos, a administração já não se lembra da sua «aceitação e competitividade nos mercados externos» ou da sua «notável melhoria dos resultados de exploração», como síntese das actividades do

Celeuma na Polícia

Um esclarecimento pormenorizado do projecto de reestruturação das forças de segurança foi quinta-feira exigido ao ministro da Administração Interna pela Comissão Coordenadora Permanente das Associações e Sindicatos das Forças de Segurança que, na sua primeira reunião depois de fundada em 16 de Outubro, discutiu «as profundas discrepâncias da reestruturação efectuada pelo Ministério», e chamou a atenção para «as graves repercussões que daí advêm para os profissionais dos organismos envolvidos e para a sociedade em geral».

Dias Loureiro é acusado pela Comissão de «falta de vontade de diálogo construtivo». Desde 17 de Outubro que os dirigentes sindicais aguardam resposta ao pedido de audiência que dirigiram ao ministro.

Vinte e dois subchefes da chamada superesquadra dos Olivais pediam entretanto a transferência para outros locais de trabalho. A reestruturação do Ministério tem provocado grande celeuma nas forças de segurança, designadamente na PSP e na Guarda Fiscal.

Citado pela Lusa, o ministro Dias Loureiro não atribuiu grande importância aos pedidos de transferência e disse que «não põem em causa a reestruturação agora em curso na PSP».

Novas normas do serviço doméstico

«A aproximação ao quadro normativo geral» no que respeita aos regimes de faltas ao serviço, férias e respectivo subsídio, bem como a consagração de um subsídio de Natal «não inferior a 50 por cento da parcela pecuniária da retribuição correspondente a um mês» de salário constam das novas regras da prestação do

serviço doméstico para pessoal alojado e não alojado, que passam a vigorar a partir do próximo mês de Dezembro, de acordo com o decreto-lei publicado sobre o assunto no «Diário da República», de 24 de Outubro findo. O novo diploma substitui o anterior regime legal do serviço doméstico, datado de Outubro de 1980.

Afronta aos professores

A redução das verbas para a Educação no Orçamento do Estado para o próximo ano é «uma afronta aos professores» e compromete a própria reforma educativa. Em comunicado distribuído a semana passada, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) acrescenta que essa «afronta» atinge também os trabalhadores em geral, «uma vez que aponta

para a redução dos seus salários reais», assim como «para o aumento da instabilidade profissional e de emprego». A direcção do SPGL manifesta a decisão de aderir à greve de 13 do corrente. Participará entretanto noutras manifestações de recusa dos baixos aumentos salariais propostos pelo Governo para a Função Pública.



Como neste corte da via em Braço de Prata (Dezembro de 87), os EFFAS há anos que lutam por aumentos salariais

ções» e não se responde às «solicitações dos consumidores em matéria de fornecimento de materiais, contadores, reparações de avarias, etc.».

Essa actuação dos responsáveis pela EDP tem em vista, segundo o STIEN, «ganhar mais facilmente a opinião pública» para o desmembramento da empresa e

acordo de empresa (AE) em matéria de transferências e substituições temporárias de pessoal».

Ainda nesse domínio, o STIEN afirma que os dirigentes da EDP exercem «acções psicológicas para levar ao despedimento forçado de trabalhadores pela via do despedimento por mútuo acordo».

UGT pela greve

Uma decisão de representantes de todos os sindicatos da UGT, tomada em Lisboa, segundo a Lusa, em 3 do corrente, reclama-se do exercício futuro do direito à greve sempre que for necessário, sem ter em conta as alterações recentemente introduzidas na lei. Agostinho Roseta, membro do secretariado nacional da UGT, reafirmou àquela agência que a greve é um direito fundamental dos trabalhadores. Não aceitam, por isso, que seja condicionado. «Não há qualquer cabimento para que sejam fixados pelo Governo serviços mínimos que correspondam ao serviço normal. Isso é ilegal e ilegítimo e acrescentou o mesmo dirigente e como tal não há qualquer dever de obediência». A mesma fonte refere, segundo a Lusa, que a própria Lei Geral do Trabalho diz que os trabalhadores não devem obediência a ordens ilegítimas.

Madeira Queixa a Mário Soares

Falta liberdade de imprensa e de informação na Madeira. O Sindicato dos Jornalistas, com sede em Lisboa, queixou-se em 3 do corrente ao Presidente da República. Uma delegação, chefiada pelo presidente da Direcção, entregou uma série de documentos a Mário

Soares. Um dossier idêntico tinha sido entregue um dia antes ao Provedor de Justiça. A delegação sindical disse à Lusa, através de João Mesquita, presidente do Sindicato, que a entrega dos documentos a órgãos de soberania se deve aos «gravíssimos acontecimentos durante

a última campanha eleitoral».

Como se sabe, o chefe do Governo da RAM, Alberto João Jardim, impediu o acesso de jornalistas a acções de campanha naquela Região Autónoma, e ele próprio se fez defensor dessa atitude.

EM FOCO

Cartas dos leitores



O congresso, Maastricht e a luta

As teses ao retomarem a nossa apreciação quanto ao conteúdo e significado do processo de integração Europeia e ao reafirmarem a nossa posição, revelam na minha opinião uma grande clareza política e firme posicionamento de classe, face a uma integração cuja natureza assenta na defesa dos interesses do grande capital multinacional. Ao reler nas obras escolhidas de Lenine, o artigo por si publicado no «Sotsial Demokrat» de Agosto de 1911, sobre os Estados Unidos da Europa, verifiquei quanta actualidade tem este texto. Sendo naturalmente necessário lê-lo no contexto histórico em que foi escrito, ele mantém na essência uma análise quanto ao conteúdo fundamental das aspirações do capital multinacional. É aliás sintomático que, após as duas tentativas da Alemanha capitalista (1910-1940) de esmagar e submeter pela força o mundo aos seus interesses mercantilistas e políticos, se verifique que a mesma Alemanha capitalista, apareça agora como um dos principais protagonistas do tratado de Maastricht, conquistando, assim, o espaço económico e político que não conseguiu com a guerra, criando condições de aumento da pilhagem «democrática» de povos e nações mais frágeis economicamente, para se opor aos seus principais adversários económicos — EUA e Japão.

O atrás referido artigo de Lenine combatendo os defensores do EUE-Estados Unidos da Europa (os então reformistas da época) é também bastante actual no que toca aos reformadores de hoje. O tratado de Maastricht é-nos apresentado pelos mais europeus da Europa como a solução final, única e inevitável. Alguns destes europeístas reclamaram mesmo Maastricht e já, depositando na cimeira de Birmingham a esperança da confirmação do tratado, mesmo contra a vontade dos povos.

O «nosso» conhecido Barros Moura insere-se neste conjunto de reclamantes, o que a mim não me surpreendem, pois está no lugar certo e com quem há muito queria estar. O que me entristece, é observar que em Países como a França, o movimento sindical tenha desde a primeira hora uma posição clara e frontal, contra Maastricht esclarecendo e mobilizando os trabalhadores, e no nosso país a CGTP-IN mantém uma posição ambígua, deixando um espaço aberto aos reformistas e ugétistas. Maastricht não defende os interesses dos trabalhadores

e povos, esta é a premissa com que parto e deviam partir aqueles que corporizam o movimento sindical unitário de classe e de massas:

É que Maastricht antes de ser já era e por isso os efeitos aí estão para quem quiser ver cortes orçamentais na Saúde, Ensino, Segurança Social, tentativa de contenção salarial, falências e despedimentos — tudo em nome da baixa da inflação da modernidade e da Europa. O movimento alinhado designado por plataforma de esquerda cujos dirigentes máximos são Barros Moura e José Luís Judas e que fazem política no movimento e sindicalismo na CGTP assume e assumem como líderes do movimento o apoio incondicional a Maastricht e como técnicos ou «dirigentes sindicais» aplaudem a posições ambiguas demissionistas sabendo que ao fazê-lo são contribuintes activos no lançamento da dúvida, sempre enfraquecedora da luta dos trabalhadores. Na minha opinião não é possível estar contra a política social e salarial do governo e simultaneamente apoiar Maastricht. O XIV Congresso do PCP realizando-se num quadro extraordinariamente complexo constitui pelas perspectivas que avança um acontecimento da mais alta importância na mobilização das massas trabalhadoras para a luta. É este o caminho mais sólido e mais coerente com aquilo que somos e queremos continuar a ser. É esta a postura que os

militantes comunistas eleitos democraticamente pelos trabalhadores para as CTs e Sindicatos devem assumir num esforço natural de inserção da sua opinião no colectivo mas na assunção de que ser comunista é estar com as massas esclarecê-las e mobilizá-las para a luta em defesa da nossa soberania e independência nacionais, na defesa dos seus direitos, pela melhoria das suas condições de vida, pela construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna e solidária.

João Carlos — Lisboa

Sobre o artigo 53.º dos Estatutos

Só se é Militante seguro quando se vai para o Partido, de forma sincera e convicentemente, sem temer a sua disciplina. Só com homens, mulheres desses é que pode contar o nosso Partido. Por isso, não se pode actuar por sua conta própria, mas sim dentro das ideias, objectivos e orientações definidas colectivamente. Por conseguinte, só ao compartilhar com os objectivos do Partido aprovados em Congresso; ao aceitar conscientemente as ideias contidas nas Teses, Programa e Estatutos — ao segui-los na vida, ao estar pronto a levá-las à prática, se pode ser um verdadeiro

membro do Partido Comunista Português. Para ser membro do nosso Partido deve-se pois reconhecer o seu Programa, aceitar os objectivos, as decisões e tarefas expostas e realizá-las na prática. O nosso Partido, seja qual for o seu número de militantes, é um grande Partido, é um partido com provas dadas. Portanto só deve ter nas suas fileiras, — os verdadeiros representantes dos operários, — dos trabalhadores, dos intelectuais, — dos jovens, — das mulheres, da população, — que sejam pessoas sérias que diariamente estejam juntas delas, que conheçam a realidade, — que acompanhem a vida do nosso Partido e cumpram as decisões tomadas, quer em Congresso, quer no seu organismo. Sem esta condição o nosso Partido não desempenhará o seu papel de vanguarda. Note-se que não há princípios que não sejam inalteráveis, pois tudo, quer na natureza, quer na sociedade se desenvolverá dialecticamente. O facto de se exigir dos militantes do nosso Partido, deveres é no sentido dos comunistas fazer as suas tarefas, a sua acção diária com energia e o afã revolucionário. Este princípio mesmo hoje (1992) continua a ser regra para cada verdadeiro comunista: *um dever não só estatutário, como também*

de consciência. Pois no Artigo 53.º dos Estatutos, não contém, nem deve conter o que é que o nosso Partido faz, — a todo aquele militante que violar as condições de militância. Não quero dramatizar a situação, mas estou convicto que não podemos continuar a permanecer no nosso Partido de braços cruzados e boca fechada, face aos atropelos que muitos e muitos dos militantes que permanecem há anos nos Sindicatos, com responsabilidades dos mesmos, e no Partido, como ainda no Movimento Sindical Unitário —, insistindo estes diariamente com opiniões deturpadas, semeiam o caos, inventam crises e faltas de condições —, fomentando o descontentamento, o afastamento, a desilusão e confusão no seio da classe operária, nos trabalhadores e na população em geral. São estes os Militantes do nosso Partido que atropelam diariamente as orientações —, dizem eles que as mesmas estão fora da realidade, não estão actualizadas, que a situação dos trabalhadores, dos operários mudou, e, que os operários, os trabalhadores passaram a ter uma atitude apática, ou mesmo negativa (?). São divagações pouco sérias, são feitas por aqueles que querem ganhar algo, e não fazem uma verdadeira política, não se preocupam com o Partido — procuram apenas atrair as suas

atenções. Deste modo, entendo que dentro do nosso Partido, temos de ser frontais, se necessário em bater em nós próprios, não consentindo estas e outras situações, afastando esses Militantes das «manjedouras». Actualmente esses militantes ao serviço diário dos Sindicatos — transformaram as lutas sindicais, alteraram o verdadeiro papel dum Sindicato, deturpando os factos, forjando as situações, aventando hipóteses, misturando habilidades — fazem dos sindicatos autênticas miserocórdias, fazem dos 365 dias de obrigação permanente nos Sindicatos em substituição da Empresa num autêntico santuário — fechados numa sala, rodeados por quatro paredes, num perfeito estado de coma — não executam qualquer trabalho colectivo com os restantes membros dos corpos sociais, ou delegados, tentam «dar a tática» que por vezes até levam a confundir os inimigos e consequentemente a cometer erros de avaliação e de procedimento, como ainda de actuação. Presentemente os tribunais, os jornais, os fax, passaram a ser um novo espaço das justas lutas transferidas da rua e da fábrica. É certo que hoje, nós comunistas, continuamos a deparar com dificuldades, contudo devemos continuar a dizer a verdade ao povo, tudo perante as realidades, sem recorrer a artimanhas e mentiras e sem andarmos a enganar uns aos outros, e até ao próprio Partido —, ou de termos a necessidade de trazer muitas e muitas situações a público, o que seria ainda muito mais prejudicial. Eu, como muitos e muitos comunistas, entendo que o nosso Partido está no caminho certo e realista. Temos de nos mentalizar, resistir, com uma política adequada, no campo ideológico, laboral, cultural, social e até associativo, como ainda noutras esferas da nossa vida. Contudo, pode haver pontos mais mortos que outros, pode haver paragens no nosso trabalho, mas uma certeza temos, *não há desvios*. Seguiremos a linha traçada pelo nosso Partido, sem olhar às dificuldades. Os demagogos, os divisionistas, os fraccionistas, os oportunistas são como a espuma que acabarão por desaparecer — e os valores fundamentais e objectivos do nosso grande partido — esses ficarão para sempre.

Jorge Carvalho
— Matosinhos

congresso
PCP

ALMADA, 4.5.9 DEZEMBRO 1992



PCP

Com quadros de Lisboa e Setúbal

Álvaro Cunhal nas discussões pré-Congresso

No Salão Nobre dos Bombeiros Villafranquenses a transbordar pela escadaria de acesso, Álvaro Cunhal participou, na passada sexta-feira, em mais uma discussão dos documentos do XIV Congresso que reuniu quadros dos Concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Vila Franca de Xira. Não produzindo dúvidas ou propostas substanciais, a reunião acabou por se afirmar como um vigoroso momento de discussão da actualidade política, com incidências na realidade local e num leque de preocupações nacionais e internacionais.

Álvaro Cunhal introduziu o debate com uma intervenção inicial, onde circunstanciadamente explicou o significado dos documentos em debate - os projectos de alterações aos Estatutos e ao Programa do Partido e as Teses - dando relevo à necessidade de lhes encontrar as linhas de força, tornando operativa uma discussão que lida com documentos "pesados" na sua minúcia e extensão.

Após a introdução do Secretário-Geral do PCP - fortemente aplaudida pela sala apinhada - a reunião animou-se com diversas intervenções que, curiosamente,

poucas ou nenhuma questão levantaram sobre os documentos em debate, aproveitando a situação para colocar problemas concretos da actualidade nacional e internacional, a par de uma constante (e às vezes aguerrida) manifestação de confiança no Partido, bem expressa no vigor dos aplausos omnipresentes neste encontro.

Aliás, Álvaro Cunhal daria conta dessa situação ao propor-se responder simplesmente às questões colocadas na intervenção com que fechou a iniciativa (que tinha de acabar à meia-noite, por necessidade da entidade que cedeu a sala), dado não

haver sido adiada matéria específica sobre os documentos em discussão. Neste contexto, resumir as observações finais de Álvaro Cunhal é seguir o roteiro das intervenções proferidas na reunião.

De Clinton a Timor

Articulando as respostas num discurso fluente, o orador incitou os presentes a que "se sintam à vontade para apresentar opiniões diferentes e fazer propostas", testemunhando a grande reflexão a que já assistiu nos debates onde tem participado. Depois passou a responder às questões postas.

Uma delas referia-se à eleição de Bill Clinton para a presidência dos EUA, facto que, se por um lado significou a derrota dum política de agressão conduzida pela administração Bush, por outro não deve levantar grandes expectativas. "Ainda é cedo para ver e não há

que ter grandes esperanças", disse, após citar a posição expressa pelos comunistas dos EUA numa entrevista no "DN", onde afirmavam que haviam votado em Clinton simplesmente para se oporem a Bush.

A questão de Timor mereceu de Álvaro Cunhal algumas afirmações contundentes, nomeadamente a denún-

cia da grande hipocrisia da direita e do PS, para quem a entrega de Timor à Indonésia sob a fórmula de uma pretensa "autonomia" é uma ideia há muito tempo expressa na Assembleia da República e no Conselho de Estado; o recente massacre de Santa Cruz (depois de muitos outros, pura e simplesmente ignorados) cho-

cou a opinião pública e veio dar força à contestação, empurrando estes partidos para uma hipócrita defesa do povo maubere. Quanto ao PCP, sempre tem protestado contra a ocupação de Timor e a criminosa actuação do regime de Suharto, continuando hoje, como sempre, a lutar pelos direitos do povo maubere, tendo já impedido,



Álvaro Cunhal, intervindo na reunião de quadros em Vila Franca de Xira

Intervir e lutar

Reunião de Quadros da ORL

Cerca de duzentos e cinquenta camaradas — quadros do Partido ligados à luta dos trabalhadores, membros da DORL e de outros organismos de direcção, dirigentes sindicais e membros de organizações representativas de trabalhadores — participaram no passado sábado numa reunião de quadros da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Na reunião, realizada nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara, partici-

pou o camarada Carlos Carvalhas, Secretário-geral adjunto do Partido. Após a intervenção inicial do camarada José Casanova, da Comissão Política do PCP, seguiu-se um debate vivo sobre a actualidade e a importância da luta de massas, associando-a à discussão dos documentos do Congresso.

A reunião de quadros aprovou um extenso documento, intitulado «Intervir e Lutar», de que publicamos significativas passagens:

«As consequências da política do Governo PSD/Cavaco Silva assumem uma crescente gravidade. Mas o Governo não está só no terreno. A sua política de agravamento brutal das condições de vida, de tentativa de impor uma redução dos salários reais, de aumentar o desemprego, de aumentar a carga fiscal, de reduzir drasticamente as suas responsabilidades com a saúde, a educação e a segurança das populações, de limitar os direitos sindicais, sociais e políticos de quem trabalha, de apoio descarado ao grande capital nacional e internacional, os intelectuais, o povo do distrito respondem intervindo e lutando.»

«Intervindo e lutando por um aumento efectivo dos salários reais, contra os 4,5% que o Governo quer impor aos trabalhadores da Administração Pública e que pretende constituam um referencial para os restantes trabalhadores, contra a inqualificável e desumana «lei dos disponíveis que significa o desemprego de milhares e milhares de trabalhadores, contra os salários em atraso que atingem no distrito de Lisboa mais de 2000 trabalhadores, pela redução do horário de trabalho para um máximo de 40 horas semanais.»

«Intervindo e lutando pelo exercício do direito à greve, contra a arbitragem obrigatória, em defesa da livre contratação colectiva, contra os conluios da UGT com o governo e o patronato.»

«Intervindo e lutando con-

tra a degradação, desarticulação e destruição do Serviço Nacional de Saúde, contra a brutal diminuição das participações do Estado nos medicamentos e serviços de saúde, contra a privatização de bens e serviços públicos e contra a ofensiva do Governo à Segurança Social.»

«Intervindo e lutando contra a degradação do sistema de ensino, contra a brutal diminuição do orçamento para a Educação (menos 35 milhões de contos), contra o estrangulamento financeiro do ensino superior público e o aumento brutal das propinas, que limitam o acesso ao ensino superior a milhares e milhares de jovens cujas famílias vivem dos rendimentos de trabalho.»

«Intervindo e lutando contra a grave situação dos transportes públicos na região, responsável pelo desumano prolongamento por várias horas do dia de trabalho e contra as ameaças que pesam sobre os passes sociais.»

«Intervindo e lutando pelo direito a uma habitação condigna, obrigação que, também por inteiro, compete ao Governo e contra o corte de verbas às autarquias locais.»

«Intervindo e lutando contra o fecho de esquadrões da PSP e a redução da segurança das populações quando a situação exige um efectivo reforço da segurança pública.»

«Intervindo e lutando contra a miséria das pensões e reformas, contra as injustiças, contra o agrava-

mento das desigualdades sociais.»

«Intervindo e lutando contra a sobreexploração dos trabalhadores imigrantes, desprotegidos e sem direitos.»



Carlos Carvalhas

O grave perigo de

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto do PCP no Plenário de Alcântara

Camaradas

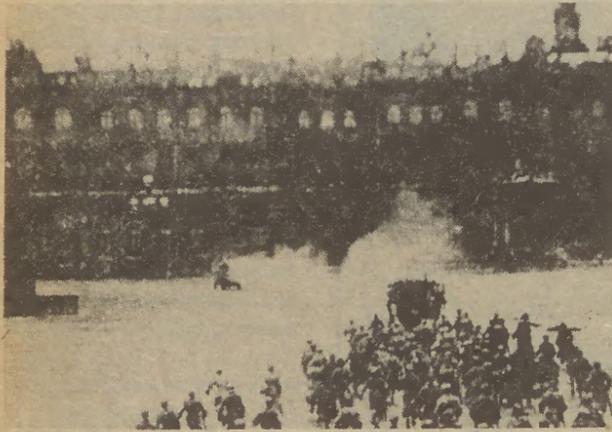
Nas Teses (Projecto de Resolução Política) que o Comité Central apresentou para debate no quadro da preparação do XIV Congresso, sublinha-se que em Portugal continua a vigorar, nos termos da Constituição, um regime parlamentar-presidencial onde são formalmente reconhecidos o pluralismo partidário e outros princípios basilares da democracia política. Mas também se previne que a evolução prática verificada e os projectos legislativos constitucionais que o PSD tem em curso comportam o grave perigo de conduzir à perpetuação de um único partido no poder e à restauração e institucionalização de mecanismos antidemocráticos próprios de um regime de cariz autoritário.

A política do PSD e a sua escalada na degradação da democracia política, económica, social e cultural, é uma ofensiva global que exige também uma resposta global, o que implica organização e uma ampla mobilização de energias, de vontades, de determinação e capacidade de luta.

Só o protesto e a luta, e não o conformismo e o atentismo, podem fazer recuar a política anti-social, a política de concentração da riqueza e da acentuação das desigualdades.

Só com a solidariedade activa de cada um e de todos os que sofrem as injustiças e as prepotências e não o salve-se quem puder, se pode defender os direitos e aspirações dos cidadãos.

As pressões, às promessas, às mentiras e meias verdades governamentais é necessário que mais e mais trabalhadores, que mais e mais portuguesas e portugueses, compreendam



7 de Novembro Debate no Barreiro

Por iniciativa da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP, realizou-se no passado sábado, dia 7 de Novembro, um debate com o tema: «A Revolução de Outubro, a Actualidade do Marxismo e a Evolução da Situação Internacional».

Neste debate, que contou com a participação do camarada Manuel Gusmão, professor na Faculdade de Letras e Membro do C. Central, estiveram presentes mais de 150 pessoas e realizou-se na Biblioteca Municipal.

O debate decorreu de forma bastante participada e interessada, surgindo intervenções de Comunistas, amigos do partido e membros do PS, entre outros.

PCP

nomeadamente, deslocações de parlamentares portugueses à Indonésia que iriam fortalecer as pretensões do invasor.

Comunistas e sindicatos

Os graves problemas no sector da Saúde apresentados por alguns intervenientes na reunião levaram Álvaro Cunhal a recordar a metódica política de privatizações prosseguida pelo Governo, neste e em todos os sectores da vida nacional, com o objectivo de entregar aos interesses e à voracidade do grande capital não apenas a economia do País, mas também áreas tão decisivas como o Ensino, a Saúde ou os Transportes. Concomitantemente - e ao arripio da propaganda governamental - continuam a alastrar os salários em atraso, enquanto se perfila no horizonte a descida dos salários reais, mais encerramentos de empresas,

despedimentos e perda de garantia de emprego.

É neste contexto que assumem redobrada importância os movimentos unitários de massas. Quanto à CGTP, o orador considerou que "hoje, no mundo, não há muitas centrais sindicais com a força, os princípios, a natureza de classe, a unidade e tanta influência comunista" como a CGTP-IN, contra a qual todos, há tanto tempo, se encarniçam, acabando os próprios adversários a dividir-se, como aconteceu com a UGT. A propósito, Álvaro Cunhal recordou que são tratadas com largueza nas Teses as questões que se colocam ao militante sindical comunista, tendo como ponto de referência a distinção, de princípio, entre as actividades partidária e sindical.

Juventude: uma força social

As autarquias, a juventude e o Tratado de Maastricht fo-

ram outros temas abordados pelo Secretário-Geral do PCP.

Em relação ao primeiro, recordou que a ligação entre os eleitos autárquicos e as populações que os elegeram constitui uma orientação fundamental dos comunistas e seus aliados na CDU, que, legitimamente, construiu um património de actuação bem identificado na conhecida consigna "Trabalho, Honestidade e Competência", havendo, entretanto, que se preparar as batalhas do próximo ano, ultrapassando dificuldades e melhorando sempre a intervenção. As Teses, recordou, também tratam desenvolvidamente esta matéria.

Quanto à juventude - que esteve presente, não apenas através de um animado grupo de jovens, mas também da intervenção dum jovem da JCP, Álvaro Cunhal afirmou que "há que ter a compreensão que a juventude é uma força social importante". E acrescentou:



Encontro Distrital de Quadros do Distrito de Setúbal, no Seixal

"Quando ela se mobiliza, consegue coisas que, à partida, se consideravam muito difíceis", ilustrando com as recentes reuniões impostas ao Governo pelos estudantes, considerando que "há bons desenvolvimentos" na intervenção juvenil no nosso País e sublinhando que a juventude não deve ser instrumentalizada, devendo o Partido conferir-lhe toda a iniciativa e não criar modelos de intervenção.

Finalmente em relação a Maastricht, Álvaro Cunhal recordou que a aprovação

do Tratado não é indispensável à continuação da Comunidade Europeia - aliás, este Tratado pretende impor muito mais do que o que se pretendia com a criação da CEE.

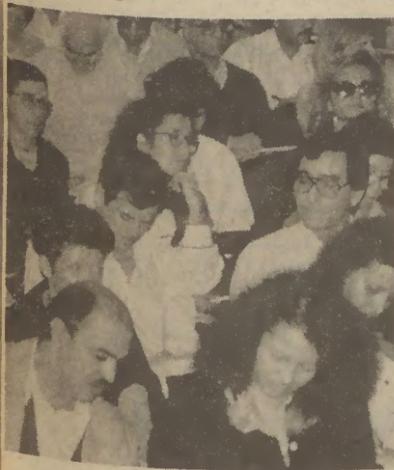
Reunião no Seixal

No dia seguinte, sábado, o Secretário-Geral do PCP participou também numa reunião alargada da Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP, na Sociedade Timbre

Seixalense, no Seixal, também para discussão dos documentos do XIV Congresso.

A reunião foi muito participada, estando presentes numerosos quadros das diversas organizações do Partido na região e responsáveis por diferentes frentes de trabalho, surgindo intervenções que se ocuparam, quer dos documentos em discussão, quer de diversos temas da actualidade política nacional e internacional.

HC



Reunião de Quadros da ORL, em Alcântara, com Carlos Carvalhas

regime de cariz autoritário

que o caminho é o desmascaramento da política do Governo, do protesto e da luta.

Está ao alcance do movimento popular organizado fazer recuar e derrotar os planos do Governo.

As falsas opções com que o Governo pretende paralisar o protesto e a luta, do estilo - ou aceitam a redução dos salários reais ou haverá mais desemprego - é preciso responder que é possível e necessário melhorar os salários e conseguir mais e melhores empregos desde que se dinamize o investimento produtivo e não as actividades especulativas e parasitárias, desde que se privilegie a convergência real da economia e não a convergência nominal imposta por Maastricht nos interesses das transnacionais.

As hipócritas declarações governamentais sobre o seu combate aos privilégios para fazer passar a sua política de negociocismo nomeadamente, na saúde e no ensino, é necessário responder alto e bom som que este é o Governo que no Orçamento de Estado para 1993 propõe o aumento das indemnizações aos grandes senhores do 24 de Abril para a 270 milhões de contos, que penaliza os rendimentos do trabalho e beneficia os rendimentos das acções, das obrigações, dos dividendos, que oferece actualizações para os pensionistas de 6,5% e aumentos das rendas de habitação de 8,5%, o que só por si, diz bem, das falsidades das previsões governamentais sobre a taxa de inflação.

Nós afirmamos:

Não há nenhum fatalismo que conduza às crescentes exclusões dos reformados, dos deficientes e de milhares e milhares de famílias de um nível de vida digno.

Não há nenhum fatalismo que conduza à marginaliza-

ção de milhares e milhares de jovens do acesso ao emprego, à habitação, aos tempos livres, ao ensino e à formação profissional de qualidade e à cultura.

Não há nenhum fatalismo nem justificação que conduza aos disponíveis, aos excedentes e aos despedimentos dos trabalhadores da função pública quando Portugal apresenta uma percentagem de trabalhadores na Administração Central e Local de cerca de 14% da população activa contra uma média de 17,7% nos países da OCDE e quando continua a verificar-se um grande défice na oferta de bens e serviços públicos em sectores fundamentais como a educação e a saúde.

Não há nenhum fatalismo que transforme a corrupção como uma componente natural da vida política nacional, em relação à qual os cidadãos não teriam mais do que se resignar. A degradação social, o negociocismo e a corrupção não são fatalidades, têm o seu estímulo, apoio e caldo de cultura na política do PSD.

Portugal não está condenado à desindustrialização, a ter uma economia apendicular e de subcontratação assente nos baixos salários, na precarização do emprego, no aumento do desemprego e na extensão das manchas de pobreza.

Portugal não está condenado a submeter-se aos constrangimentos de Maastricht, que abrirá ainda mais as portas à recessão.

Não se combate a quebra de produção e a desvitalização da economia com a **redução dos salários reais e o consumo popular** e com a concentração e centralização de capitais.

Não se combate o atraso com a deflação abrupta, mas com uma política que privilegie a actividade produtiva e não as actividades especulativas.

Não se combate o marasmo produtivo com as elevadas

taxas de juro dos empréstimos e com a sobrevalorização artificial do escudo, mas com uma política monetária e cambial que estimule o investimento produtivo criador de empregos.

O PSD abre as portas à retracção económica com a sua política ao serviço do grande capital e depois procura servir-se desta para pedir e impor sacrifícios aos trabalhadores que estiveram sempre à margem dos benefícios do Orçamento.

(...)

Nós dizemos não a esta perspectiva e mobilizaremos todas as nossas energias para lhe darmos combate. Nós dizemos não ao sacrifício do interesse colectivo em benefício do lucro particular.

Creio que são por isso inteiramente justas as teses ao sublinharem que, numa situação em que o poder está nas mãos do capital de cuja política de restauração do capitalismo monopolista faz parte integrante a exploração, a opressão e a liquidação dos direitos dos trabalhadores e das classes e camadas laboriosas em geral; em que a par da intensa demagogia para com a juventude se defraudam as suas aspirações mais profundas; em que o poder mostra o mais cínico desprezo em relação aos idosos, reformados e deficientes; em que se generaliza e se promovem sentimentos primitivos de feroz concorrência, de ganância, de egoísmo, de cobardia social e de oportunismo; **Portugal e o povo português** necessitam de um Partido de homens, mulheres e jovens que inscrevam nos seus ideais nos seus actos, a **dedicação ao bem comum e coragem na sua defesa**; de um Partido que tenha a verdade como um dos valores fundamentais da sua acção; de um Partido de convicções profundas para o qual a política seja inseparável dos valores éticos nas concepções e nos procedimentos. É esse o Partido de que Portugal precisa, indispensável e insubstituível para os trabalhadores, para o povo e o País. Esse Partido existe.

A preparação do Congresso em Évora

DOREV critica Orçamento de Estado

O Executivo da Direcção da Organização Regional de Évora (DOREV) do PCP, que reuniu no princípio do mês, discutiu a fase preparatória do XIV Congresso do Partido, considerando positiva a participação de cerca de 900 militantes nas diversas iniciativas já realizadas, nas quais se tem verificado um interessante debate do qual resultam diversas sugestões, opiniões e dezenas de propostas de emendas aos documentos. Estão ainda previstas, até aos finais de Novembro, diversas iniciativas, das quais se salienta o debate com a juventude, no próximo dia 13, com a participação do Secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

O Orçamento do Estado para o próximo ano e as suas consequências no distrito também foram objecto de debate e análise do Executivo da DOREV, assim como a elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Regional (PDR). Desta análise destacamos algumas conclusões:

«O Orçamento do Estado para 1993 apresenta-se como um instrumento de política contrário às necessidades actuais da economia portuguesa e está orientado contra os trabalhadores, os idosos e as autarquias locais, promovendo o agravamento da injustiça social. É um orçamento contrário aos legítimos anseios do povo a níveis de bem-estar económico e social e ao desenvolvimento sustentado da economia portuguesa. O governo sacrifica o investimento produtivo e as funções sociais do Estado e o desenvolvimento regional aos objectivos de uma convergência real com sectores já em plena crise, designadamente na indústria e na agricultura. «Na análise à sua incidência no Distrito de Évora e no Alentejo, o Executivo da DOREV confirma uma primeira nota

avançada pelo Gabinete de Imprensa na qual o governo do PSD era responsabilizado por negar verbas importantes projectos do Distrito, designadamente — Hospital do Patrocínio, Barragem dos Minutos, Pavilhão Gimnodesportivo em Évora e Itinerários Regionais. Mais uma vez são vetados projectos fundamentais para as populações do Distrito de Évora.»

Importantes iniciativas

«O Executivo da DOREV do PCP salienta os esforços dos comunistas eleitos na Assembleia da República e Autarquias Locais e pelo empenhamento no diálogo com outras organizações, instituições e tantos outros contactos no sentido de recolher opiniões sobre propostas para a discussão do Orçamento de Estado na Assembleia da República, assim como na denúncia das consequências caso este Orçamento fosse aprovado.

«Saudamos a constituição da Comissão Rei-

vindicativa para a construção da Barragem dos Minutos em Montemor, formada no passado dia 30/10, após uma importante iniciativa promovida pela CMMN, na qual foi patente a convergência de opiniões e vontades para reivindicar a barragem, para a qual não há verba no Orçamento, ao contrário das falsas promessas do próprio governador civil de Évora, Eng.º Mira Branquinho.»

Mais adiante, o documento da DOREV afirma:

«O PCP considera absolutamente indispensável a inclusão no próximo PDR de projectos estratégicos para o Alentejo designadamente com a construção do Empreendimento do Alqueva, a Barragem dos Minutos, a concretização do Porto Comercial de Sines, o aproveitamento da Base de Beja como terminal de carga, a viabilização dos recursos do subsolo, como as pirites, os mármo-

res e os granitos, ampliação e reapetrechamento do Hospital Distrital de Évora, conclusão das obras e equipamento do Hospital do Patrocínio, ampliação e construção de escolas do ensino secundário, construção de residências universitárias, a construção de importantes itinerários rodoviários como o IP-1, IP-2 e outros, a ligação ferroviária a Espanha no âmbito do projecto transfronteiriço.»

E a DOREV adianta, a concluir:

«Em face das graves perspectivas para o futuro do Distrito de Évora e do Alentejo, que as primeiras avaliações, de execução do PDR e o O.E./93, confirmam e ampliam, o Executivo da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP decidiu propor à Federação Distrital de Évora do Partido Socialista e outras entidades encontros bilaterais para análise da situação.»

Luís Sá no Porto

Meia centena de camaradas e amigos assistiu à iniciativa sobre o tema «Democracia Portuguesa — estado actual», promovida pela DORP do PCP e que contou com a participação do camarada Luís Sá, da Comissão Política do CC.

O camarada desenvolveu a sua intervenção inicial em torno das ideias expostas no subcapítulo das TESES intitulado «Um regime de cariz autoritário em vias de instauração».

Recordou que os múltiplos aspectos em que a democracia portuguesa tem vindo a degradar-se, sublinhando e ilustrando a estreita relação entre a degradação da democracia política e a ofensiva da direita de restauração do capitalismo monopolista de Estado. Mas não deixou também de chamar a atenção para as condições de intervenção e de luta que os trabalhadores e os democratas continuam a dispor na situação presente.

Luís Sá fez ainda o enquadramento da situação portuguesa no actual contexto internacional, clarificando os riscos que para o conteúdo da democracia portuguesa se contêm em múltiplos aspectos do actual processo de integração europeia.

As questões relativas à luta por uma alternativa política ao PSD e às grandes tarefas políticas actuais mereceram de Luís Sá repetidas e desenvolvidas referências.

Depois da exposição do camarada, apesar das repetidas chamadas da mesa para a participação dos presentes, poucas intervenções se registaram. Aparentemente porque as Teses apresentadas tinham a adesão dos presentes.

Ainda assim, é de citar que foi sublinhada a disposição de luta que se observa entre a Juventude, a participação de diversíssimas classes e camadas intermédias na luta social contra a política do Governo, etc.

Merecem destaque os problemas colocados por um vereador comunista sobre o Código de Procedimento Administrativo.

O camarada lembrou que as normas do Código que estabelecem garantias democráticas continuam em geral a ser ignoradas e do qual tem sido feita, em muitos casos, uma interpretação presidencialista — essa sim rapidamente concretizada.

Outro camarada levantou a perspectiva da democracia pelo lado dos cidadãos, das forças políticas e partidárias.

Eleição de delegados em assembleias de Trás-os-Montes

Em Trás-os-Montes prosseguiu no passado fim-de-semana a realização das assembleias plenárias para a apreciação dos projectos de documentos apresentados pelo Comité Central e a eleição dos delegados ao XIV Congresso do PCP. Uma nota saliente merecem as assembleias de Vila Real e de Chaves, que elegeram, respectivamente, quatro e cinco delegados. A de Vila Real contou com a participação de Carlos Brito, Director do nosso jornal. A de Chaves, além deste membro da Comissão Política, teve também a participação de Vasco Paiva, membro da Comissão Executiva Nacional do PCP.

Na Assembleia de Vila Real, foi dada especial atenção aos problemas do movimento sindical e ao projecto de alteração aos Estatutos, tendo sido sugeridas, em relação a este último, algumas alterações, particularmente em duas disposições relativas à matéria de disciplina.

Na Assembleia de Chaves, a política de aliança, designadamente a relevância do papel do campesinato, esteve no centro da discussão, que também se debruçou sobre matérias como a orientação do Partido para as próximas autárquicas, a situação na comunicação social, incluindo a necessidade de maior difusão do «Avante!», e a questão da desagregação da URSS e a luta pelo socialismo. Em ambas as assem-

bleias, os projectos apresentados pelo Comité Central foram largamente apoiados.

No final da Assembleia de Chaves, realizou-se um jantar de confraternização para comemorar o 7 de Novembro.

Entretanto, a DORVIR levou ainda a efeito outras assembleias plenárias em Mondim de Basto e Ribeira de Pena, com a participação do camarada Vasco Paiva. O camarada Fernando Teixeira, do CC, participou na Assembleia de Mesão Frio, e Armando Silva, também do CC, esteve presente nas que se realizaram em Alijó e Sabrosa. O calendário destas assembleias prosseguirá até ao dia 27 de Novembro, englobando todos os concelhos de Vila Real.

Problemas regionais

Atenta aos problemas regionais, a DORVIR divulgava no passado fim-de-semana uma nota sobre o encerramento do Matadouro de Vila Real, na qual pode ler-se:

«O IROMA tem responsabilidades porque não procedeu à melhoria das instalações existentes e deixou o matadouro entrar em processo de degradação. O IROMA e o Governo têm responsabilidades porque só pensam em privatizar, centralizar, arrastando com isso a destruição da economia local e regional.»

«Mas a Câmara não tomou as medidas necessárias, nem efectuou as diligências necessárias para obter uma prorrogação de prazos de encerramento e de criação de condições mínimas ao seu funcionamento mesmo que precário.»

«A Câmara tinha por obrigação de ter accionado com tempo o processo de construção do novo Matadouro. A Câmara deixou arrastar a situação, andou a perder tempo em conversas e de concreto nada avançou!»

«Pode-se vir mais uma vez com a justificação que a Câmara não tem dinheiro e está semifalida.»

«Para nós, Partido Comunista Português, a principal falência da Câmara é de ideias e de trabalho.»

«Afirmámos que à Câmara faltou engenho e arte, senão vejamos:

— os terrenos onde actualmente se encontra o Matadouro valem uma fortuna!

— No Parque Industrial existem terrenos que reúnem as condições necessárias para a construção de um novo matadouro.

— Com o dinheiro que a Câmara podia obter dos actuais terrenos do Matadouro, poderia lançar o novo matadouro com uma larguíssima participação camarária e com empenhamento de produtores, comerciantes e com o interesse já manifestado pelas Câmaras de concelhos vizinhos.»

«Apesar do Matadouro de Vila Real não estar integrado na Rede Nacional de Abate e como tal não ter acesso imediato ao apoio de fundos comunitários, os mesmos sempre poderiam obtidos através de acções parcelares e serviços complementares que integrados no projecto global então seriam elegíveis para apoios comunitários.»

CAMARADAS FALECIDOS

Joaquim Casinhas Pais

Com 55 anos de idade, faleceu, no passado dia 14 de Outubro, o camarada Joaquim Casinha Pais, conhecido por «Paisana». O camarada era membro da Comissão de Freguesia de Montelavar do PCP.

José Pinheiro

Faleceu recentemente o camarada José Filipe dos Santos Pinheiro, de 70 anos de idade, reformado e comerciante, residente no Outeirinho, Santarém. Bastante estimado, o camarada era membro da Comissão Concelhia de Santarém do PCP.

José António Teodoro

No passado dia 23 de Outubro, faleceu, com 86 anos de idade, o camarada José António Teodoro. Militava na Organização de S. Domingos de Rana. Foi distribuidor do «Avante!» na localidade de Tires e pertenceu à Comissão do Centro de Trabalho.



Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta as suas sentidas condolências.

Futuro da Banca debatido na Boavista

Numerosa assistência encheu por completo a sala do CT da Boavista, no Porto, onde decorreu um interessante debate, promovido pelo organismo de direcção dos bancários do Porto do PCP, que contou com a participação de Octávio Teixeira, membro da Comissão Política e líder da bancada parlamentar comunista na AR.

A iniciar o debate, Octávio Teixeira referiu que se está a atravessar uma fase de avanço acelerado da recuperação do capitalismo monopolista através das privatizações e não por força de um processo autónomo de acumulação de capitais.

Esta situação deve-se, por um lado, à política do Governo que «entrega de bandeja empresas ao grande capital» e, por outro, ao investimento estrangeiro. Aliás, já hoje não restam dúvidas de que no sector financeiro e particularmente nos Seguros, o capital estrangeiro é largamente maioritário.

Um dos aspectos também focado na intervenção de Octávio Teixeira foi a acumulação dos lucros bancários nos últimos atingiram cerca de 50 por cento dos lucros nacionais.

Isto associado ao facto de neste momento o sistema bancário estatal repre-

sentar apenas 33 por cento contra os cerca de 90 por cento que representava há dois ou três anos atrás, mostra bem como o Governo de Cavaco Silva tem vindo a delapidar o património público em benefício do grande capital, em particular do capital estrangeiro.

O boom das empresas bancárias registado em Portugal (existem actualmente cerca de 40 bancos para dez milhões de pessoas com um modesto poder de compra) provocará, na opinião de Octávio Teixeira, «não um processo de fusão, mas uma absorção de alguns bancos por outros», o que confirma a tese da restauração do capitalismo monopolista.

Ainda segundo aquele dirigente comunista, com a evolução do Tratado de Maastricht, o capital nacional conhecerá ainda maior dependência do estrangeiro, que dominará a econo-

mia portuguesa. A comprová-lo está o facto de que, com a entrada em vigor do Tratado, o Banco de Portugal passará a ser uma pequena agência do Banco Central Europeu.

No largo período de debate que se seguiu, ficou patente a preocupação dos presentes pela manutenção dos postos de trabalho que estão em perigo, bem como pelo pagamento das pensões de reforma, o qual, a manter-se a situação actual, poderá não ser efectuada já que os bancos não estão a fazer reservas em montantes suficientes para os fundos de pensão. Tudo isto justifica, na palavra do participante, «a angústia, instabilidade e insegurança que se vive no sector, como consequência das privatizações».

Numa intervenção de uma camarada dos Seguros, presente no encontro, ficou patente que no seu conjunto os problemas do seu sector são idênticos aos dos bancários. O aumento da influência do capital estrangeiro, a subavaliação do valor das empresas para as privatizar, o espectro de falências, de despedimentos, a incerteza relativamente ao futuro, designadamente em relação às pensões de reforma.

Octávio Teixeira interveio ainda no final da sessão para dar resposta às questões levantadas, sublinhando que os fundos de pensão devem ser fiscalizados e acompanhados com atenção pelos trabalhadores.

Um Orçamento redutor para o desenvolvimento de Portalegre

Em Comunicado sobre o Orçamento de Estado para 1993, a Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP critica a política de austeridade do Governo, que vem criar ainda maiores dificuldades ao desenvolvimento da actividade produtiva nacional, traduzindo as orientações contidas no Tratado de Maastricht.

O Comunicado da DORPOR, divulgado em 7 do corrente, classifica de **redutor** o PIDDAC para 1993 para o Alentejo e nomeadamente para o distrito de Portalegre. «O PIDDAC», diz o documento, «não acompanhando a inflação, é redutor na área dos investimentos da Administração Pública, o que determina o atraso na conclusão dos principais projectos regionais agravando a assimetria regional, distanciando-nos dos parâmetros de desenvolvimento do restante país.» E o Comunicado refere algumas obras cuja conclusão se arrasta: «- Construção do IP2, IC13, IP7 e outras estradas nacionais.

- Faz desaparecer a estrada ERRACORUCHE-MONTARGIL e atrasa a conclusão da Barragem da Apertadura.

- Não considera a escola C+S de Elvas e adia o termo do Centro de Juventude de Portalegre.

- Determina cortes significativos na acção social escolar e em infra-estruturas de apoio social aos idosos e deficientes e também para a 1.ª e a 2.ª infâncias.

- No turismo há cortes de verbas e para o desenvolvimento industrial as verbas são insuficientes.

«Nesta área, o PCP e outras entidades do distrito, há muito que reclamam a urgente dotação de verbas, implementação e concretização de obras e projectos que se enunciam:

- Estação elevatória de água da Barragem da Apertadura.

- Construção da Barragem do Pisão e de uma barragem em Arronches.

- Centro de Saúde de Alter do Chão.

- Maior investimento na construção de Habitação social e criação de programas de incentivos de recuperação do parque habitacional degradado.

- Construção das escolas C+S para Elvas e Montargil.

- Criação de equipamentos sociais, nomeadamente o Centro Social de Mosteiros e o Parque desportivo de Esperança.

- Construção do Centro Cultural Polivalente de Campo Maior.

- Reparação das igrejas do concelho de Avis e da Igreja Dominicana de Elvas.

- Reforço de verbas que contemplem o apoio à acção social escolar.

- Construção do aeródromo de Portalegre e beneficiação das estradas nacionais 243, 244 e 370 e a reparação da ponte Figueira e Barros - Ervedal e estradas Portalegre - Elvas e Arronches - Campo Maior e abertura das fronteiras.»

Medidas de excepção

Recordando as análises que o PCP veio fazendo no âmbito do desenvolvimento regional, e chamando a atenção para o facto de que «as autarquias locais foram as únicas entidades que obtiveram muito bom aproveitamento das verbas disponíveis, apesar dos estrangulamentos financeiros de que têm sido alvos, a DORPOR, defende que o novo QCA/PDR, deve considerar o Alentejo como região que reclama medidas de excepção, com definição de grandes linhas estratégicas, com reforço de verbas, incentivos de crédito para o sector empresarial e cultural, um plano coerente de acessibilidade ferroviária e rodoviária, um plano de redimensionamento e modernização do sector produtivo, uma política de defesa do ambiente urbano e rural, potencialização dos recursos turísticos e medidas de fomento à habitação social e de apoio à recuperação do parque habitacional degradado.»

A DORPOR analisou e debateu ainda os projectos e Teses do PCP ao próximo Congresso do Partido.

JCP rejeita propinas e acusa Governo de irresponsabilidade

Reunida no passado fim-de-semana, a Direcção Central do Ensino Superior da JCP analisou a política do Governo, reafirmando que «rejeita qualquer aumento das propinas, já que a referida lei se insere numa política de desresponsabilização do Estado na educação».

Para esta estrutura da JCP, tendo em conta o «actual contexto comunitário em que nos inserimos e as disponibilidades financeiras do Estado português, impõe-se uma clara opção na educação, nomeadamente no ensino superior, como vector fundamental de desenvolvimento do nosso país».

Desta forma, como se afirma num comunicado emitido, «o contrato social, assinado entre o Governo e algumas associações de estudantes, além de conter apenas um conjunto de propostas avulsas e incoerentes não constituindo qualquer reforma de fundo hoje necessária, demonstra uma postura autoritária e demagógica do Governo» por conter medidas que não pode implementar e ignorar a necessária participação quer das «instituições de ensino quer de outros intervenientes, docentes e funcionários».

A DCEES condena o «claro desinvestimento do Estado na Educação, nomeadamente no Ensino Superior», denunciando o exemplo do Orçamento de Estado proposto pelo Governo à Assembleia da República que «prevê um

aumento de cinco por cento», quando a inflação que o documento prevê se situa entre os cinco e os sete por cento.

Jovens debatem Teses

Os jovens comunistas do distrito de Leiria promoveram recentemente um debate sobre as Teses do 14º Congresso do PCP. Na iniciativa, em que participou Albano Nunes, do Secretariado do PCP, estiveram cerca de três dezenas de jovens metade dos quais com idades compreendidas entre os 15 e os vinte anos.

No decorrer do debate, entre outras conclusões, foi expresso que «os jovens comunistas consideraram que o que caracteriza o relacionamento entre a JCP e o PCP é uma postura responsável na busca de soluções com vista ao reforço da acção própria da JCP e da intervenção dos comunistas no movimento juvenil».

Perante as dificuldades reais que os comunistas se debatem no distrito, foi considerado que «o reforço do Partido passa também pelo reforço e maior afirmação da JCP».

A compra de **O Militante** Setembro Outubro de 1992

NÚMERO 200

habilita-o a um destes três prémios!

1.º prémio Viagem à Madeira (seis dias) 1 pessoa

Entre 4 de Janeiro e 30 de Abril de 1993. Inclui: voo Lisboa/Funchal/Lisboa, alojamento em hotel de três estrelas com pequeno-almoço, transporte em autocarro aeroporto/hotel/aeroporto, taxas de turismo, serviço e IVA.

2.º prémio Fim-de-semana no Algarve (Praia da Rocha) para 2 pessoas

Entre Janeiro e Abril de 1993. Inclui alojamento em hotel de quatro estrelas com pequeno-almoço e transporte em autocarro.

3.º prémio Livros das Edições «Avante!» no valor de 15 contos

ATENÇÃO:

- Para se habilitar aos prémios, envie para a Redacção de O Militante o cupão abaixo publicado, devidamente preenchido, até 31 de Outubro de 1992.

- No nº 201, referente a Novembro/Dezembro de 1992, revelaremos os nomes dos contemplados.

- No caso de haver contemplados das Regiões Autónomas, O Militante entregará o valor correspondente aos 1.º e/ou 2.º prémios para uma viagem ao Continente.

Sorteio de «O Militante» n.º 200

Na sequência do sorteio realizado pelo «O Militante» por ocasião da publicação do seu número 200, divulgamos os nomes dos leitores premiados.

Assim, o 1º prémio foi para **António Taborda Alves Freitas**, de Viana do Castelo, que tem direito a uma viagem de seis dias à Madeira para uma pessoa.

O 2º prémio saiu a **Manuel Fernando Morgado Carvoeiro**, de Esposende, que ganhou um fim-de-semana no Algarve, na Praia da Rocha, para duas pessoas.

O 3º prémio, constituído por livros das Edições «Avante!», no valor de 15 contos, será entregue a **Francisco Filipe Domingos**, de Faro.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Crise em Tomar

A situação de crise em que vivem várias empresas da região de Tomar, muitas delas a braços com uma difícil situação económica, está a gerar crescentes preocupações entre os agentes locais e regionais, receando os trabalhadores pelo futuro dos seus postos de trabalho.

Estão designadamente nesta situação as empresas ligadas ao sector papelero e de lanifícios, uma das quais, a Matrena, está neste momento totalmente paralisada, enquanto outras, como a Porto Cavaleiros, reduziram a sua capacidade de produção, encontrando-se muitos dos seus trabalhadores em situação de suspensão temporária do seu contrato de trabalho.

Conhecedor desta problemática, Luís Peixoto, deputado comunista eleito pelo círculo de Santarém, interpelou recentemente o Governo em requerimento dirigido aos Ministérios da Indústria e do Emprego sobre eventuais apoios por estes concedidos às empresas em crise, num quadro de auxílio capaz de inverter a situação actual.

Uma carga perigosa

Um alerta para os perigos que comporta a passagem ao largo da nossa costa do carregamento de plutónio no barco japonês Akatsuki Maru foi deixado na passada semana na Assembleia da República. A iniciativa partiu do deputado André Martins, do Partido "Os Verdes", que classificou de "criminoso" o plano que prevê o abastecimento de 85 toneladas de plutónio ao Japão até ao ano de 2010, uma vez que ele pressupõe a circulação nos mares e oceanos de cerca de "40 carregamentos de uma substância tóxica e altamente perigosa".

Denunciado pelo deputado "verde" foi ainda o que considerou a "atitude passiva e comprometedor" do Governo português (ao não tomar posição pública contra a circulação do navio nas águas da nossa costa), postura esta que do ponto de vista de André Martins evidencia "irresponsabilidade" por parte do Executivo, porquanto, disse, citando responsáveis da Administração ligados à protecção e segurança nuclear, "Portugal não dispõe de quaisquer meios para intervir no combate ou protecção contra este tipo de poluição tóxica e radioactiva".

Liberdade de informação violada na Madeira

Uma delegação do Sindicato dos Jornalistas deslocou-se na passada semana ao Parlamento para fazer uma exposição sobre os acontecimentos da campanha eleitoral para as eleições regionais na Madeira.

João Mesquita, presidente do Sindicato dos Jornalistas, afirmou que os profissionais da comunicação social que fizeram a cobertura da campanha "foram caluniados e ofendidos" no exercício das suas funções, tendo ainda dito aos deputados da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias que "houve claras violações à liberdade de imprensa e informação".

Esta posição do Sindicato dos Jornalistas foi já transmitida, em audiências marcadas para o efeito, ao Provedor de Justiça e ao Presidente da República, aguardando agora os dirigentes sindicais uma reunião com o Governo.

Delegação da China visita Parlamento

Uma delegação da Assembleia Nacional Popular da China visitou na semana passada a Assembleia da República para uma troca de contactos e informações com os parlamentares portugueses.

Presidida pelo vice-presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento chinês, Yao Yuang, a delegação reuniu-se separadamente com o Presidente e Vice-Presidente do Parlamento, Barbosa de Melo e Ferraz de Abreu, tendo ainda efectuado um encontro de trabalho com a Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República.

Sargentos apresentam petição

A Comissão Nacional de Sargentos apresentou publicamente, em Lisboa, uma petição que tenciona levar ao Parlamento sobre o artigo 31/0 da Lei de Defesa Nacional onde se inscrevem as "restrições ao exercício de direitos por militares".

Este artigo, recorde-se, diz que as normas constitucionais referentes aos direitos dos trabalhadores não se aplicam aos "militares e agentes militarizados dos quadros permanentes e contratados em serviço efectivo".

De acordo com declarações prestadas à Agência Lusa por um dos promotores da iniciativa, a petição já conta com várias centenas de assinaturas, entre as quais a de Salgado Zenha, Natália Correia, Corregedor da Fonseca e Ramon La Feria.

Quem quer saúde paga-a... a dobrar

Nas GOPs e no Orçamento o Governo confessa os reais objectivos da reforma do Serviço Nacional de Saúde — denunciou Luís Peixoto

As medidas anunciadas pelo Governo para o Serviço Nacional de Saúde, «curiosamente sem a aceitação de ninguém, nem utentes, nem seguradoras, nem investidores, nem técnicos», vão conduzir ao «total desmantelamento dos meios de que o Estado dispõe para assumir a responsabilidade que lhe compete na protecção da saúde individual e colectiva da população» e têm por objectivo «transferir para os utentes os custos de uma política liberal alicerçada em chorudos negócios ao serviço de interesses privados», acusou Luís Peixoto numa declaração política que produziu na semana passada.

O deputado comunista, depois de criticar severamente a política de saúde de Cavaco Silva e Arlindo de Carvalho, afirmou que «já não se pode sequer aplicar aquela célebre e brutal teoria de um antigo ministro do PSD, de que "quem quer saúde paga-a"». Para Luís Peixoto «este Governo vai ainda mais longe»: «a fórmula encontrada, na qual o cidadão inicialmente paga impostos, o Estado investe, o privado explora e o cidadão torna a pagar, conduz a uma actualização desta frase feita, também ela atingida pela inflação: "quem quer saúde, com a política do PSD, paga a dobrar"».

Foi com a denúncia desta situação que Luís Peixoto abriu a declaração do passado dia 5, ao constatar que «com a reforma Arlindo de Carvalho, o Governo do PSD concretizou o que vinha há longo tempo desenvolvendo: a liquidação do Serviço Nacional de Saúde, primeiro geral, universal e gratuito, depois tendencialmente pago, e agora, violando a Constituição, duplamente pago».

O que não dizem

O deputado comunista acrescentou às mais propala-

das afirmações do Governo algumas coisas que os defensores da reforma do SNS costumam ocultar:

- «diz-se que agora os doentes têm a liberdade de escolher; falta acrescentar: se para isso tiverem posses económicas»;

- «é necessário que o Orçamento reflecta a necessidade de diminuir a dívida, escandalosamente acumulada, que só em 1992 aumentou cerca de 50 por cento; em 1993, com a verba prevista para a saúde, sabe-se lá onde chegará»;

- «com aumentos médios de 5 por cento das verbas orçamentadas para consumos nos hospitais, valor este que é um terço da inflação a que estão sujeitos os bens e serviços relacionados com a saúde, como esperam o

Governo e o PSD "garantir, com justiça, oportunidade e em liberdade de escolha, o direito à saúde" ou "aproximar os níveis da oferta dos níveis da procura, quer no âmbito do SNS, quer no da actividade privada"»;

- «como limitar as "más práticas clínicas", se o sistema liberal defendido conduz basicamente a um empurrar para consumos desnecessários, pois, como é sabido, quantos mais actos médicos se praticarem, mais lucros se obtém?»;

- «diz o Governo pretender "salvaguardar o direito de acesso à saúde, em particular dos grupos sociais mais carenciados", mas é sabido que os seguros dificilmente cobrem doentes crónicos e utentes ido-

sos, grandes consumidores e gastadores por natureza»;

- «como espera o Governo um "aumento quantitativo e qualitativo de recursos e actividades", se não só não paga a fornecedores e convencioneiros, como não prevê no OE para 1993 forma de o fazer?»;

- «a alegadamente proposta concorrência público-privada, por totalmente desequilibrada, apenas irá contribuir para uma maior degradação do serviço público e diminuir ainda mais a qualidade de um serviço ao qual a grande maioria da população terá de continuar a recorrer, pois o proposto seguro alternativo de saúde não tem características de solidariedade social, mas sim fins lucrativos».

Alterar os internatos médicos

O decreto-lei 128/92, de 4 de Julho, que define o regime de formação profissional após a licenciatura em Medicina, foi chamado a ratificação pelo PCP e pelo PS.

Luís Peixoto, da bancada comunista, considerou que o diploma, «imposto sem prévia discussão, não serve os interesses da população em geral, por não contribuir de forma nenhuma para a melhoria da qualidade da formação pós-universitária dos médicos portugueses» e propôs «a procura de novas soluções» que contemplem alguns pontos básicos. Entre estes, o deputado do PCP referiu o acesso dos médicos do internato complementar ao regime de dedicação exclusiva como opção individual; a proibição do trabalho não remun-

rado, garantindo a remuneração mensal nos casos de repetição de períodos de internato; a correcção do desactualizado índice de remuneração dos internatos; a garantia de formação complementar para todos os médicos habilitados com internato geral; a prorrogação por 24 meses do contrato para todos os médicos que concluem o internato complementar.

Ferraz de Abreu, do PS, criticou os «saltos bruscos de orientação, com uma inversão total da filosofia», nomeadamente no que respeita ao regime de dedicação exclusiva, agora suprimida, mas que em 1988 era considerada essencial para uma formação de nível tão elevado quanto possível.

Saúde mental

PCP e PS exigiram igualmente, ainda na reunião plenária de dia 6, a alteração do decreto-lei 127/92, que reestrutura os centros de saúde mental. O pedido de ratificação motivou uma intervenção na AR do secretário de Estado da Saúde, defendendo o diploma governamental que integra os centros de saúde mental nos hospitais como «modernização de uma área particularmente sensível». Tão sensível que, como recordou o socialista Eurico Figueiredo, estas medidas, contrárias às ideias que se tornaram consensuais ou não contestadas para este sector, levaram à demis-

são do director de Saúde Mental e do subdirector de Cuidados Primários.

Para Luís Peixoto, do PCP, o Ministério da Saúde conseguiu, com a extinção dos centros de saúde mental, «introduzir um factor desestabilizador nos cuidados médicos que vinham há alguns anos sendo prestados às populações, nos lugares mais recônditos e tantas vezes esquecidos de Portugal».

O importante, sublinhou, é «aproximar os serviços das comunidades assistenciais», o que não é de forma alguma garantido na nova lei.

Alentejo debate Orçamento

No âmbito da análise do Orçamento do Estado para 1993 e das suas incidências no Alentejo e em particular no distrito de Évora, Lino de Carvalho está a efectuar um conjunto de reuniões com várias entidades da Região.

A Comissão Regional de Turismo e a Associação de Municípios do Distrito de Évora, de acordo com o calendário estabelecido, foram as primeiras estruturas contactadas pelo deputado comunista, a que se seguiu na última segunda-feira uma visita ao concelho do Alandroal.

O programa termina amanhã, dia 13, com uma reunião com o Conselho Distrital

da União de Sindicatos de Évora.

Com idênticos objectivos, também António Murteira efectuou muito recentemente várias reuniões de trabalho no distrito de Beja. A Associação de Municípios do Distrito de Beja, o Núcleo Empresarial de Beja/NERBE, a Associação de Criadores de Ovinos do Sul/ACOS, a União dos Sindicatos e o Instituto Politécnico, foram algumas das entidades contactadas durante esta ronda destinada essencialmente a uma recolha de propostas e a uma troca de opiniões sobre o desenvolvimento do Alentejo.

Das reuniões havidas - entre as quais há a destacar

ainda as realizadas com a administração e a comissão de trabalhadores da Empresa Pirites Alentejanas, bem como com o Sindicato dos Mineiros do Sul -, nota comum a todas elas foi o reconhecimento de que o Alentejo tem recursos e vontades capazes de implementar uma correcta política de desenvolvimento na década de 90.

Constatado no decorrer dos contactos estabelecidos pelo deputado do PCP foi ainda o facto de a política do Governo PSD para o Alentejo ser responsável não só pela manutenção dos grandes problemas que afectam a região como ainda por ter agra-

vado a situação nos últimos anos.

Em comunicado onde dá conta dos resultados destas visitas, o Gabinete de Apoio do Grupo Parlamentar do PCP destaca ainda o consenso obtido entre as diversas organizações e entidades quanto à necessidade de as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado, designadamente o PIDDAC, "traçarem objectivos e disponibilizarem verbas que permitam, sem mais perda de tempo, o arranque dos projectos necessários ao desenvolvimento do Alentejo, com particular relevo para o empreendimento do Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo".

Acordo PS/PSD para a revisão Não há compensação para as perdas de soberania

PS e PSD selaram o acordo para aprovar a revisão extraordinária da Constituição necessária à aprovação do Tratado de Maastricht. O processo ficou concluído em Comissão, terça-feira, e acabou por ser o corolário esperado de um processo onde avultou a vontade recíproca de cooperação e entendimento.

Almeida Santos, líder parlamentar socialista, após reunião do seu grupo onde foram aprovados os termos da revisão, manifestou-se satisfeito, considerando "muito positiva" a consagração no texto fundamental do chamado reforço dos poderes do parlamento no processo de construção europeia.

A satisfação do PS quanto

ao culminar deste processo levanta porém algumas inquietações e cabe perguntar se as razões por si invocadas como motivo de regozijo, o são de facto, de igual modo, para o País e os portugueses.

A este propósito vale a pena questionar se o problema dos poderes do Parlamento, arvorado pelo PS em tema nuclear, e utilizado para alimentar alguma controvérsia nas últimas semanas, foi de facto a questão central desta revisão, ou se, diferentemente, não se tratou afinal de um aspecto que, embora importante, serviu sobretudo para camuflar (funcionando como factor de diversão) o que verdadeiramente estava em jogo: nem

mais nem menos do que o entendimento entre os dois partidos com vista a permitir a ratificação do Tratado da União Europeia, essa sim, uma questão determinante para o nosso futuro, para os interesses de Portugal e dos portugueses.

Mas o que importa ainda dizer é que as disposições introduzidas na revisão da Lei Fundamental, ficando muito aquém do que seria de esperar, em nenhum caso podem compensar os poderes que o Parlamento perderá se o Tratado for aprovado e entrar em vigor. De certa maneira, tais disposições nada acrescentam aos actuais poderes da Assembleia da República relativamente ao processo de integração.

Desprovido de sentido parece ser, por conseguinte, neste contexto, qualquer argumento que pretenda inculcar a ideia de que esta revisão, acordada em pacto quase secreto entre PS e PSD, às ocultas dos portugueses, seja interpretado como um acto necessário e benéfico para o País.

É que por mais voltas que se dêem nada pode compensar - e estas sim foram as cedências do PS - o facto de esta revisão aceitar a transferência de soberania, quer ao nível de Governo quer de Assembleia da República, para órgãos supranacionais; abdicar do papel do Banco central (que perde o exclusivo da emissão de moeda, passando esta decisão para o Banco Europeu); e ter sido bloqueada a realização de um referendo, única forma de auscultar a vontade popular numa questão que comporta perigos para a independência e para a identidade nacional.

Desastre do Maranhão Relatório isenta mas não convence

A oposição voltou a renovar as suas críticas ao modo como o PSD conduziu em Comissão de Inquérito o apuramento de responsabilidades no desastre ecológico provocado pelo esvaziamento da Barragem do Maranhão, de que resultou a morte de toneladas de peixe. Foi numa das sessões plenárias da última semana, em cuja agenda estava inscrita a análise do relatório elaborado pela referida comissão parlamentar.

A votação do texto final da Comissão de Inquérito, que isenta o Governo de responsabilidades naquele desastre ecológico, fora aprovado exclusivamente pelo PSD na anterior sessão legislativa, sem votos contra, porque a oposição decidiu em bloco abandonar a sala antes da realização do sufrágio.

Na altura, recorde-se, os deputados do PS, PCP e do partido "Os Verdes" acusaram o PSD de estar a tentar "branquear as responsabilidades do Governo" pelo sucedido na Barragem do Maranhão, argumentos que voltaram agora a ser esgrimidos no decorrer do debate em plenário por Lino de Carvalho (PCP), José Sócrates (PS) e André Martins ("Os Verdes").

Este último, referiu mesmo que o relatório da Comissão "vicia todos os factos e todos os argumentos", acrescentando ter na sua posse cassetes de vídeo que o podem comprovar.

Responsabilizando os ministérios do Ambiente e da Agricultura por esta catástrofe ecológica, os deputados da oposição voltaram a contestar a não realização de um estudo de impacto ambiental sobre as consequências do esvaziamento da barragem, sem que para tal atitude tivessem sido dada qualquer justificação convincente.

Regularização dos imigrantes ilegais

Mais do que palavras querem-se actos

Chamado à ratificação por iniciativa do PCP, o debate em torno do decreto-lei que define os termos da regularização extraordinária de imigrantes ilegais no nosso país não foi conclusivo quanto à possibilidade de aferir da genuína e sincera vontade do Governo em resolver este problema que afecta cerca de 100 mil pessoas.

Na base desta incerteza, muito simplesmente, o facto de a maioria governamental, no decorrer do debate, ter expressado demasiadas reservas em relação às propostas avançadas pela bancada comunista, propostas essas que vão exactamente no sentido de corrigir deficiências e colmatar lacunas e omissões no diploma do Executivo.

Deste modo, o mínimo que se poderá dizer é que ao impedir o aperfeiçoamento do seu diploma, com a inclusão de sugestões e medidas subscritas pelas próprias associações representativas dos imigrantes, o Governo não está a facilitar as coisas em ordem a obter o sucesso que afirma preten-

der, correndo-se o risco de ficar aquém dos objectivos enunciados.

Ora foi justamente para esta situação que o deputado comunista António Filipe chamou a atenção durante o debate, pondo em evidência a importância de que se revestem as propostas rubricadas pela sua bancada visando no fundamental a consagração das principais correcções e aditamentos de que carece o diploma do Executivo.

Enumeradas pelo deputado do PCP, estas propostas direccionam-se basicamente no sentido da correcção das limitações impostas em função do tempo de permanência em território nacional, numa maior participação dos próprios interessados no processo, no alargamento do número de locais de apresentação dos documentos, na possibilidade de instituir outro tipo de declarações de rendimento que não apenas a da entidade profissional, no reconhecimento da união de facto como relação familiar e, por último, no próprio alargamento para seis meses do período destinado a efectuar a regularização.

Espaço Económico Europeu Governo arreda Parlamento do processo negocial

Críticas ao modo como o Governo tratou o processo negocial conducente à ratificação do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, designadamente quanto à forma como marginalizou a Assembleia da República no acompanhamento desta matéria, marcaram o debate parlamentar destinado a apreciar e votar na última semana a proposta de resolução relativa a este Acordo.

Para as bancadas do PCP e

do PS não é aceitável que o Governo continue a adoptar uma prática que impede a Assembleia da República de intervir antes dos factos consumados, como foi agora o caso, em que até a própria informação foi cerceada, impedindo a preparação que a discussão e as implicações do Acordo plenamente justificariam.

Daí que Lino de Carvalho, em nome da bancada comunista, não tenha hesitado em concluir que a aprovação do Acordo "começa mal" e com "um efectivo défice democrático" no que se refere ao seu acompanhamento por parte do Parlamento, facto que além do mais colide com a própria lei que define as atribuições deste órgão de soberania no processo de integração europeia.

E a verdade é que não se está em presença de um Acordo qualquer. Pelo contrário, o Espaço Económico Europeu, assinado em Maio último, no Porto, entre os países da EFTA, o Liechtenstein e Comunidade Europeia, constitui uma nova forma de associação e cooperação que corresponde nada mais nada menos do que ao maior espaço económico do planeta, com os seus 380 milhões de consumidores, abarcando no seu conjunto cerca de 45 por cento do comércio mundial.

Está-se assim em presença de um Acordo que, se por um lado vem potenciar a já "larga malha de relações na área da circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais", podendo por conseguinte ser favorável à "dinamização da economia deste grande grupo de países", por outro lado, como advertiu Lino de Carvalho, comporta "perigos para as economias mais débeis e mais frágeis como Portugal no quadro de uma progressiva liberalização dos mercados".

Nesse sentido, podem ter pecado por excessivo optimismo as palavras do Secretário de Estado da Integração Europeia, Victor Martins, quando, referindo-se ao Acordo, afirmou ser este um "garante da solidariedade e da cooperação renovada" e uma fonte de novas oportunidades para a economia portuguesa.

É que, lembrou-o Lino de Carvalho, o momento de entrada em vigor do Acordo encontra a economia portuguesa com "nítidos sinais de crise", designadamente na área da indústria, pelo que não é líquido que venha potenciar o actual quadro de relações de Portugal com os países da EFTA no capítulo do comércio externo ou garantir uma maior diversificação dos nossos mercados externos.

Actividade portuária Desregular a pensar nas clientelas

A Assembleia da República aprovou apenas com os votos favoráveis do PSD uma proposta de lei que autoriza o Governo a rever o regime jurídico do trabalho e operação portuária. Inserida no quadro privatizador que anima a acção do Governo, este diploma é entendido como mais um foco potencial de instabilidade e conflito, com consequências nefastas quer para os trabalhadores quer para os operadores.

Partilhada por outras bancadas, esta é de resto a opinião do Grupo Parlamentar do PCP, expressa no decorrer do debate pela deputada Apolónia Teixeira, para quem, além do mais, a proposta "não preenche todos os requisitos constitucionais"; isto sem falar do seu "carácter vago, genérico e impreciso" ao remeter matérias para decreto-lei sem contudo "definir a extensão e o regime a regular".

Mas as críticas ao diploma, do ponto de vista da bancada comunista, não se confinam aos seus aspectos formais, isto é, à reincidência no abuso da autorização legislativa por parte do Executivo numa matéria sobre direitos dos trabalhadores, assim limitando como assinalou Apolónia Teixeira "as virtu-

alidades do debate e a intervenção da Assembleia da República".

As discordâncias da formação comunista vão igualmente para a substância da proposta, a qual, no seu entender, visa "limitar a actividade dos actuais operadores portuários", facilitar "os despedimentos e a precarização do trabalho" e "conceder livremente o exercício de operação portuária aos utilizadores dos cais privativos".

Contrariamente ao argumento invocado pelo Governo, segundo o qual o que se pretende eliminar são as "barreiras à livre concorrência no mercado de operação e do trabalho portuário", o que verdadeiramente está em causa é o esvaziamento e limitação do papel das empresas existentes".

Um objectivo perigoso que, a concretizar-se, alertou Apolónia Teixeira, "cedo conduziria à anarquização da actividade portuária e ao regabose da desregulamentação de toda a organização do trabalho portuário", pondo simultaneamente em risco não só postos de trabalho como direitos sociais e laborais adquiridos.

Porto

Apreciação negativa da gestão municipal e balanço positivo da CDU

Em conferência de imprensa, a Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP fez um balanço da gestão autárquica a nível distrital, quando falta cerca de um ano para o final do mandato dos actuais eleitos.

Da apreciação feita à gestão municipal por parte do PS, do PSD e do CDS nas câmaras do distrito do Porto, destacou-se:

O arrastamento ao longo dos anos dos problemas essenciais das populações do distrito sem que tenham sido encaradas medidas de fundo visando a sua resolução no curto prazo, designadamente em termos de infra-estruturas de redes de esgotos e tratamento de águas residuais (em que o distrito do Porto continua a ter uma das piores situações do País) do abastecimento domiciliário da água à generalidade dos moradores;

As dificuldades no trânsito e nos transportes e a

degradação da rede viária municipal, bem como a falta de planeamento das obras nas vias públicas;

A situação de miséria, de abandono e desumanização em que continuam a viver milhares de moradores dos bairros municipais, e outros de habitação social, das zonas degradadas dos centros históricos do Porto e Gaia;

No plano cultural, a opção pelo espectáculo em prejuízo de uma animação cultural do quotidiano das populações;

A insensibilidade perante os problemas dos idosos, das crianças e dos jovens,

com o distrito do Porto a manter-se com os piores

índices do País em termos de rede pré-escolar, de escassez de centros de dia e de convívio para a Terceira Idade e de apoio à ocupação de tempos livres da população escolar;

A permanente degradação urbana e ambiental, com o crescimento desordenado e desequilibrado das edificações urbanas;

As recentes opções pela privatização de serviços municipais, como a recolha de lixo em freguesias de Gaia e a manutenção de jardins públicos em Matosinhos, quando a experiência demonstra que a gestão autárquica dita empresarial não só põe em causa direitos dos trabalhadores da administração local como piora o serviço prestado à população.

Em geral, esta gestão dos eleitos do PS, PSD e CDS nas autarquias do distrito é

ainda caracterizada «por comportamentos sectários e autoritários, de pendor presidencialista, pouco transparente, que em nome da eficácia procura eludir regras de funcionamento, de costas para os munícipes, sujeita à movimentação de clientelas partidárias e de lobbies económicos influentes, com apoios noutras áreas de poder, designadamente do Governo».

Estas críticas são dirigidas em primeiro lugar «ao Partido Socialista que, dominando a maioria das autarquias do distrito, e em particular a Área Metropolitana do Porto, tem afinal uma concepção de desenvolvimento que não se distingue da do PSD».

A DORP do PCP reafirma que «é possível uma gestão municipal diferente, apesar dos sistemáticos ataques do Governo do PSD ao Poder Local».

CDU, um balanço positivo

A DORP do PCP faz, entretanto, um balanço em geral muito positivo da acção dos eleitos da CDU, afirmando:

«Tal como o fazem diariamente os nossos eleitos, temos defendido medidas especiais de intervenção no campo do saneamento bási-



Os problemas no Porto arrastam-se

co, uma particular atenção ao ordenamento do território e ao ambiente, incluindo a defesa dos espaços verdes do litoral e das bacias hidrográficas do Douro, do Leça e do Ave, uma mais eficaz intervenção no plano cultural e desportivo, dos apoios à infância, à juventude e à terceira idade, seja quanto a equipamentos seja na própria dinamização de actividades, e ainda uma maior acção reivindicativa junto do Poder Central para a resolução dos graves problemas de habitação social e de escassez de investimento no campo da educação, da saúde, das infra-estruturas de comunicações e transportes». E conclui-se:

«O seu trabalho nas câmaras, assembleias municipais e de freguesia, a sua ligação

às populações, a denúncia dos problemas e a apresentação de propostas concretas, visando a sua resolução, demonstram que é possível uma alternativa dinâmica e transparente, atenta às carências populares.»

Finalmente, após se chamar a atenção para a recém-criada Área Metropolitana do Porto, informou-se sobre «algumas medidas de organização tomadas pela Direcção Regional do PCP visando dar uma ainda maior atenção aos problemas autárquicos, e ao apoio aos eleitos da CDU, das organizações concelhias que acompanham os problemas locais, concretizando assim as decisões da IV Assembleia Regional do Porto do PCP realizada no passado mês de Junho».

CNA prepara grande iniciativa nacional

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) tenciona realizar a 15 de Fevereiro, em Lisboa, uma grande iniciativa para sensibilizar a opinião pública e reclamar do poder político a adopção de medidas de defesa do mundo rural.

Trata-se de uma iniciativa nacional para a qual a CNA vai convidar organizações e entidades ligadas ao meio rural - da lavoura, autarquias, igreja, empresariais, sindicais, ecologistas, culturais e recreativas.

A iniciativa, que pretende reunir milhares de pessoas, foi decida no passado fim-de-semana em Coimbra, no decurso de uma reunião do Conselho Nacional da CNA que decidiu também reclamar do Governo um Plano Nacional de Emergência para o sector agrícola, em particular com intervenções especiais nos sectores do vinho, gado bovino, fruta e em certos produtos hortícolas.

Relativamente ao Orçamento Geral do Estado para 1993, a CNA afirma que ele não dá respostas para a crise: «uma boa parte do

orçamento de Estado para 1993 vai ser para pagar as dívidas aos agricultores, o que terá como reflexo a perda de ajudas comunitárias por não haver disponibilidades de meios para a parte destinada à comparticipação portuguesa» afirmou à LUSA, Joaquim Casimiro, da Direcção Nacional da CNA.

Bispo de Setúbal recebe CNA

Dirigentes da CNA reuniram-se a semana passada com o bispo de Setúbal para lhe transmitir o que pensam sobre a situação vivida pela agricultura e agricultores portugueses face à entrada no mercado único europeu.

A reunião com D. Manuel Martins visou, segundo afirmaram dirigentes da CNA, sensibilizar o prelado sadino para a situação dramática que a agricultura portuguesa vive face à Política Agrícola Comum (PAC).

Sargentos não querem ser cidadãos de segunda

Os sargentos portugueses não querem ser cidadãos de segunda, privados de direitos que a Constituição consagra, e vão pedir à Assembleia da República a revisão da Lei de Defesa Nacional.

Numa petição que já recolheu mais de duas mil assinaturas e que a Comissão Nacional de Sargentos (CNS) vai entregar dentro de dias ao Parlamento, pede-se a revisão do artigo 31 da Lei de Defesa Nacional.

Em conferência de imprensa dada a semana passada em Lisboa, membros da CNS citados pela LUSA afirmam que esse artigo, que retira aos militares direitos consagrados na Constituição, além de violar a própria lógica constitucional, vai contra os tratados internacionais de que Portugal é subscritor e contra as resoluções do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa,

que defendem o direito dos militares de constituir associações.

Ao contrário do que sucede nos outros países europeus, apesar de existir em Portugal uma Associação Nacional de Sargentos, devidamente legalizada, esta não consegue ser reconhecida pela hierarquia militar e ainda menos pelo ministro da Defesa, segundo afirma um dos participantes da conferência de imprensa.

As dificuldades são de tal ordem que até a própria petição a ser entregue na Assembleia da República seria ilegal à luz da Lei de Defesa Nacional, apesar desse direito estar expresso na Constituição Portuguesa. O obstáculo é torneado recorrendo a CNS a sargentos reformados, os quais podem dar a cara sem receio de represálias, ao contrário dos seus colegas no activo.

CDU visita S. Silvestre

No passado dia 8 do corrente, em seguimento de acções idênticas efectuadas em outras áreas do Concelho, uma delegação da CDU/autarquias/Coimbra, acompanhada do vereador Santos Cardoso, efectuou uma visita à freguesia de S. Silvestre com o objectivo de detectar os principais problemas cuja resolução compete à Câmara Municipal e Junta de Freguesia.

Tratando-se de freguesia que dista somente meia dúzia de quilómetros da cidade de Coimbra, a delegação não pode deixar de lamentar a falta de conclusão da rede de esgotos e de abastecimento de água potável nos lugares de Quimbres e Zouparria, apesar dos investimentos já efectuados vindos de mandatos anteriores, aguardando provavelmente a próxima época eleitoral para inauguração com «pompa e circunstância».

Denunciam também a falta de apoio ao associativismo que vem a ser desenvolvido em Quimbres, através do recém-criado Centro Social, não disponibilizando terrenos para a construção da sua sede.

Apesar de a delegação da CDU ter solicitado encontro com os membros do executivo da Junta de Freguesia, estes não se mostraram disponíveis, o que se lamenta.

Não à redução das esquadras

A Comissão de Freguesia de Santa Maria dos Olivais do PCP repudiou, em recente comunicado tornado público, a acção que, no âmbito da reestruturação das

forças de segurança, preconiza o desaparecimento da Esquadra do Bairro da Encarnação/Olivais e, nessa perspectiva, manifestou a sua solidariedade para com os moradores da Freguesia, zona bastante afectada por situações de marginalidade. «Para que as populações se sintam em segurança», diz o comunicado, «exigimos a manutenção da Esquadra do Bairro da Encarnação/Olivais».

Mondim de Basto

«Mondim de Basto está parado e está pior», denuncia a respectiva Comissão local do PCP que, reunida na passada sexta-feira, resolveu trazer a público a situação que ali se vive.

Quanto ao funcionamento do Centro de Saúde, que fecha às 8 da noite e ao fim-de-semana, não proporciona qualquer melhoria de assistência médica, apesar de a população continuar a pagar as consultas. Se alguém adoecer de noite tem de recorrer a Vila Real. O comunicado do PCP acusa a Câmara Municipal de não se empenhar na resolução da situação nem de defender os direitos dos mondinenses.

Chamando também a atenção para o Ginásio/Pavilhão, o comunicado sublinha que este não está a ser devidamente aproveitado.

E adianta:

«Devia haver um regulamento do ginásio que permitisse a utilização por toda a população que o desejar e não apenas por meia dúzia que tenha alguns conhecimentos e certas boas relações.

Assim alertando para estas situações que em nosso entender estão erradas, reclamamos da Câmara a sua resolução imediata.»



PE quer mais verbas no orçamento da CEE

Conselho de Ministros enfrenta oposição do Parlamento

O Parlamento Europeu propôs, na sua sessão de Outubro, um aumento de 800 milhões de contos das despesas do orçamento da CEE para 1993. Ao aprovar, em primeira leitura, um conjunto de propostas de alteração ao projecto de orçamento apresentado pelo Conselho de Ministros, que faz elevar o montante das despesas totais de 65,7 mil milhões de ecus para 70,2 mil milhões de ecus, o PE deu início ao que pode ser um dos seus mais sérios confrontos com o Conselho.

O PE justificou a sua posição pela necessidade de dotar o orçamento comunitário do próximo ano "dos meios necessários" à implementação dos objectivos enunciados no Tratado de Maastricht e do Pacote Delors 2 sobre as perspectivas financeiras da Comunidade para o período de 1993/97. Acontece porém que, na actual conjuntura, os mesmos Estados-membros que mais se empenharam na assinatura do Tratado estão pouco disponíveis para "abrir os cordões à bolsa". Tanto assim é que ninguém acredita que, no próximo Conselho de Ministros do dia 17, as propostas aprovadas pelo PE venham a ser aceites. A opinião generalizada é a de que o Conselho não deverá modificar substancialmente o seu projecto inicial, o que poderá levar o PE a rejeitá-lo em bloco, em segunda leitura.

A verificar-se uma tal situação - o que só aconteceu duas vezes na história da Comunidade (em 1980 e 1987) - todo o processo voltaria ao início, forçando a Comunidade a viver em regime de duodécimos a partir de Janeiro de 1993.

Segundo um porta-voz do PE citada pela Lusa, o Parlamento está disposto a negociar nos termos do acordo interinstitucional - que vigorou até à negociação do or-

çamento de 1992 e que proporcionou um período de 'paz orçamental' entre as instituições da CEE, nos últimos quatro anos -, na condição de o conselho aceitar um acordo político sobre os meios necessários aos objectivos de Maastricht.

O que está em causa, segundo o eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, ao intervir no debate, é a necessidade de definição clara de novas perspectivas financeiras e um novo Acordo Institucional, que correspondam às novas exigências decorrentes da concretização do mercado interno.

Para o eurodeputado comunista, "o pacote Delors 2 deverá ser a base da primeira exigência", sendo a segunda a "duplicação real dos fundos estruturais", a par com a realização de prioridades, de que destacou a "concretização da dimensão social".

Estas vertentes, que se complementam - sublinhou Joaquim Miranda -, deverão eliminar à partida ideias de que o orçamento para o próximo ano será positivo se apenas um ou outro aspecto parcelar, por importante que seja, nele for inscrito.

Projecto do Conselho é inaceitável

Defendendo a necessidade de uma perspectiva global e de médio prazo e não visões restritas em termos de conteúdo e limitadas no tempo, Joaquim Miranda considerou que isso "em nada colide, antes reforça, o significado de certas rúbricas como o Fundo de Coesão, as redes transeuropeias, a política global no domínio do ambiente ou a criação do Comité das Regiões".

Para o eurodeputado, o projecto de orçamento do

Conselho não responde minimamente a tais prioridades, pelo que é inaceitável. Face a tal situação, restava à Comissão dos orçamentos do PE duas opções: ou a imediata rejeição do projecto, ou a introdução de profundas alterações deixando ao Conselho a possibilidade de, até à segunda leitura, emendar a mão e responder positivamente às preocupações do PE. Foi esta segunda via a adoptada pela Comissão dos orçamentos, o que, segundo o nosso camarada, "não deve ser interpretada pelo Conselho como um sinal de fraqueza do Parlamento", nem "suscitar excessivas ilusões" entre os parlamentares, já que "se ao Conselho cabe responder positivamente às orientações e propostas essenciais que se formulam, cabe igualmente ao PE não excluir a hipótese de rejeição do Orçamento, na segunda leitura, no caso de tal resposta se não verificar".

Considerando "preferível o recurso ao regime de duodécimos a um mau orçamento, mesmo que transitório", Joaquim Miranda salientou ainda ser inaceitável a transferência de despesas tradicionais para o campo dos novos objectivos, e a inscrever no âmbito da concretização do Pacote Delors 2, pelo que isso limitaria o alcance que à partida se atribui a este, bem como a sobrecarga de certas categorias orçamentais - em particular os fundos estruturais - com novos programas que possam desvirtuar os objectivos e o âmbito para que foram concebidos e que constam dos actuais regulamentos. Como fez notar, a exigência da duplicação real dos fundos estruturais em 1993 só faz sentido no contexto do estrito acatamento dos objectivos para que foram pensados e aprovados.

GATT divide os Doze

A Comunidade Económica Europeia pretende retomar de imediato as conversações do GATT (Acordo Geral sobre o Comércio e Pautas Aduaneiras), de forma a evitar uma guerra comercial com os Estados Unidos. Reunidos em Bruxelas no início da semana, os ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade não chegaram a acordo sobre a retaliação às sanções decididas pelos EUA a produtos comunitários, o que é revelador das profundas divergências que opõem os Doze nesta matéria.

A semana passada, os EUA anunciaram um aumento de 200 por cento nas tarifas de importação de produtos agrícolas europeus (principalmente vinhos brancos, óleo de colza e glúten de trigo), a partir de 5 de Dezembro, como forma de pressão para forçar a Comunidade a reduzir drasticamente a sua produção de oleaginosas. Actualmente, os direitos alfandegários dos EUA sobre os referidos produtos são de 5 por cento.

Para Washington, a produção europeia de oleaginosas é excessivamente subsidiada, e considera que a CEE faz concorrência desleal às exportações norte-americanas de soja para a Europa, comprometendo ganhos anuais estimados em mil milhões de dólares.

A França é o principal país afectado pela decisão norte-americana, mas não o único; também Portugal, Espanha, Bélgica, Irlanda e Grécia serão prejudicados por aquela medida.

Assim, na reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros de segunda-feira, as posições dividiram-se. Por um lado, cresceram de tom as críticas à França por parte do Reino Unido, Alemanha e Holanda, acusada de provocar o impasse nas negociações ao pretender defender os seus interesses. Uma crí-

tica de resto extensiva ao presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, que é acusado de favorecer os interesses franceses pelos dois comissários que negociam com os EUA em nome da Comunidade, Ray Mac Sharry e Frans Andriessen, responsáveis pela Agricultura e pelo Comércio Externo, respectivamente. Por outro lado, aumentou o número dos Estados-membros que consideram que a CEE deve impor represálias contra os EUA, caso este país aplique as sanções comerciais contra a Comunidade.

Dividida literalmente ao meio, a CEE está longe de se encontrar na melhor posição para enfrentar os EUA. Se é verdade que a França está apostada em adiar um acordo (de inevitáveis repercussões internas) com os EUA para depois das eleições legislativas francesas, marcadas para o primeiro trimestre de 1993, não é menos verdade que uma guerra comercial seria desastrosa para todas as partes envolvidas.

Aparentemente, a aposta é a de conseguir o reinício das negociações. A declaração final da reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros não fala por isso em sanções, embora seja voz corrente em Bruxelas que a Comissão Europeia ficou encarregada de preparar uma lista de retaliação caso não se consiga uma flexibilização da posição norte-americana.

Eludida continua entretanto a questão de fundo - ao fazer depender todas as negociações do GATT do *dossier* agrícola, que embora da maior importância não é o único em jogo, os negociadores estão a pôr em causa o comércio mundial. O que certamente não é bom para ninguém e muito menos para os países economicamente menos desenvolvidos, como é o caso de Portugal.



Mulheres de Leste vítimas da crise

A crise económica na Europa de Leste afecta profundamente a situação profissional e social das mulheres, denunciaram várias delegadas de associações femininas que recentemente participaram em Estrasburgo num congresso sobre "As mulheres e a Europa".

De acordo com Bernice Dubois, presidente do Conselho Europeu das Federações WIZO (Women International Zionist Organisation), as mulheres do antigo bloco de Leste são hoje atingidas pelo desemprego, apesar de "terem ganho alguma liberdade de expressão".

As denúncias mais dramáticas vieram da Alemanha onde, segundo foi dito, na "corrida ao emprego" nos territórios da ex-RDA, algumas mulheres "pensam ter mais hipóteses se se fizerem esterilizar,

para provar ao eventual empregador que não terão filhos e portanto não faltarão ao trabalho". Por outro lado, a situação agravou-se com a perda de regalias sociais, não dispondo hoje as mulheres dos serviços gratuitos anteriormente garantidos pelos regimes comunistas, tais como infantários e lares de idosos.

"O Inverno vai ser terrível nos Estados Bálticos", afirmou Rachel Kostanian, delegada de Vilnius (Lituânia). Segundo disse, o aumento dos preços não permite às mulheres garantir as necessidades quotidianas, e as mais carenciadas (idosas ou sozinhas...) têm falta de alimentos e vestuário.

Uma realidade bem mais amarga do que as promessas dos defensores do capitalismo.

INTERNACIONAL

Alemanha

Dezenas de milhar de manifestantes contra violência racista

Muitas dezenas de milhar de pessoas desfilaram pelo centro de Berlim numa manifestação de repúdio pela violência racista que há um ano abala a Alemanha.

A manifestação contou com a — controversa — presença dos mais altos responsáveis do poder político: o chanceler Helmut Kohl e o presidente Richard Von Weizsaecker, para além dos presidentes da maioria dos partidos, dos sindicatos, representantes das igrejas e organizações económicas.

Vindos de toda a Alemanha em comboios e autocarros, os manifestantes partiram simbolicamente de dois pontos distintos do país — um a Leste, outro a Ocidente — para convergir no centro da antiga Berlim-Leste.

A concentração final deu-se no parque Lustgarten, onde, antes da segunda guerra mundial, se realizavam as grandes manifestações nazis.

Na véspera da concentração anti-racista de Berlim, milhares de pessoas manifestaram-se contra o neonazismo, em várias cidades do país.

Em Estugarda, no sudoeste da Alemanha, desfilaram 40 mil pessoas, gritan-

do palavras de ordem como «O direito de asilo faz parte dos direitos do homem» e o «Ódio não tem qualquer hipótese».

Na parte ocidental da Alemanha, cerca de duas mil pessoas manifestaram-se em Mannheim, sete mil em Kassel e em Darmstadt, e 15 mil em Hanover.

Na ex-RDA, em Neubrandenburgo, registaram-se alguns incidentes com neonazis que provocaram os manifestantes com gritos de «Alemanha para os alemães».

Estas grandes manifestações anti-racistas surgem como reacção a um crescendo de acções violentas contra os estrangeiros promovidas por grupos neonazis.

Cerca de 448 incidentes racistas foram registados na Alemanha só no mês de Setembro, afirmava o diário «Berliner Zeitung», em vésperas das manifestações anti-racistas, citando um relatório confidencial do gabinete alemão de protecção da Constituição.

No conjunto do território, ocorreram 94 incidentes em Julho e 190 no mês de Agosto, segundo o jornal.

Os repetidos ataques a lares de refugiados em Rostock no fim de Agos-

to, foram depois seguidos por actos semelhantes diários.

Os ataques racistas ocorreram sobretudo em Setembro em dois Estados federais ocidentais: Baden-Wuerttemberg (118 em Setembro) e na Renânia-do-Norte-Vestefália (180), segundo números publicados pelo mesmo jornal.

Entretanto, dados divulgados pelo departamento federal de criminalidade indicam que o número de delitos relacionados com a onda de xenofobia aumentou em 70 por cento nos primeiros dez meses deste ano.

Até ao passado dia 25 de Outubro, registaram-se na Alemanha 3374 actos criminosos contra estrangeiros, incluindo 15 homicídios, 435 atentados incendiários e sete com bombas, assim como 346 agressões corporais.

Como pano de fundo desta dramática realidade estão problemas muito reais no plano socioeconómico, e uma política que objectivamente contribui para o agravamento da xenofobia.

Um dado a referir é o envio, por Bona, dos refugiados em busca de asilo, para zonas particularmente

atingidas pela crise, como Rostock ou Hoyerswerda, onde mais de 40% da população está no desemprego e os preços dos alugueres das casas aumentaram em 200 por cento.

Em causa também a intenção governamental de alteração da lei do asilo, que passaria pela alteração do artigo 16 da Constituição alemã, que institui o direito de asilo político para todos os perseguidos.

Um domínio em que o SPD (sociais-democratas) o maior partido da oposição, tem vindo a defender posições contraditórias. No próximo Congresso extraordinário, a realizar dias 16 e 17, os sociais-democratas alemães irão apresentar uma moção que prevê uma reforma do direito do asilo sem alterar a Constituição. A moção preservaria o direito individual ao asilo, considerando inalterável o artigo 16 da Constituição.

Nas manifestações anti-racistas agora realizadas, exigia-se em alguns cartazes — nomeadamente do partido «Aliança 90/Os Verdes» — a não alteração do artigo 16, mantendo-se a garantia do direito de asilo a todos os perseguidos.

Itália

Mobilização nacional contra anti-semitismo

Mais de 60 mil estudantes manifestaram-se na segunda-feira passada pelas ruas de Roma, contra uma onda de anti-semitismo que tem vindo a fazer-se sentir na Itália nas últimas semanas.

O cortejo, silencioso, era liderado por 21 ex-prisioneiros, sobreviventes dos campos de concentração.

Presentes representantes dos mais diversos grupos políticos e sociais, a manifestação contou com a participação do presidente do Senado, Giovanni Spadolini.

Entre as palavras de ordem destacava-se — «Nunca mais contra os judeus, não a todos os racismos». A multidão exigiu o fim das perseguições de que os judeus têm vindo a ser vítimas, e o encerramento das sedes políticas dos «nazi-skins».

Milhares de pessoas desfilaram igualmente em outras 31 cidades italianas.

As manifestações de anti-semitismo têm vindo a crescer na península — alimentadas pela crise socioeconómica, pela própria instabilidade e complexidade do actual quadro político, e pela ignorância generalizada

sobre os factos históricos e as linhas-mais gerais da realidade e da evolução social.

Em recentes declarações, a presidente da comunidade judia em Itália, Tullia Zevi, sublinhava que não eram «as cruzes gamadas e os skinheads que lhe faziam medo, mas sobretudo o silêncio das pessoas, a passividade». Uma passividade directamente ligada à ingorância e desinformação. O diário «Il Giornale», referia por sua vez que «à parte os loucos e exaltados que se exprimem em Roma ou Emilie, os italianos têm o único defeito de saber demasiado pouco, por causa de uma escola que não ensina, ideologias que deformam, uma informação feita de flashes e de imagens que correm como a água na pedra».

As grandes manifestações do início desta semana demonstram que, apesar de todos estes factos, muitos milhares de italianos têm consciência dos perigos que avanços do racismo e da extrema-direita comportam.

A situação justifica amplamente esta reacção popular.

Nas últimas semanas, nos vidros

das montras de Roma, apareceram autocolantes com as estrelas amarelas e a inscrição: «Sionistas fora de Itália».

Há umas semanas atrás, slogans racistas e cruzes gamadas foram inscritos nas paredes da capital italiana. Na véspera, vários túmulos do cemitério judeu de Finale Emilie, perto de Modène (centro de Itália), foram profanados.

Simultaneamente o semanário «Expresso» divulgava uma sondagem — que gerou grande polémica, também pelo receio de que ela própria pudesse alimentar a onda de anti-semitismo — reflectindo um aumento de anti-semitismo entre a população italiana.

Os dados são preocupantes: 10,5% das pessoas interrogadas «não desejariam que os seus filhos ou filhas casassem com um judeu», 9,2% considera que se fala de mais da exterminação dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial, 56% que eles têm «uma relação particular com o dinheiro» e 42% que «eles devem deixar de se sentir vítimas do Holocausto».

CUBA

Uma organização ecuménica dos Estados Unidos iniciou a recolha de ajuda humanitária para a população cubana ignorando o embargo norte-americano contra Cuba.

A ajuda será entregue a igrejas protestantes para posterior distribuição pela população cubana.

A lei que regula o embargo a Cuba, imposto há mais de 30 anos, não permite o envio de ajuda humanitária para Havana sem autorização do departamento do tesouro.

«Não se pediu autorização... Não temos que pedir autorização para enviar ajuda às igrejas. Não sabemos como vai reagir o governo de Washington», disse Ellen Bernstein, dirigente da Fundação inter-religiosa para organizações de comunidades (IFCO).

É a primeira vez que a IFCO vai enviar ajuda humanitária para Cuba depois de nos anos 80 ter ajudado a população da Nicarágua e de El Salvador.

CABO VERDE

Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV, na oposição) responsabilizou os responsáveis governamentais pela «situação económica e social difícil» que o país atravessa.

Um comunicado da Comissão Política do PAICV, único partido da oposição parlamentar no arquipélago, sublinha que «o país atravessa uma situação económica e social difícil, sem que se vislumbrem medidas adequadas e atempadas para a enfrentar e reverter».

Para o partido do ex-primeiro-ministro Pedro Pires, Cabo Verde «vem funcionando em grande parte por inércia e, já quase a terminar o ano, não se descortina o tão propalado arranque da economia prometido para 1992».

O PAICV considera que a «ausência de uma política social adequada» conduz a um «empobrecimento progressivo das populações», aliada aos «fracos resultados do ano agrícola, cujos efeitos não foram prevenidos atempadamente».

ZÂMBIA

Cento e quarenta pessoas terão morrido de cólera em 48 horas na província de Copper Belt, na Zâmbia, elevando-se assim a 286 o número total de vítimas mortais desde o início da epidemia há uma semana, segundo o ministro da Saúde, Boniface Kawimbe.

O ministro, que se encontra actualmente na região atingida, afirmou que tais números não incluem as vítimas que morrem em casa.

Segundo jornalistas enviados para a zona, o número das vítimas que morreram em suas casas será praticamente igual ao anunciado pelo ministro.

Devido à saturação das morgues e para impedir os parentes dos mortos de serem contaminados pela epidemia, as vítimas são enterradas em valas comuns, informa o jornal «Sunday Times of Zambia».

Desde que o governo proibiu ajuntamentos públicos, incluindo funerais, os familiares não estão autorizados a enterrar os seus mortos.

Em Lusaca, foram detectados 11 casos de cólera, mas até agora não há notícias de vítimas mortais.

EUA

Presidente eleito dos Estados Unidos, Bill Clinton, vai convocar, antes de assumir a presidência em 20 de Janeiro, uma Cimeira para estudar as prioridades da economia norte-americana.

Segundo os dois responsáveis da equipa de transição de Clinton, Vernon Jordan e Warren Christopher, o governador do Arkansas pretende reunir em Little Rock especialistas em economia.

Entre eles haverá homens de negócios e economistas e uma grande variedade de gente com experiência em economia e finanças internacionais, disseram os assessores de Clinton.

Jordan e Christopher sublinharam que a economia é «um objectivo prioritário» da próxima administração democrata e que os assuntos económicos terão mais atenção que no passado.

GUATEMALA

A situação dos direitos do homem melhorou na Guatemala, mas persistem casos de assassinio, rapto e desaparecimento, indicou um investigador da Organização dos Estados Americanos (OAS).

«Houve um declínio geral das violações dos direitos do homem, mas ainda há muito por fazer porque as violações são muitas», afirmou Marco Bruno Celli, presidente da Comissão inter-americana dos direitos do homem da OAS.

Celli concluiu uma visita de cinco dias à Guatemala para investigar a situação dos direitos do homem, menos de três semanas depois de Rigoberta Menchu, activista índia guatemalteca, ter sido distinguida com o Prémio Nobel da Paz 1992.

A atribuição do Nobel a Manchu chamou a atenção para a situação dos cinco milhões de índios da Guatemala.

«A Comissão está preocupada com as acusações de desaparecimentos forçados, assassinios, fracasso da justiça e impunidade para os agressores», referiu o investigador da OAS.

Angola

Entre a paz e a guerra

No 18.º ano da sua existência enquanto Estado independente, Angola vive uma fase particularmente difícil, num processo desencadeado pela recusa de facto da Unita em reconhecer os resultados eleitorais.

Levantado o recolher obrigatório em Luanda, a capital angolana tenta retomar um ritmo de vida normal, mas a guerra é ainda uma realidade em diversas zonas do país.

Os combates de Luanda coincidiram com investidas da Unita no Lobito e em Benguela e noutras cidades do país onde se admite que o número de mortos e feridos não terá sido inferior ao da capital.

Ndalatando foi ocupada no passado fim-de-semana pela Unita e outros pontos do país estão a ferro e fogo, embora em alguns casos em aparente acalmia de luta.

A Vila de Caxito foi também ocupada pela Unita, em simultâneo com confrontos em Luanda.

Entretanto, chegam à capital relatos dramáticos de execuções e fuzilamentos de membros das estruturas do

governo ou simpatizantes do MPLA.

Milhares de pessoas fugiram para Luanda e as autoridades montaram uma coluna de transportes para recolha dos fugitivos a meio caminho.

Entretanto, as autoridades e a imprensa angolanas têm vindo a denunciar possíveis contactos de Jonas Savimbi na África do Sul, no passado dia 2, reactivando os apoios de Pretória à Unita.

Savimbi terá estado na base do «Batalhão Búfalo», em Pompret, admitindo-se que o destino dessa força militar seria Cabinda e acções pela costa angolana.

O ministro das Relações Exteriores de Angola acusou mesmo formalmente a África do Sul de estar a fornecer equipamento bélico às forças armadas da Unita. Pedro Van Dunen Loy, citado pela Rádio Nacional de

Angola, referiu que a força aérea sul-africana está a controlar o espaço aéreo no Sul de Angola, de modo a proteger o reabastecimento bélico das tropas da Unita.

A Unita está a deslocar efectivos para as áreas de interesses económico, como as zonas petrolíferas de Cabinda e Soyo e de diamantes das Lundas. Admite-se que outro alvo seja a província de Benguela, com destaque para o Lobito.

Neste clima de confronto — ao arripio da clara vontade de paz do povo angolano — o secretário-geral do conselho sul-africano das igrejas, reverendo Frank Chikane, enviou cartas ao presidente Frederik De Klerk e ao secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali, expressando a sua preocupação pela crise em Angola.

Na missiva dirigida ao secretário-geral da ONU, Chikane, apela à comunidade internacional para que acompanhe com rigor e detalhadamente qualquer sinal de envolvimento de qualquer elemento ou país no apoio à Unita na sua rejeição dos

resultados das eleições em Angola.

«A Unita e Jonas Savimbi estão a criar um precedente em que resultados de um processo democrático mediado e observado internacionalmente possam ser desafiados sem receio de censura concreta pela comunidade internacional», frisou o secretário-geral do Conselho das Igrejas.

Na carta dirigida ao presidente De Klerk, sublinha-se que qualquer apoio de Pretória à Unita, nesta fase, poderá «afectar seriamente o futuro da África do Sul».

Nas palavras do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, Venâncio de Moura, «o que está em causa agora é o reparo de danos materiais e morais causados novamente ao povo angolano e logo que as condições sejam possíveis» o processo de paz poderá reencontrar «nos seus carris».

Rui Mingas defende respeito por acordos

O embaixador angolano em Portugal, Rui Mingas, disse no Porto, que é empenho do seu governo «desmilitarizar a Unita» e «respeitar os acordos de Bicesse».

O comportamento do líder da Unita, Jonas Savimbi, afirmou o embaixador Mingas, foi «estranho e incompreensível» ao escolher o «confronto armado» e o «caminho da militarização» para contrariar a «vontade expressa do povo angolano à boca das urnas».

Rui Mingas, que respondia, num hotel do Porto, a questões levantadas por individualidades do campo político, social e empresarial da região, numa iniciativa da «Rádio Nova», acrescentou que «não é intenção dos angolanos terem guerra no seu solo».

«O meu governo não quer mais ninguém armado a fazer de Angola campo de batalha», refere Rui Mingas, que encara o «futuro com optimismo» apesar de considerar serem «dramáticos os momentos que lá se vivem».

O embaixador de Angola acusou a Unita de «incentivar o tribalismo, o racismo e a xenofobia», o que acabou por provocar um povo que tinha acabado de dar mostras de enorme civismo durante as eleições.

A «ameaça», a «intimidação» e a «chantagem» foram — segundo o embaixador — «algumas das armas adoptadas pela Unita», acrescentando «Angola esteve perante um golpe de Estado».

Para Mingas, «a sociedade angolana vai ser socialista e democrática», segundo os «conceitos de justiça, igualdade e liberdade respeitando sempre as várias crenças e ideologias de todos os angolanos, no sentido de criar uma pátria una».

ECONOMIA E LUTAS

ALEMANHA

O número de casos de insolvabilidade registados em Agosto na Alemanha Ocidental subiu seis por cento em relação ao mesmo mês de 1991, anunciou o Gabinete Federal de Estatísticas.

O número de sociedades que pediram as declarações de insolvência foi de 839, das quais 156 pertencem a indústria transformadora, 155 a construção, 198 ao comércio e 260 aos serviços.

O total das empresas que solicitaram estado de falência aumentou 13,4 por cento em relação a Agosto de 1991.

Na antiga Alemanha de Leste, 92 empresas pediram em Agosto para usufruir da lei das falências, das quais cerca de metade foi afastada devido a sua estrutura insuficiente.

Os 684 pedidos entrados desde o início do ano representam quase o triplo dos apresentados de Janeiro a Agosto de 1991, salienta o Gabinete Alemão Federal de Estatísticas.

ARGENTINA

A Argentina viveu dia 9 uma greve geral destinada a protestar contra a severidade da política económica do governo.

Este movimento de protesto social é o maior desde a subida ao poder do presidente peronista Carlos Menem, há três anos e meio.

A greve registou adesão considerável e o sector mais afectado foi o dos transportes públicos da região de Buenos Aires.

O início deste movimento contestatário foi assinalado com atentados que segundo a polícia seriam actos de intimidação.

Vários veículos particulares e de transporte público foram incendiados e um enge-

nho explosivo colocado em frente a sede do sindicato peronista CGT rebentou sem fazer estragos.

ÁSIA

Três dos quatro «dragões» asiáticos registarão uma desaceleração do seu crescimento em 1992 e 1993 devido à falta de mão-de-obra, custo elevado do imobiliário e problemas ecológicos, indicou o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD).

Os quatro países (Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul e Singapura) vão ter um crescimento de 6,7 por cento do seu produto interno bruto (PIB) em 1992 e de sete por cento em 1993 contra 7,3 por cento em 1991, precisou o banco.

Hong Kong registara um crescimento de seis por cento em 1992 e 1993 contra 4,2 por cento em 1991, justificado pela melhoria da sua competitividade, por modificações estruturais nos principais mercados de exportação e pelas ligações económicas com a China.

A colónia britânica beneficiou do crescimento rápido do sul da China, o que permitiu limitar os custos de produção, devendo a inflação manter-se elevada, encorajando a instalação de unidades de produção.

O PIB de Taiwan deverá registar este ano, como em 1991, uma alta de 7,2 por cento, e de sete por cento em 1993, indica o BAD, precisando que a quebra registada na evolução do crescimento económico mundial vai impedir o aumento das exportações de Taiwan ao nível das importações.

Para a Coreia do Sul, as previsões apontam para uma taxa média de crescimento de 7 por cento em 1992 e 1993, contra 8,4 por cento no último ano.

Refugiados

África expulsa Europa fecha portas

Num quadro mundial em transformação e marcado por profunda instabilidade e aprofundamento das desigualdades, a realidade dos refugiados e das populações expulsas assume carácter particularmente dramático.

Dois exemplos, vindos de África (que não faltam outros, particularmente na Europa).

700 mil pessoas expulsas de Cartum, pelo governo sudanês

Cerca de 700 mil pessoas foram expulsas de Cartum pelo governo sudanês, segundo um relatório do secretário-geral da ONU, Butros Ghali.

Os civis foram levados para centros, alguns dos quais situados a 40 quilómetros da capital sudanesa, afirma Ghali no documento que circula na 47.ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque.

«A dimensão exacta do programa não pode ser esclarecida» e, «na ausência de qualquer preparação, os centros (de alojamento) não dispõem de alimentação adequada, água, serviços de higiene e sanitários, assim como de abrigos e possibilidade de emprego», lê-se no relatório.

Butros Ghali classifica a situação dos refugiados de «desesperada». Nos últimos doze meses, regressaram à região do Alto Nilo 270 000 refugiados da Etiópia, o Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA) foi «fraccionado», o que conduziu a violentos combates e ao êxodo de 200 000 pessoas, e intensificaram-se as ofensivas governamentais.

«Cerca de 900 000 pessoas necessitam de assistência no sul do Sudão», sublinha o secretário-geral da ONU.

Noutras regiões a situação é «igualmente crítica», acrescenta Butros Ghali,

citando o caso de 50 000 pessoas das montanhas de Nouba, deslocadas devido a «acções militares».

Marrocos expulsa mais de 200 africanos «candidatos» à emigração para a Europa

Marrocos expulsou nos últimos dias cerca de 200 senegaleses, mauritanos e malianos no quadro da campanha contra a emigração clandestina para a Europa, anunciou o ministro do Interior marroquino em Rabat.

As autoridades marroquinas, adiantou o governo estão a colaborar com alguns países europeus, nomeadamente a Espanha, para impedir a imigração clandestina de africanos para diversas localidades da Europa mediterrânica.

Um grupo de 30 senegaleses foi posto a bordo de um avião em Casablanca com destino a Dacar.

Por outro lado, fontes do diário «Liberation», de Casablanca, afirmaram que uma vintena de mauritanos foi também atingida esta semana pelas medidas de expulsão.

Na semana passada, prossegue o jornal marroquino, um grupo de 50 malianos foi também expulso de Marrocos.

Uma fonte diplomática senegalesa afirmou que o Ministério dos Negócios Estrangeiros marroquino enviou uma nota às autoridades de Dacar em que explicam as razões das expulsões, no quadro da luta contra a imigração clandestina.

Nos últimos dias, a polícia marroquina deteve no norte de Marrocos mais de 50 cidadãos de países africanos que se preparavam para emigrar clandestinamente para a Europa através de Espanha.

Calcula-se que existem em Marrocos mais de 5000 africanos em situação irregular, tentando alguns emigrar clandestinamente para a Europa.

Um ano depois do massacre de Díli

Timor quer fazer o «desluto»

- Entrevista com Abílio Araújo

«Avante!»: Gostáramos de saber, um ano depois do massacre do cemitério de Santa Cruz, qual o balanço que faz da actividade diplomática, entretanto desenvolvida, de sensibilização para a causa do povo timorense? O que ganhou Timor neste ano?

Abílio Araújo: Se partirmos do princípio que a questão de Timor, para muita gente, só começou a existir desde o ano passado, então poderemos pensar que, após este ano, se fez alguma coisa, dada a repercussão na opinião pública conseguida. Mesmo assim considero que a resposta da opinião internacional foi muito mais consistente do que a resposta dos Estados.

O massacre de Santa Cruz causou cerca de 200 mortos, número que a resistência apresenta contra os admitidos oficialmente. E temos de aceitar que desde 75 até hoje, a Indonésia perpetrou em Timor mais de mil massacres semelhantes... É um número assustador!

Digo isto para alertar as pessoas que por uma ou outra razão só despertaram para a dramática situação do nosso povo desde o último ano.

O martírio dos combatentes é muitas vezes uma condição necessária para que as causas justas possam vencer com maior compreensão e solidariedade. Como timorense (perdi, aliás, desde que a guerra começou, o meu pai, irmãos, sobrinhos...) penso que a morte desses jovens o ano passado veio abanar a apatia em que vivia a comunidade internacional, foi uma sacudida nas consciências...

Toda a situação gerada em Timor não teria tido o drama que teve se desde o princípio existisse uma verdadeira solidariedade para com o nosso povo. Penso que na questão de Timor há culpados e sinto uma certa angústia que também quero expressar: é o sentimento de revolta do nosso povo indefeso.

Quando o mundo se apercebeu, há 16 ou 17 anos, da existência de uma identidade nacional e cultural próprias do nosso povo, quando o mundo se apercebeu que o nosso povo estava disposto a lutar pelo verdadeiro exercício dessa identidade, muitas forças internacionais acabaram por ter uma postura de cumplicidade com a agressão de que somos vítimas.

Como povo, um ano depois do massacre, queremos voltar a dizer que vamos continuar a lutar. Este é um aspecto positivo que podemos realçar hoje: a nossa determinação em continuar a guerra.

«AV!»: Da solidariedade portuguesa entretanto manifestada, o que é que retiramos...

AA: Nós ficámos muito espantados com o movimento que se gerou em Portugal desde 12 de Novembro. Sobretudo a participação da juventude portuguesa nesse movimento de solidariedade. Nesta fundação recebemos tantas cartas e solicitações de meninos de escola, do secundário ao complementar, telefonemas, câmaras municipais... e ainda continuam...

«AV!»: E no plano político?

AA: No plano político e diplomático eu sou de opinião que as instâncias internacionais não corresponderam da forma mais correcta ao impacto das imagens televisivas que Santa Cruz produziu. As Nações Unidas tiveram uma atitude de bastante titubeante. Há um relatório do enviado especial do secretário-geral da ONU para Timor-Leste que não foi revelado até hoje...

«AV!»: De quando é esse relatório?

AA: Do final do ano passado... Penso que deviam ter



«Tenho consciência da influência das grandes potências do nosso planeta, que têm praticado uma política da maior hipocrisia em relação a Timor - e chamo essas potências pelo seu nome: Estados Unidos, os grandes da Europa, o Japão e a Austrália»

sido tomadas medidas mais duras ao nível da Comissão dos Direitos Humanos. Mas também não queria responsabilizar unicamente Portugal. Sou franco ao dizer isto já que depois da minha experiência e conhecimento da chamada «interdependência» das relações políticas e diplomáticas, tenho consciência da influência das grandes potências do nosso planeta, que têm praticado uma política da maior hipocrisia em relação a Timor - e chamo essas potências pelo seu nome: Estados Unidos, os grandes da Europa, o Japão e a Austrália.

Santa Cruz aconteceu pouco tempo depois da invasão iraquina do Kuwait, pouco tempo depois da «grande cruzada» de libertação do Kuwait (parecia até que voltáramos aos tempos da Guerra Santa). Pouco tempo depois ocorreu o massacre de Santa Cruz e nada de parecido acontece.

«AV!»: Mas conseguiu-se alguma coisa de útil junto da comunidade internacional?

AA: Sim, mas o que se conseguiu a nível internacional, em alguns foruns internacionais (por exemplo, ao nível da Comissão dos Direitos Humanos na ONU), foi somente o possível para a diplomacia portuguesa, que foi mesmo muito condicionada. A nossa mensagem, neste 12 de Novembro, terá, no entanto, de ser esta: olhar para a frente, enterrar os mortos e cuidar dos vivos. Com isto queremos dizer (tem até a ver com a nossa condição animista) passado um ano os mortos de Santa Cruz não estão mortos - estão vivos. Vamos fazer o «desluto», porque os jovens que morreram em Santa Cruz e todos os que pereceram nestes 17 anos, são heróis que vivem connosco, acompanham o nosso dia-a-dia, a nossa luta, o nosso projecto de libertação. Vamos honrá-los, vamos cuidar dos vivos, vamos continuar a ser persistentes, vamos trabalhar para encontrar uma solução: esta deverá ser a nossa bandeira neste 12 de Novembro, um ano após o massacre.

«AV!»: E como pode a Resistência Timorense continuar a lutar? A imprensa portuguesa tem relatado com frequência a existência de problemas internos na vossa organização. Isso não está a enfraquecer a vossa luta?

AA: Há muito empolamento sobre as divisões dos timorenses. Contribui para esse empolamento o carácter e o temperamento de várias pessoas destacadas da nossa resistência. Isto para dizer, com toda a boa vontade, que as divergências são de pouco significado, embora possam trazer grandes danos. Mas eu quero pôr a questão como ela é: há ou não há

«Há uma crise do sistema partidário timorense. Uma crise que é fruto dos 17 anos decorridos nestas condições: os partidos não têm podido fazer os seus congressos, não têm podido fazer as suas reuniões. Para além da inevitável separação e distância entre quem está no interior do território e quem está no exterior, mesmo no exterior há uma grande diáspora, com quadros na Austrália (que só ela é um continente), com quadros em Portugal, quadros em Moçambique, Angola»

divisões? Começo por dizer que não há divisões! Divisões havia em 74 e 75. Nessa altura os timorenses tinham três projectos diferentes para o futuro de Timor. Uma significativa componente timorense defendia, na altura, a integração de Timor na Indonésia, uma outra queria a continuação do status quo e outra queria a independência. Por causa desta grande divisão sobre o futuro de Timor é que surgiu a guerra civil que depois criou as condições para a invasão pela Indonésia de Timor-Leste.

Mas nestes 17 anos, produziu-se aquilo que eu chamo de reordenamento do tecido social timorense e a sociedade timorense encontra-se hoje fortemente unida, no essencial, com excepção para os poucos colaboracionistas que trabalham com a Indonésia. A grande maioria do povo defende hoje a retirada dos soldados indonésios, a consulta da vontade do nosso povo quanto ao seu futuro e a opção de um sistema democrático e um regime parlamentar em Timor-Leste independente.

«AV!»: Mas sendo essa uma questão de fundo, ela no entanto não tem a ver com as alegadas divergências no interior da Resistência timorense, relatadas pela comunicação social...

AA: Existem divergências, nesta fase actual, sobre a forma de alcançar os objectivos que referi. Portanto as divergências que existem não são, certamente, divisões irreduzíveis e por isso mesmo há um diálogo entre todos nós que, penso eu, não esconde, isso sim, uma crise do sistema partidário timorense. Uma crise que é fruto dos 17 anos decorridos nestas condições: os partidos não têm podido fazer os seus congressos, não têm podido fazer as suas reuniões. Para além da inevitável separação e distância entre quem está no

«Com a nova administração Clinton penso que há possibilidades de a questão de Timor ter um novo tratamento. É evidente que não espero uma mudança radical da política norte-americana neste aspecto (isso seria utópico e ingénuo da minha parte) mas diria até que basta que a administração americana altere um milímetro a direcção da sua política em relação a Timor para a Indonésia se ressentir»

interior do território e quem está no exterior, mesmo no exterior há uma grande diáspora, com quadros na Austrália (que só ela é um continente), com quadros em Portugal, quadros em Moçambique, Angola...

«AV!»: Uma grande dispersão de quadros...

AA: Exacto. E essa grande dispersão contribui para uma falta de diálogo institucional que seria desejável. Por isso mesmo, criadas que estejam as condições, e com algum esforço (estes 17 anos também nos amadureceram), nós iremos superar com alguma facilidade todas as questões que eventualmente existam. Digo mais: há neste momento um grande desafio para todos os timorenses - estamos a iniciar um processo de diálogo internacional e os timorenses vão ter que encontrar uma fórmula para a sua representação nessas conversações, entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios das Nações Unidas...

«AV!»: Quais são as actuais forças políticas timorenses que poderão integrar, na sua opinião, tal representação?

AA: Temos a Fretilin, a UDT, a KOTA (cujo presidente, José Martins, vive em Portugal e assinou pela integração de Timor na Indonésia e participou na invasão, estando agora nesta grande frente da Convergência pela autodeterminação do nosso povo). Temos depois a componente interna que é o CNRM, liderado pelo comandante Xanana Gusmão. Digamos que estas serão as componentes civis e militares da nossa luta, mas não esqueçamos a componente cultural da nossa resistência que é protagonizada pela igreja católica de Timor. É que, mau grado posições de ambiguidade do Vaticano, a igreja católica tem sabido manter-se ao lado do nosso povo tanto no sofrimento como na luta.

«AV!»: É para esse futuro processo negociado que neste momento vocês estão a concentrar esforços?

REVISTA DA FUNDAÇÃO AUSTRONÉSIA BORJA DA COSTA

REVISTA DA FUNDAÇÃO AUSTRONÉSIA BORJA DA COSTA

OS RETRATOS DE TIMOR
À DESCOBERTA DA ILHA ANCORADA

A revista «Coral», editada pela Fundação Austronésia Borja da Costa, divulga aspectos da cultura timorense e procura congregar investigadores, cientistas, intelectuais e artistas de todas as áreas para ajudar a demonstrar as origens e identidade da cultura timorense. Da antropologia à história, passando pelo património, pela música ou pela literatura, os dois números já publicados da «Coral», dirigida por Abílio Araújo, incluem artigos de um vasto leque de colaboradores de diversas origens.



A divulgação televisiva das imagens do massacre de Santa Cruz relembrou ao mundo o nome e o drama de Timor

AA: Sim. Por esta vertente das negociações poderemos, por exemplo, conseguir a abertura do território de Timor, com a pressão da Comunidade Europeia sobre a Indonésia e a ASEAN no âmbito da declaração que se pretende ver assinada pela CEE e pelos países que fazem parte da ASEAN (entre os quais a Indonésia) de uma cooperação política e económica relacionada com o respeito pelos direitos humanos.

Vamos continuar a luta, e essa é uma certeza que não poderá suscitar dúvidas a ninguém. Luta no plano interno, luta no plano internacional.

Vamos esforçarmo-nos para encontrar uma solução pela via do diálogo e nesse sentido as conversações que vão recomeçar no próximo dia 17 de Dezembro são para nós muito importantes.

Outra prioridade que iremos seguir é a actividade diplomática nos Estados Unidos da América. Com a nova administração Clinton penso que há possibilidades de a questão de Timor ter um novo tratamento.

É evidente que não espero uma mudança radical da política norte-americana neste aspecto (isso seria utópico e ingénuo da minha parte) mas diria até que basta que a administração americana altere um milímetro a direcção da sua política em relação a Timor para a Indonésia se ressentir.

Isto só demonstra que a Indonésia faz o que faz porque teve desde o princípio o apoio, total e incondicional, dos Estados Unidos.

Lei dos «disponíveis» — que Estado e que sociedade para Portugal?

O ministro das Finanças, a quem sobra em tentativa de ser engraçado o que falta em comedimento e bom senso, declarou numa entrevista de finais de Setembro de 1992 que o Governo pretendia realizar uma «perestroika» na função pública (DN, 28/9/92). Afinal, tudo se resume, na essência, a remunerações muito baixas - 4,5 a 5,5% de aumento segundo o nível de vencimento - e na aplicação da «Lei dos disponíveis».

O Governo foi dizendo que, neste último caso, o objectivo era apenas promover a «mobilidade interdepartamental» e não a redução de efectivos. Este tipo de declarações foi acompanhada, porém, da extinção de alguns serviços e do anúncio de outras medidas, tais como a redução a metade do pessoal do Instituto do Emprego (Correio da Manhã, 30/7/92) e a «dispensa» de 12 mil efectivos no Ministério da Agricultura (DN, 16/7/92).

A resposta dos trabalhadores, que vêem as condições de vida e os postos de trabalho ameaçados, só poderia ser a luta. Daí a justa e necessária greve nacional marcada para 13 de Novembro.

O facto de estarem em causa mais de meio milhão de trabalhadores e as respectivas famílias é, por si, bastante para dar uma grande dimensão e projecção a esta luta. Mas o que está em causa neste processo é também que modelo de Estado e de Administração e, no fundo, que sociedade, querem o Governo e a direita para Portugal.

As contradições do PSD

No último Programa Eleitoral do PSD, apresentado para as eleições de 6 de Outubro de 1991, o partido do Governo propõe-se cumprir uma extensa lista de encargos na educação, na investigação científica e no desenvolvimento tecnológico, no desporto, na segurança social, na saúde, na habitação. Entre eles, e meramente a título de exemplo, contam-se promessas como «garantir uma efectiva escolaridade obrigatória de nove anos e preparar as condições para o progressivo alargamento para doze anos»; «reforçar a Acção Social Escolar aos alunos e às famílias mais carenciadas através de bolsas de estudo, de acesso a residências e outros apoios, de modo a garantir a igualdade de oportunidades (não condicionado ao aumento de propinas)»; «criar até 1993 um número de vagas no ensino superior que corresponda ao número de candidatos, garantindo aos jovens não apenas o acesso mas ainda que, preferencialmente, se realize no curso que escolheram»; «eliminar os bairros de barracas, promovendo o realojamento das famílias carenciadas», etc., etc.

É necessário sublinhar a contradição entre estas promessas e o orçamento de Estado para 1993 e, em geral, com a ideia de reduzir o número de trabalhadores da Administração Pública. Com efeito, o cumprimento das promessas eleitorais do PSD não é compatível com a diminuição dos efectivos da função pública, bem ao contrário, exigiria o seu aumento claro e substancial.

Mas é necessário também chamar a atenção para o facto de que o PSD, ao fazer estas promessas, tem a consciência de que os cidadãos-eleitores pretendem que os seus direitos sejam garantidos e esperam que o Estado e o Poder Local assumam as responsabilidades centrais na resolução desses problemas. O papel da «iniciativa privada» é o lucro e não será dela que virão as soluções globais. Quanto às acções da sociedade civil e à «caridade», o seu papel será sempre subsidiário e marginal, a não ser para algumas teorizações monetaristas e neoliberais, como as de Friedman, que afirmou que «a existência pública de um sistema de segurança social é contra a liberdade individual, enfraquece os alicerces da família, desincentiva o trabalho, envenena o florescimento das actividades de caridade privada» (Milton e Rose Friedman, *Liberdade para Escolher*, p. 152). Mas não foi com esta ideia que o PSD se apresentou às eleições! Bem ao contrário, foi com um conjunto de promessas que envolveriam a responsabilidade do Estado na garantia de um amplo leque de direitos e tarefas económicas, sociais e culturais.

Saliente-se igualmente que, ao mesmo tempo que quer reduzir a função pública, o número de membros do governo assumiu um tamanho descomunal e nunca foram suspensas novas admissões para a função pública, através das quais o PSD procura ampliar o seu domínio e controlo da Administração Pública.

Peso da burocracia e peso da Administração

É certo que no Estado português há um peso real da burocracia, da concentração e da centralização, de tarefas inúteis que não facilitam a vida aos cidadãos. O PSD assume, aliás, nesta matéria outros compromissos que também não tenciona cumprir, tais como a regionalização e a descentralização. As próprias acções de desburocratização têm sido poucas e desgarradas em face das necessidades (a não ser que se considerem como tal medidas como a publicação do *Diário da República* a verde no Dia Nacional da Desburocratização...). Mas não é a burocracia, ao contrário do que demagogicamente pretende fazer crer o PSD, que determina decisivamente o peso da Administração e o número de trabalhadores da função pública, mas sim o nível de necessidades sociais básicas que a Administração assegura ou não aos cidadãos. Peguemos num exemplo concreto, o número de professores por mil habitantes em Portugal e noutros países capitalistas: 75,1% na Bélgica, 49,6% em França, 44,2% em Itália, 41,8% na Holanda, 36,9% na Dinamarca, 34,6% na Alemanha, 28% em Portugal (Juan Junquera Gonzalez, *La Funcion Publica en la Europa de los Doce*, p. 147). São situações como esta que levam a que Portugal tenha uma parte da Administração no emprego total excepcionalmente baixa em comparação com outros países. Cite-se, por exemplo, um estudo, entre outros existentes: a Suécia tem 36% de trabalhadores da função pública na população activa, a Dinamarca 31%, a Finlândia 27%, a Noruega 23,3%, a França 22,1%, a RFA 18,3%, a Áustria 17,2%, os EUA 15,2%, a Itália 14,9% Portugal 10,8% (Jean-Louis Quermonne, *L'Apareil Administratif de L'Etat*, p. 135). Todos os números publicados, pela OCDE, pela CEE e outras organizações e estudos, confirmam que o peso da função pública em Portugal está longe do que tem noutros países capitalistas desenvolvidos.



Quando se fala, entre nós, da «crise do Estado-Providência» e da «crise do Estado Assistencial» está-se a «traduzir para português» o que se afirma ser a realidade de outros países, sem ter em conta a diferença de situações e, em particular, que o Estado e a Administração nunca chegaram a garantir, em Portugal, necessidades sociais que foram asseguradas, embora de forma insuficiente e contraditória, pelo Estado capitalista noutros latitudes.

Esta ofensiva em Portugal aparece, aliás, retardada. Situa-se num momento em que são evidentes, em países como os EUA, as graves consequências sociais das receitas neoliberais e em que correntes políticas (ou candidaturas, quando se trata de eleições) prometem intervir no sentido de fazer face a carências e chagas sociais que se agravaram. Sirvam de exemplo as promessas da candidatura de Bill Clinton nos EUA e o apoio social que receberam, significativas de que existe um largo descontentamento, e que não há grande intenção de cumprir as promessas feitas.

Arbítrio e discricionariedade

Não é apenas o número global de «efectivos da Função Pública» que está em causa. A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública afirmou, no dia 28 de



LUÍS SÁ
Membro da Comissão Política

Subjacente à política do Governo em relação à função pública não está só uma orientação orçamental de corte de despesas públicas e de «gestão de recursos humanos» da Administração. Está também um modo de entender o papel do Estado baseado numa orientação obsessivamente privatizadora e desrespeitadora dos direitos dos cidadãos.

Maio, dia da aprovação da «Lei dos Disponíveis» em Conselho de Ministros que «o diploma agora aprovado permite uma grande discricionariedade e falta de transparência na escolha dos trabalhadores que vierem a ser considerados disponíveis».

Independentemente das garantias de controlo, clareza e participação sindical das medidas relativas a movimentos de pessoal pelas quais os trabalhadores da Função Pública lutam, é evidente que um risco (e um objectivo) deste processo tem a ver com o controlo político-partidário da função pública. Com efeito, nas decisões nesta matéria é fácil adoptar critérios de discriminação e perseguição política. Poderá, assim, ser violado o princípio constitucional que proíbe que os trabalhadores da Administração Pública e demais agentes do Estado e de outras entidades públicas sejam «prejudicados ou beneficiados em virtude do exercício de quaisquer direitos previstos na Constituição, nomeadamente por opção partidária» (artigo 169º da Constituição). O respeito por este princípio deve implicar a isenção e respeito pela igualdade em todas as decisões relativas a recrutamento, carreira, promoções e deslocação de pessoal da função pública.

Independentemente da retirada da «Lei dos Disponíveis» de algumas normas mais gravosas, que foram declaradas inconstitucionais, não está resolvido mais este problema fundamental.

Uma questão de todos nós

A ligação estreita entre o projecto de redução de «efectivos» da função pública e a desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações de contribuir decisivamente para a satisfação de necessidades básicas mostra que este problema não é apenas uma questão dos trabalhadores da Administração Pública. É certo que sempre seria um problema de impacto nacional, dizendo, como diz, respeito a tantos trabalhadores. Mas, subjacente à política do Governo em relação à função pública não está só uma orientação orçamental de corte de despesas públicas e de «gestão de recursos humanos» da Administração. Está também um modo de entender o papel do Estado baseado numa orientação obsessivamente privatizadora e desrespeitadora dos direitos dos cidadãos, em particular em áreas como a educação, saúde, segurança social, habitação, cultura, desporto, ambiente, etc. Como dizem as Teses (projecto de resolução política do XIV Congresso), trata-se, entre outros aspectos, de uma «tentativa de liquidar serviços e prestações públicas de carácter e intenção social» (2.8.32).

A própria degradação de salários da função pública devido aos baixos aumentos em perspectiva, insere-se numa política que vai no sentido da sua desvalorização e dos serviços públicos, podendo contribuir para a sua degradação e perda de capacidade concorrencial em relação ao mercado de emprego privado, designadamente em algumas categorias, e consequente dificuldade de responder às necessidades e carências sociais.

Daí que esta luta seja parte da luta geral por uma sociedade democrática, justa, humanista e solidária, em que os direitos dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos não sejam letra morta.

Entrevista com dirigentes da ANAFRE

Lutas das freguesias levam a congresso

■ Henrique Custódio

“Reanalisar o passado, ponderar o futuro, discutir estratégias e, juntos, em comunhão de esforços e de uma forma participada, estabelecermos novas metas e o meio de as alcançar”, são os objectivos expressos da convocatória da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) aos seus milhares de associados em todo o País, na convocatória para o seu III Congresso a realizar nos próximos dias 21 e 22 de Novembro no novíssimo e sofisticado Complexo Municipal dos Desportos Cidade de Almada.

Trata-se de um momento maior na vida desta Associação criada pelas necessidades das 3000 e muitas Freguesias do País, onde estarão em debate as reivindicações e as estratégias do Poder Local que mais directamente lida com os problemas das populações. Helena Rocha, vice-presidente da ANAFRE e presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes (Montijo) e António Pereira, membro do Conselho Geral desta Associação e presidente da Junta de Freguesia do Beato (Lisboa), conversaram connosco sobre este acontecimento.

Os nossos entrevistados começaram por realçar, num discurso convergente, a importância desta 3ª edição do Congresso da ANAFRE (que se realiza de dois em dois anos, tendo o último ocorrido em Braga), definindo-o como uma espécie de corolário de um tempo de grandes lutas e alguns sucessos protagonizados pela ANAFRE, nomeadamente a presença institucionalmente aceite que conseguiu obter tanto do Governo, como da Assembleia da República e da Presidência da República, além de diversas instituições. “Vencendo resistências de muitos anos - sublinhou Helena Rocha - a ANAFRE conseguiu, finalmente, ser admitida como Associação que, recor-

de-se, representa o sector mais numeroso e, necessariamente, mais próximo dos problemas locais do universo autárquico português”. E acrescentou: “Espera-se que seja um Congresso de unidade e de consenso. Entretanto, e sem embargo dos desenvolvimentos ocorridos no Congresso, se as Freguesias continuarem sem ver satisfeitas várias das suas reivindicações, poderão apresentar queixa do Governo ao Tribunal Europeu”.

António Pereira pegou na palavra e resumiu a estratégia governamental face às Freguesias e as suas reivindicações como algo “que pretende imobilizar a sua capacidade de luta e reivindicação a troco dum pretendo ‘diálogo’, que se resume a transferir para outros (nomeadamente os municípios) a ‘descentralização’ de competências sem os necessários meios, que caberá ao Governo e só a ele assegurar. Trata-se de um subterfúgio governamental rejeitado por toda a gente - Freguesias, Municípios e Associação Nacional dos Municípios Portugueses”.



António Pereira e Helena Rocha, durante a conversa com o «Avante!»

Questões centrais

Que questões centrais preocupam as Freguesias? Os nossos entrevistados não precisaram de compassos de espera para responder: “o regime de permanência, que a ANAFRE pensa dever vir acompanhado por mais descentralização de competências, a par do Direito de

Petição, cujo pedido, assinado por 3000 Freguesias, deu entrada na Assembleia da República a 29 de Janeiro de 1992 e até hoje não teve qualquer andamento, pese o atropelo concreto que isto constitui para o legalmente previsto nesta matéria, quer, ainda, a promessa expressa do Grupo Parlamentar do PSD em dar andamento ao assunto num prazo de 60 dias...”

Quanto à questão da descentralização, pormenorizaram os nossos entrevistados que “há já algumas Câmaras Municipais que a praticam, de facto; todavia, como

continua a não existir o regime de permanência (que permitiria aos autarcas das Freguesias poderem ocupar a tempo inteiro os cargos para que foram eleitos), acabam por ser os funcionários a dar andamento às questões, sem a intervenção disponibilizada dos responsáveis pela gestão destes órgãos autárquicos”.

Quanto aos pormenores do que se vai discutir no III Congresso da ANAFRE, e que os nossos entrevistados esclareceram, veja-se a caixa ao lado:

Moção de estratégia

A Moção de Estratégia a apresentar ao III Congresso da ANAFRE (e que vai ser discutida no próximo sábado, na Costa da Caparica, em Almada, pela Comissão Organizadora do Congresso), alinha algumas questões centrais que preocupam as Freguesias, bem como as suas reivindicações centrais. Eis uma súmula desse documento, conforme nos foi apresentada por Helena Rocha e António Pereira.

A lei da subsidiariedade, sendo desconhecida para muitos, «vem ao encontro dos interesses das Freguesias porque tem a ver com artº 3º da Carta Europeia de Autonomia Local que preconiza, como regra geral e de preferência, que as responsabilidades públicas devem ser atribuídas às Entidades mais próximas das populações.»

Infelizmente, «o Governo, quando se refere a este documento marginaliza as Freguesias referindo-se apenas aos Municípios. Não é pretensão, apenas a certeza de que efectivamente, somos a Autarquia que mais próxima está do Cidadão, sublinha a ANAFRE, que prossegue:

A descentralização de mais meios financeiros para as Freguesias, acompanhados de um quadro de competências, «potencia e promove a democracia participada, envolvendo mais cidadãos nos assuntos de interesse público e cumpre o que consagra a Constituição da República Portuguesa e a filosofia da Carta Europeia de Autonomia Local, já ratificada pelo Estado Português.»

A ANAFRE entregou em 29 de Janeiro de 1992, uma PETIÇÃO à Assembleia da República subscrita por mais de 10 000 autarcas no sentido da alteração do actual estatuto legal da Autarquia-Freguesia, referindo-se ao artº 238º da Constituição da República Portuguesa; que indica a Freguesia com a categoria de autarquia local, «devendo-se-lhe, pois, aplicar todas as regras e princípios constitucionais que se referem indistintamente a todas as autarquias.»

Este princípio «obriga o Estado a respeitar, segundo o artº 6º, nº 1 da Constituição da República Portuguesa, a autonomia de Freguesia enquanto autarquia local», recorda a ANAFRE, que fundamenta juridicamente as suas pretensões. E acrescenta:

«É nesta argumentação jurídica que a ANAFRE fundamenta as suas exigências perante o Poder Central, reclamando para as Freguesias tudo a que estas têm direito, numa posição responsável e legitimada pelo mandato popular de que os seus autarcas são portadores, exigindo, como cidadãos, que as instituições democráticas funcionem, que a PETIÇÃO entregue seja discutida em sede própria, que a Assembleia da República e o Governo assu-

mam as suas responsabilidades como compete a um Estado de Direito.»

Entretanto a ANAFRE considera que «podemos falar de conquista da ANAFRE. Várias, mas a

primeira foi, certamente, a criação progressiva de uma consciência colectiva de uma dignidade que se julgava inexistente ou perdida: o autarca era o último, o tolerado, o não valorizado socialmente, o peão de brega dos jogos dos grandes eleicoeiros. Hoje, algo se modificou substancialmente: o autarca de Freguesia é cada vez menos ignorado. Ele é chamado para as cerimónias oficiais, ele é ouvido cada vez mais, ele é também e já bajulado. São cada vez menos os presidentes de Câmara que se atrevem a falar nos «meus presidentes de Junta», são cada vez mais os presidentes de Junta que se afirmam e impõem no lugar a que têm direito na política e na sociedade. Os políticos municipais e os eleitores começam a acreditar na competência e, sobretudo na vontade de «fazer obra» obra dos Homens das Freguesias. Normalmente, sempre que há delegações de competências, as Juntas cumprem e exercem melhor essas competências do que as exerciam as Câmaras Municipais», sublinha-se.

A reivindicação no concreto

A presente Moção de Estratégia terá uma vigência limitada no tempo, pois não irá além de Abril/Maio/1994, pelo que os objectivos terão duas vertentes:

– O primeiro grande objectivo será o cumprimento do expresso nos documentos aprovados no II Congresso Nacional da ANAFRE, realizado na cidade de Braga, em 1990 – Moção de Estratégia e Conclusões – constitui o objectivo central da ANAFRE (Freguesias e Corpos Sociais da própria Associação);

– O segundo grande objectivo tem a ver com uma real afirmação da ANAFRE e das Freguesias.

Definidos os dois objectivos, importa colocar em prática uma orientação bem estruturada que conduza à sua efectiva realização;

Da Assembleia da República conseguir o seguinte:

– Alteração do quadro legislativo respeitante ao Poder Local democrático, por forma a colocá-lo conforme os pre-

ceitos consignados na CRP (Constituição da República Portuguesa) e na CEAL (Carta Europeia de Autonomia Local – ver capítulo I – e tendo em atenção as mais instantes reivindicações das Freguesias e da ANAFRE («Conclusões»).

Desse novo pacote Autárquico deverão constar:

- Delimitação de poderes – Central, Regional, Local (Municípios e Freguesias);
- Competências próprias para as Freguesias;
- Finanças Locais;
- Regime de Permanência;
- Associação de Freguesias.

Do Governo deve, através do diálogo, exigir-se o seguinte:

- Imediato reconhecimento formal e prático da ANAFRE, com as consequências daí advenientes, nomeadamente:
- Conceder à ANAFRE o direito de optar ou não por ser considerada como uma Associação de direito público;
- Audição da ANAFRE sobre todas as matérias que respeitam ao Poder Local Democrático;
- Programa Nacional para dotar, em tempo útil, todas as Juntas de Freguesia com sedes próprias, dignas e funcionais;
- Compensar os encargos decorrentes das normas estabelecidas para ADSE, IRS, Caixa Nacional de Aposentações e Montepio de Servidores do Estado.

Com a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – deverá ser estabelecido e institucionalizado contacto regular, na medida que se torna imprescindível para análise conjunta das matérias respeitantes ao Poder Local Democrático, não deixando, porém, de respeitar a autonomia de cada uma das Associações.

«Itália: caminhos da unidade e da luta»

Por lapso, no último número, saiu incompleta a identificação do autor do artigo com o título acima. O camarada Fosco Giannini faz parte da Redacção do «Liberazione» e pertence à Comissão Nacional para os Assuntos Internacionais do Partido da Refundação Comunista, de Itália.

V Congresso Nacional da UCNOD Situação em Portugal da pessoa deficiente tende a agravar-se

Da análise, mesmo que superficial, da documentação, teses e intervenções efectuadas no recente quinto Congresso da União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (UCNOD) – Congresso Nacional de Deficientes – uma conclusão pode de imediato ser retirada: muito das perspectivas de evolução positiva para a má situação dos deficientes no nosso país existentes há três anos, aquando do anterior Congresso da UCNOD, parecem ter sido defraudadas. A Lei de Bases da Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, aprovada nessa altura, continua por regulamentar; não foi definido nem aplicado qualquer programa de sensibilização sobre as causas e efeitos da deficiência – fundamental para resolver problemas que subsistem unicamente por falta de informação –; o censo nacional à população deficiente tantas vezes reclamado continua por fazer; as carências em centros de reabilitação são crónicas; os hemofílicos vivem situações dramáticas como recentemente aconteceu com a importação de derivados de sangue contaminados com o vírus da SIDA; os doentes de insuficiência renal crónica têm de suportar centros de hemodiálise onde abusivamente se reutilizam filtros, enquanto o Estado não paga atempadamente aos centros, originando ameaças de suspensão de serviços (o que significaria a condenação à morte para alguns dos doentes renais em diálise).

As próprias modificações no sistema de saúde estão a complicar a vida aos deficientes economicistas que se pretendem instaurar vão prejudicar objectivamente os deficientes portugueses.

Sem próteses nem ortóteses

No anterior Congresso de Deficientes reclamara-se a revisão do sistema de comparticipações do Estado nos materiais de compensação e ajudas técnicas. A revisão foi feita mas perversamente o Governo tratou de descentralizar a concessão de próteses e ortóteses sem distribuir as verbas necessárias para garantir uma concessão rápida daqueles meios de compensação: o que demorava um mês acaba por demorar seis meses.

As CERCIS, que têm a cargo mais de três mil crian-

ças, recebem do Estado apenas 60 por cento do que necessitam, estando dependentes de campanhas como a do Pirlampo Mágico para assegurar os meios necessários à concretização dos seus objectivos.

Secretariado Nacional de Reabilitação governamentalizado

Mas uma das alterações mais graves ocorridas nos três anos que separaram os dois últimos congressos de Deficientes foi a alteração, à revelia das associações, da Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação: na anterior Lei das Associações estavam representadas no Conselho Nacional com 46 estruturas. Agora, com a aprovação imposta pelo Governo da nova Lei, passam a estar representadas somente duas. Sucede o insólito de, numa estrutura que existe para discutir e resolver problemas dos deficientes, serem estes os que têm menor número de representantes no seu Conselho Nacional, sendo mesmo ultrapassados em número pelas organizações patronais que têm três representantes. Ainda por cima os deficientes não podem escolher os seus representantes – quem o faz é o ministro do Emprego e Segurança Social. Por outro lado as reuniões passaram da periodicidade mensal para quadrimestrais, o que inviabiliza a discussão de problemas que se apresentem com carácter de urgente resolução.

Reivindicações dos deficientes

A lei orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação, o fim da década das Nações Unidas para as pessoas com deficiência e a exigência junto do Governo de cumprimento dos princípios e objectivos do Programa Mundial de Acção das Nações Unidas relativo a pessoas com deficiência foram apenas alguns dos pontos em debate no quinto Congresso Nacional de Deficientes que se realizou há três semanas nas instalações da Faculdade de

Economia do Porto, promovido pela União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes. A UCNOD pretende a revogação do decreto-Lei 184/92, e neste sentido fez já uma recolha de mais de mil assinaturas numa petição entregue na Assembleia da República e acusa a legislação existente no nosso país de desfasada das necessidades e, em certos casos, contrariando mesmo essas necessidades dos deficientes em áreas como a legislação laboral ou atribuição de pensões.

No domínio da prevenção da deficiência, a UCNOD lamenta que para além de algumas reuniões e debates muito pouco se tem feito, nomeadamente para diminuir o número de acidentes de viação e de trabalho.

Na saúde, o Governo retirou a gratuidade aos medicamentos e a situação poderá agravar-se com a nova reforma do sistema de saúde anunciada pelo ministro Arlindo de Carvalho.

Na educação e formação, os deficientes portugueses continuam a sentir a falta de apoio no ensino básico, secundário e superior. Entretanto, foi encerrado o Centro de Recursos de Educação Especial de Coimbra, o único que dava uma resposta minimamente eficaz em matéria de educação especial. Quanto à formação profissional, a verdade é que os apregoados milhões gastos nesta matéria não proporcionaram um aumento de empregos para deficientes, já que a formação ministrada não tem em conta o mercado de trabalho nem a própria habilitação literária do formando.

A introdução na Lei Laboral da inadaptação ao posto de trabalho como motivo justo para despedimento é altamente negativa para os trabalhadores deficientes, a que se junta a ausência, em matéria de emprego, de uma «quota de emprego obrigatório» e de informação e sensibilização sobre a Lei dos «incentivos ao emprego de deficientes». Carências na cultura, recreação, desporto, transportes, acessibilidades, pensões (a de invalidez é de cerca de 22 mil escudos) foram igualmente discutidas no Congresso dos deficientes.

Uma Tabela Nacional de Incapacidades desactualizada e com 30 anos, a superlotação permanente do Centro de Reabilitação de Alcoitão e o «escandaloso» caso de concessão e reparação das próteses e ortóteses são outras preocupações dos deficientes, expressas no caderno reivindicativo aprovado no V Congresso da UCNOD.

Movimento associativo de deficientes movimenta milhares de pessoas

A Associação Luís Braille, criada nos anos 20, terá sido a primeira manifestação do Movimento Associativo de deficientes e, embora seja um marco importantíssimo, não estava nos seus objectivos criar condições para a existência de um movimento reivindicativo, neste caso específico, dos cegos. No entanto, o simples facto de a Associação Luís Braille ter possibilitado a reunião e o convívio entre os cegos, foi dela que acabou por sair uma alternativa, a Liga de Cegos João de Deus, com a pretensão de implementar o ensino e a cultura para os cegos portugueses.

Só em 1972 seria criada a Associação Portuguesa de Deficientes, cujo objectivo prioritário seria transformar positivamente a má situação geral dos deficientes portugueses, por isso admitindo como seus associados todas as pessoas portadoras de todo o género de deficiência.

Do movimento libertador surgido após o 25 de Abril, nasceram várias associações. Entre outras, as Associações dos Hemofílicos, Insuficientes Renais, APPC — Paralisia Cerebral, Spina

Bífida, Ostomizados, etc. — Também após o 25 de Abril é criado o Movimento CERCI que ainda hoje tem primordial importância na Reabilitação e Integração das crianças e jovens deficientes.

Registe-se ainda o aparecimento da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho, a Associação Portuguesa dos Pais e Amigos dos Cidadãos Deficientes Mentais, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas — são trinta mil os deficientes originados pela guerra colonial — e finalmente a criação recente da Associação Cegos e Amblíopes de Portugal, resultado da união das três associações de cegos existentes.

Com a dinamização em 1981 do Ano Internacional do Deficiente surge uma organização internacional de pessoas deficientes, a DPI, que tem correspondência em Portugal com a criação da UCNOD, uma estrutura coordenadora das associações de/e para deficientes, que intervém em todos os domínios relacionados com a deficiência, junto dos poderes públicos, das forças sociais e da população em geral.



Ventos de discórdia na Comunidade Europeia

O "não" da Dinamarca, o "nin" da França e o "nyes" da Grã-Bretanha ao Tratado de Maastricht estão a colocar os federalistas da Comunidade Económica Europeia à beira de um ataque de nervos.

Os suspiros de alívio que na passada quinta-feira se 'ouviram' em Bruxelas, depois da tangente vitória do primeiro-ministro britânico, John Major, na Câmara dos Comuns, no debate sobre o Tratado, foram de pouca dura. Em Londres, Major fez saber que a ratificação do Tratado de Maastricht só se realizará depois do segundo referendo dinamarquês, previsto para 3 de Maio.

A semana passada foi de *suspense*, com as atenções concentradas em Londres. Na Câmara dos Comuns, Major jogou o seu futuro político à frente dos destinos da Grã-Bretanha, submetendo à votação uma moção que permite prosseguir o processo de ratificação do Tratado de Maastricht. A vitória foi tangencial - 319 votos a favor e 316 contra. Como se esperava, 26 conservadores "euro-cépticos" votaram com a oposição trabalhista, enquanto alguns outros se abstiveram. Só os votos favoráveis do Partido Liberal Democrata permitiram a Major fazer passar a sua moção. Um resultado que fala por si da complexidade política britânica, já que os trabalhistas votaram contra a moção mas são a favor de Maastricht, enquanto os conservadores votaram a favor apesar de rejeitarem as ideias federalistas de que o Tratado está efectivamente embuído.

Em boa verdade, o que esteve em causa na Câmara dos Comuns não foi a União Europeia, mas o governo de Major. O próprio primeiro-ministro acabou por reconhecer-lo, ao alertar os seus pares para a realidade nua e crua de que a Comunidade está disposta a seguir em frente sem a Grã-Bretanha. Esta foi de resto a principal arma de John Major, que durante os debates não se cansou de repetir que o país deverá desempenhar um papel central na Europa e ter capacidade de negociar assuntos de interesse nacional, ao mesmo tempo que procurou descansar os mais pessimistas recordando que o Reino Unido não tinha assinado a Carta Social Europeia e se reserva o direito de decidir a sua política monetária e se voltará ou não a aderir ao mecanismo europeu de taxas cambiais do Sistema Monetário Europeu (SME).

A estratégia de Major deu resultado, mas como se veio a verificar teve um preço. Os votos favoráveis à moção preliminar sobre Maastricht têm como moeda de troca o compasso de espera até ao segundo referendo dinamarquês. Cabe recordar que no princípio de Outubro o primeiro-ministro britânico havia anunciado aos restantes líderes europeus que a conclusão do processo de ratificação pela Câmara dos Comuns ocorreria por volta do Natal.

A presente reviravolta é entendida, nos meios diplomáticos e comunitários de Bruxelas, como uma forma de pressão sobre os restantes dez Estados-membros da Comunidade, de forma a fazê-los aceitar as alterações a Maastricht com que o governo dinamarquês pretende convencer os seus cidadãos a votar favoravelmente o referendo apazado para Maio.

Segundo informações recolhidas pela Lusa em Bruxelas, responsáveis da Comissão Europeia não identificados consideram que a solução dinamarquesa - considerada pela maioria dos Estados-membros e pela própria Comissão como desvirtuadora dos objectivos de Maastricht - serve os interesses de Londres.

Manter o nome e mudar o Tratado

Mas, afinal, o que pensa o governo da Dinamarca ser necessário retirar ao Tratado de Maastricht para que os dinamarqueses o aprovem? A resposta está no "compromisso" adoptado no final de Outu-

bro pela Comissão dos Mercados, a mais influente do Parlamento dinamarquês.

As derrogações ao Tratado de Maastricht - que deverão ser negociadas e aceites pelos Estados-membros antes da realização de um novo referendo - permitem à Dinamarca não participar na terceira fase da União Económica e Monetária (que cria um Banco central e uma moeda única na Comunidade), e na política comum nas áreas da defesa, do direito de asilo e da cidadania europeia. Estas derrogações deverão ser "juridicamente vinculativas e permanentes, enquanto vigorar o próprio Tratado de Maastricht", segundo afirmou o primeiro-ministro dinamarquês, Poul Schlüter, para quem este "compromisso nacional" afirma "a plena participação da Dinamarca na Comunidade Europeia e sublinha a necessidade de maior abertura, subsidiariedade e democracia, o que poderá conduzir a alterações na forma de cooperação em todo o mercado comum".

Acresce, por outro lado, que o "compromisso" aprovado pela maioria parlamentar dinamarquesa "afirma a adesão do reino à CEE, mas rejeita os objectivos de uma União Europeia orientada para uma federação dos Estados Unidos da Europa". A maioria pretende que a Dinamarca preserve "as suas normas sociais sem ingerência da CEE" e exige "maior abertura, transparência e democracia no processo de decisão comunitária, um controlo reforçado do Parlamento Europeu sobre as outras instituições comunitárias e uma delimitação mais clara das competências nacionais e comunitárias".



As primeiras reacções às propostas da Dinamarca foram negativas. Na passada quinta-feira, o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, afirmou ante o parlamento belga que o Tratado de Maastricht não poderá ser renegociado a fim de permitir a ratificação dinamarquesa. Para Delors, se os Doze pretendem manter a sua posição e não alterar o Tratado, só se pode resolver o problema dinamarquês adicionando declarações interpretativas e não um protocolo (como deseja a Dinamarca), pois este tem o valor de tratado.

A resposta da Dinamarca não se fez esperar: "Compete aos políticos e não aos administradores da CEE decidir sobre a necessidade de alterar ou não o Tratado e de lhe adicionar protocolos juridicamente vinculativos".

Esta é a aposta da Dinamarca, que desde o início do mês começou a fazer a ronda pelas capitais europeias da Comunidade e principais centros de decisão comunitários. A par da sua proposta, uma mensagem que surge como uma ameaça - a Dinamarca está disposta a assumir uma posição de força face aos outros Estados-membros, caso estes insistam em prosseguir a União Europeia a 'onze'.

É neste contexto que a decisão de John Major de adiar a ratificação do Tratado de Maastricht até à realização de um novo referendo na Dinamarca assume toda a sua importância. Porque, como é por de mais evidente, o referendo só poderá ter lugar se os 'onze' aceitarem o protocolo juridicamente vinculativo pretendido pelos dinamarqueses. Em caso contrário, a Dinamarca continuará amarrada ao "não" do referendo de Junho último, dado que os referendos representam no país a "autoridade máxima".

Em Bruxelas, há quem acuse a Grã-Bretanha de se estar a esconder "debaixo das saias" dinamarquesas. Mas mais importante do que classificar a postura britânica, o que importa reter de todo este imbróglie é que, como os dinamarqueses não se coíbem de afirmar, queiram ou não os eurofederalistas, o tratado de União Europeia tal como está morreu.

A Dinamarca considera, muito legitimamente, ter o "mesmo direito da França ou da Alemanha de manifestar uma opinião" e não se coíbe de lembrar que qualquer tentativa de ratificação do Tratado de Maastricht sem a concordância dos Doze seria ilegal.

Quando um tratado de União semeia tão fortes ventos de discórdia, há que convir que algo vai mal no reino da CEE.

PCP protesta contra promessa do Governo em ratificar Maastricht

1. O PCP manifesta a sua frontal oposição em relação ao conteúdo político e aos termos da carta enviada pelo Governo ao Presidente da Assembleia da República pressionando para a aceleração da aprovação da revisão constitucional em curso e da ratificação do Tratado de Maastricht de forma a que esta se possa verificar antes da realização do Conselho Europeu de Edimburgo, marcado para 11 de Dezembro.

2. O PCP considera que esta iniciativa do Governo PSD constitui uma nova confirmação da persistente orientação governamental de vincular o País ao Tratado de Maastricht sem o amplo e verdadeiro debate nacional e a realização de um referendo que a gravidade das opções consagradas naquele Tratado e as suas profundas consequências inteiramente justificam e legitimam.

3. O PCP considera que o argumento repetidamente exposto na carta do Governo à AR de que comparecer na Cimeira de Edimburgo com a ratificação do Tratado já feita é o que melhor corresponderia a uma posição de «prestígio e credibilidade» de Portugal e à defesa dos «superiores interesses

nacionais» traduz sim uma triste e humilhante postura de subserviência e menoridade e uma inaceitável assimilação e conformação dos interesses nacionais à vontade de outros países.

4. O PCP volta, uma vez mais, a salientar que não só nenhuma disposição do Tratado de Maastricht obriga à sua entrada em vigor em 1 de Janeiro de 1993 como o seu artº R explicitamente prevê que a sua entrada em vigor se pode verificar «no primeiro dia do mês seguinte ao depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que proceder a esta formalidade em último lugar».

5. O PCP volta a chamar a atenção para que este Tratado que o Governo pretende seja ratificado a toda a pressa condiciona ele próprio a sua entrada em vigor ao depósito de todos os instrumentos de ratificação (ou seja dos 12 Estados que são as partes contratantes). O PCP chama também a atenção para que este tratado se encontra estruturado e redigido num contexto de participação desses mesmos 12 países, incluindo portanto a Dinamarca.

Nesse sentido, o PCP renova a sua séria advertência de que eventuais projectos de utiliza-

ção de um voto de ratificação conferido a este preciso Tratado para depois promover a entrada em vigor de um Tratado contendo diferenças, aditamentos ou modificações constituiriam um clamoroso escândalo jurídico e político e um acto de subversão de princípios fundamentais do Estado de direito democrático.

6. Face à obstinação do PSD e do PS em, rapidamente e com grande desprezo pela opinião e vontade dos portugueses, aprisionar os interesses e soberania nacionais nas nefastas e apertadas malhas de Maastricht, impõe-se um rápido revigoreamento, em iniciativas, acções e tomadas de posição, do movimento de opinião pelo Não a Maastricht e um fortalecimento da justa exigência, até agora escandalosamente não satisfeita, de que, designadamente através da televisão, os portugueses possam ter acesso a debates contraditórios e efectivamente pluralistas sobre o Tratado de Maastricht, sendo oportuno reafirmar o direito e a disponibilidade do PCP para neles participar.

4.11.1992

A Comissão Política do PCP

Comunistas portugueses comemoram o 7 de Novembro

Vivos e disponíveis para continuar o sonho de Outubro

Por todo o País, os comunistas portugueses comemoraram, em convívios, em reuniões e em diversas iniciativas promovidas pelo PCP e a que aderiram amigos e simpatizantes do Partido, o 75º aniversário da Revolução de Outubro. Numerosas intervenções de militantes, quadros e dirigentes do PCP lembraram a data mais marcante do nosso século, que modelou o curso da História, desde que, em 7 de Novembro de 1917, os operários, camponeses e soldados russos tomaram o poder e deram ao mundo o primeiro exemplo da construção de uma sociedade livre de exploração do homem pelo homem. O camarada Agostinho Lopes, que evocou a data na sessão realizada no passado sábado, na Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, na sequência de uma reunião de quadros da ORL - e que no dia anterior também tomara a palavra no convívio realizado entre os camaradas que trabalham na sede central do Partido, na Soeiro Pereira Gomes -, proferiu uma intervenção que hoje publicamos na íntegra.

Intervenção de **Agostinho Lopes**, membro da Comissão Política

Camaradas, algumas palavras nos 75 anos da Revolução de Outubro. Não para que se cumpra um ritual. Sim porque Outubro continua um marco indelével na história da humanidade.

Nos 75 anos de Outubro comemoramos o sonho dos revolucionários soviéticos, dirigidos pelo Partido Bolchevique e por Lênine: uma sociedade sem exploradores nem explorados, uma sociedade sem classes, um mundo de povos iguais e solidários. Sonho que foi sonho, mas também criação e vida. Sonho que foi projecto, mas também construção. Sonho que abalou e mudou o mundo. Que fez saltar do atraso económico, das amarras da opressão social, religiosa e política, das trevas da ignorância e incultura, uma pátria imensa, igualitária, fraterna, solidária e progressista. Que procurando afastar a alienação capitalista, valorizou e exaltou o trabalho e a criatividade humanas. Que de escravos do trabalho capitalista (e feudal) fez trabalhadores livres, livremente associados. Que ligou o livre desenvolvimento de cada homem e de cada mulher à liberdade de todos os homens e de todas as mulheres. E o livre desenvolvimento de todos à liberdade de cada um. Sonho que não pretendeu apagar a individualidade própria de cada ser humano, antes a sublinhava, ao considerá-la mutilada perante as necessidades materiais e espirituais dos outros. Perante a opressão e a exploração de uma minoria de homens sobre os outros homens.

Um sonho interrompido

O sonho foi interrompido. Sobre as causas já muito dissemos. Ruptura com os ideais apregoados. Afastamento (e afrontamento) da opinião e vontade do povo. Desvalorização do papel das massas laboriosas e em especial dos trabalhadores. Dogmatização do que é dialéctico. Cristalização do que é mudança. Simplificação do que é complexo e contraditório. A impossível "administração" da vida. Subestimação do inimigo de classe. Mas com objectividade perceber que houve um processo. Que as coisas não foram sempre assim. Nem todas ao mesmo tempo. Que houve um decorrer histórico das coisas em que intervieram dialéctica e contraditoriamente factores internos e externos.

A história evidenciou (mais uma vez), golpeando as nossas certezas, que conhece mal a linha recta e um só sentido. Que admite recuos e não só passos à rectuarda. Que tem curvas tão fechadas que se regressa ao ponto de partida. Ou mais atrás. Que não conhece o definitivamente.

Mas a história dos nossos dias continua a evidenciar também, e de forma inofismável, que o capitalismo não é o fim da história. Que os seus êxitos económicos, técnicos, políticos, continuam a exigir olhar para o outro lado do espelho. Que o capitalismo, mais liberal ou mais keynesiano, continua a ser exploração, opressão, miséria e fome, dor e morte. Factor de alienação e perversão sociais e políticas. A abundância e o excesso de bens alimentares conjugados com a carência mais extrema. A irracionalidade e a imoralidade da sua destruição perante a fome negra de milhões de seres humanos. A enorme capacidade e potencialidade tecnológicas consumidas na produção de armas, na manipulação e instrumentalização das consciências frente às necessidades de saúde, educação e desenvolvimento dos povos. O crescer da produção e a sofisticação das máquinas emparelhadas com o envenenamento do ar, a poluição das águas, a destruição das florestas, o progredir dos desequilíbrios naturais e ambientais.

E no ex-país dos soviets (como em todos os países ex-socialistas) o regresso à selva capitalista fez-se à custa de milhões de desempregados, da liquidação do aparelho produtivo, da progressão da fome, da dor e do luto. Do confronto e da guerra. E, naturalmente, do crescer de uma classe de capitalistas, alimentados pela especulação, pelo mercado negro, a desregulamentação da economia, o leilão dos bens públicos e da propriedade do povo, com a ajuda, como sempre desinteressada, do imperialismo.

E não vale dizer que é a herança do comunismo. Porque além dos problemas e dificuldades, havia também um rico património material e humano que os herdeiros desbarataram e desbarataram. Em vez de corrigir, recriar, "reestruturar", como anunciavam, deitaram fora o menino com a água do banho. (Se é que em muitos casos não ficaram com a água suja e deitaram fora o menino).

Continuar revolucionários

No ano do seu XIV Congresso, os comunistas portugueses continuam orgulhosos dos laços históricos que os



prendem à Revolução de Outubro e aos comunistas soviéticos. Não temos de que nos envergonhar (antes orgulhar) pelo nosso amor à Revolução Bolchevique e ao Partido Comunista da URSS. Porque sempre valorizamos a elevada disponibilidade, fraternidade e amizade solidárias do povo soviético e do Partido de Lênine para com a luta do povo e dos comunistas portugueses.

Antes e depois de Abril. Porque não esquecemos a sua contribuição decisiva na derrota da besta nazifascista e na libertação dos povos colonizados. Porque comungamos dos seus êxitos na construção do socialismo. Porque estivemos solidários com as suas dificuldades e repudiamos campanhas que o imperialismo animava e pagava. E porque, de alma e coração, os apoiamos nos seus esforços de corrigir erros e renovar o socialismo.

E principalmente porque somos e queremos continuar revolucionários e comunistas.

A identificação histórica e política do PCP com a explosão social de democracia proletária e justiça social, de liberdade e fraternidade, de alegrias e esperanças que foi a Revolução de Outubro, não contradiz, não nega, antes realça a identidade própria e comunista deste Partido forjado em Portugal por comunistas e revolucionários portugueses. Partido caldeado na luta do nosso povo contra a ditadura fascista e em defesa de Abril.

Identidade comunista que mais uma vez avaliamos e propomos nas Teses do XIV Congresso, materializada também nos documentos programático e estatutário, igualmente em discussão.

Uma natureza de classe, partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Uma teoria, o marxismo-leninismo. Uma regra de organização e funcionamento, o centralismo democrático. Uma forma de estar e ser, em ligação estreita com as massas laboriosas. Um posicionamento perante o País e o mundo, patriota e internacionalista.

É esta identidade que mantém em nós vivos o sentido da indignação, da incomodidade, perante a injustiça, a hipocrisia, a miséria e o despudor. O sentido da solidariedade perante a agressão, a exploração e a opressão.

É esta identidade que nos faz resistir, que nos anima, que nos faz lutar. Que nos leva a combater a política de Cavaco Silva: ataque aos direitos e interesses dos trabalhadores e outras camadas laboriosas, o pôr em causa o acesso à saúde e à educação dos portugueses; as mutilações no regime democrático e as marcas do autoritarismo; atentados à soberania e independência do País, subordinados a Maastricht e à Europa das multinacionais. Que nos permite afirmar a nossa independência ideológica e política perante as "teorias" da moda - "fim da história", "fim das ideologias", "fim das classes", "fim do comunismo", "privado igual a eficiente", "público igual a burocracia", etc. - ou de acomodação oportunista ao "realismo" do grande capital, às "únicas alternativas" e "às falsas bipolarizações".

Que nos incentiva a uma solidariedade activa com os povos que lutam pela liberdade e independência, contra o racismo e a opressão, pelo socialismo. A solidariedade com os povos da África do Sul e de Cuba socialista. A solidariedade com aqueles que, nos países que foram socialistas, levantam a bandeira do protesto social e político. Com os trabalhadores que nos países capitalistas desenvolvidos combatem o desemprego, os baixos salários, os ataques à segurança social. A solidariedade, nestas horas difíceis e dramáticas, com o povo angolano e o MPLA.

E é com esta emoção de nos sentirmos em Portugal e no Mundo, vivos e disponíveis para a luta, que continuamos a comemorar a gloriosa Revolução socialista e soviética de Outubro de 1917.

Vivos para continuar o sonho de Outubro.

Vivos para aprender com a vida e a experiência dos povos.

Vivos para lutar por um futuro socialista.

Viva o 7 de Novembro!
Viva a Revolução de Outubro!
Viva o Partido Comunista Português!

Arkady Shaikhet (1898-1959)

**Jovem Komsomol
ao volante da máquina
1936**

Nascido em 1898, Arkady Shaikhet trabalhou como seralheiro até aos 24 anos, altura em que, chegado a Moscovo, se empregou num laboratório fotográfico, rapidamente se tornando numa das mais destacadas figuras da vanguarda de fotógrafos soviéticos dos anos 20. Correspondente de guerra durante a II Guerra, são suas algumas das mais famosas fotos que, em todo o mundo, documentaram o esforço soviético que derrotou o nazifascismo

O salário do primeiro-ministro foi reduzido

■ Zillah Branco

Nunca tive curiosidade acerca dos rendimentos alheios. Não me interessam mesmo, pois o nível de vida de cada um nunca se compara com o do outro. Sei que há quem receba mensalmente mil ou dois mil contos, mas talvez gaste tudo ou um pouco mais de modo a nunca ter o pé de meia aconchegado. Talvez viva a correr, empazado com lagostas mal congeladas e seja obrigado a consumir doses industriais de álcool e de sedativos, talvez droga, para acalmar a consciência e poder dormir com alguma tranquilidade. Divirto-me quando vejo um que fugiu do país deixando uma dívida de 2 milhões de contos para quem quiser pagar e confessa com ar honesto que «apenas» retirou indevidamente umas centenas de milhares de contos para poder viver com a família uns 6 meses no exterior. Não são cálculos que me comovam. Com 200 mil contos, alguém que receba salário mínimo aguentaria financeiramente cerca de 400 anos. Como vou comparar aquele que líquida em 6 meses o que o outro levará quase 5 gerações para consumir? Não vale a pena gastar fostato nesse tipo de raciocínio. O que interessa é conhecer o produto nacional e defender a sua justa distribuição social, sem que os trabalhadores tenham de suportar sozinhos a inflação para que o País brilhe no céu comunitário com uma reduzida taxa de 5%.

Mas mesmo sem ser curiosa, sem querer ser indiscreta, tenho hoje necessidade de saber quanto pagam ao Primeiro-Ministro. Isto porque há mais de um ano ele tem insistido em contar os tostões ao público, dando entrevistas para mostrar que é austero e que ganha menos que 95% dos empresários portugueses. Chegou mesmo a contar, numa entrevista em 1990, que o seu salário havia sido mais baixo que o do motorista do ministro inglês, o que deixou os leitores muito penalizados. Para resumir as várias e contraditórias informações que têm vindo a lume na imprensa nacional, sempre atribuídas (e nunca contestadas) às declarações do professor Cavaco Silva, li que o seu salário era de 660 contos primeiro, e depois já estava em 738.900. Não me preocupei com o aumento pois é normal que em um ano os salários subam. O que agora me deixou preocupada foi ouvir e ver o Primeiro-Ministro declarar, em entrevista à RTP, que recebe mensalmente

trezentos e tal contos. A menos que o «tal» corresponda a 400 contos (o que não é próprio na linguagem habitual do País), a conclusão possível é de que o salário do Primeiro-Ministro foi reduzido a metade.

Sei que as leis têm sido revistas e mutiladas, mas nada ouvi a respeito da alteração dessa importante conquista do 25 de Abril que era a impossibilidade de serem reduzidos os salários. Será?

Espero que tenha ficado claro que não quero ser bisbilhoteira, que não me interessam os rendimentos pesso-

ais de ninguém, e que só registo a questão preocupada com as leis do trabalho ainda em vigência.



Uma outra forma de o dizer

■ Maria Eduarda Castro

As privatizações não são como um «chavão» abstracto. Fácil é, para a generalidade das pessoas, entender que as privatizações do que quer que seja se traduz, obrigatoriamente, na diferenciação do acesso a essa mesma coisa.

Privatização significa que o que quer que seja fica na posse de uma pessoa ou sociedade comercial/agrícola/industrial ou grupo económico e que passa a ter por objectivo o lucro (a que chamam rentabilização). Há já muito tempo, em meados dos anos sessenta, passei uns dias nas praias do Sul da França (Côte d'Azur) e fiquei então espantada por encontrar praias privadas, habitualmente propriedade de grandes hotéis, que passavam a ser inacessíveis para população em geral e que, mesmo nas praias públicas (poucas) os guarda-sóis, as cadeiras, eram privadas e pagavam-se, e era proibido utilizar as praias sem as ocupar.

Privatizar é isto. É tornar o património ou serviços inacessíveis a quem não tem dinheiro. Assim como «quem quer saúde, paga-a».

Torna-se claro que a única forma de proteger as camadas mais desfavorecidas é assegurar a propriedade colectiva para benefício colectivo, com base economicamente sustentada e que, de preferência sem prejuízo, permita a todos beneficiar do que é de todos e do que todos têm direito como estabelece, aliás, a Constituição da República Portuguesa. Mas também se entende que a propriedade de bens, património e serviços não tem as mesmas consequências e antes difere em função da necessidade colectiva e individual.

Os serviços de transportes, as águas, a saúde, a habitação, a educação e a cultura, sendo essenciais à vida e ao desenvolvimento, não podem permitir exclusões. Como o trabalho, de resto. Essencial à vida para quem dele vive.

Mas se ninguém pode ficar de fora no que respeita às questões referidas, já se entende que não seja obrigatório o acesso a materiais de alta qualidade e custos e bens supérfluos e poderá até ser justo que, para os obter, tenhamos de desenvolver um trabalho ou uma actividade suplementar.

No Porto-Fernando Gomes, até as ruas estão a ser privatizadas

No Porto, nesta consistentemente cultural cidade de granito, até as ruas estão a ser privatizadas e quem tem de se servir do carro particular para trabalhar, face à inoperância dos transportes públicos, só encontra parcómetros (que mais parecem máquinas de casino) a engolir moedas atrás de moedas para entregar a uma Câmara que mantém a cidade, em matéria tão importante para a saúde pública como o saneamento básico, em índices nada europeus e que raiam o medieval.

Em sintonia estranha com o governo central que se prepara para tudo privatizar (EDP, CTT, TLP, etc.), a Câmara do Porto propõe-se privatizar o STCP, quem sabe os SMAS, quem sabe os serviços de limpeza, a habitação (o caso da recuperação do Centro Histórico inacessível às populações é paradigmático) e tudo o que seja privatizável, numa ânsia devastadora de lucro (rentabilização) que atinge a cultura e sufoca a cidade.

Eleito pelo PS, Fernando Gomes, um «estrangeiro» que não sente a cidade, arvorou-se em patrão de um lobby nortenho contra o Sul numa política de má vizinhança e a incentivar regionalismos primários, numa política que é tudo menos socialista. Política que vai causando vítimas

inocentes e não poupa crianças, jovens e reformados, que atinge as mulheres e toda a população mas que também vai destruindo ao ritmo apressado das eleições, em nome do progresso e com cariz de retrocesso, os nossos hábitos, as nossas tradições e a nossa cultura.

Distribui migalhas e atira areia para os olhos, mas cego é só o que não quer ver e, mais tarde ou mais cedo, a população da Invicta, mui Nobre e sempre Leal, vai descobrir que «o rei vai nu» e há-de fazê-lo pagar o preço da depravação. Não tenham pena. Fernando Gomes não vai ficar pobre.



Sobre o racismo e outras doenças da Humanidade

■ Sérgio Ribeiro

O facto de existirem um movimento e uma petição para a criação de uma *Alta Autoridade Europeia (ou comunitária) contra o Racismo*, e outras formas de denúncia e reivindicação relativamente à xenofobia e à violência racial, são sinais da gravidade de uma situação e dos enormes riscos da sua evolução, particularmente nalguns Estados e regiões.

A verdadeira explosão de racismo que se verifica, a que justamente e com toda a determinação é necessário fazer face, será, no entanto, um epifenómeno. As suas raízes profundas estão nas condições sociais de vida e de trabalho e num verdadeiro bloqueio cultural.

A circulação de força de trabalho no/para o espaço comunitário não é novidade. Poderia mesmo dizer-se que os primeiros anos da integração económica capitalista europeia, os chamados «anos de ouro» da década de 60, foram possíveis pela emigração, sobretudo para a França e sobretudo de portugueses e de outros trabalhadores dos dois lados do Mediterrâneo. Não havia, então, liberdade de circulação, mas o «saldo» respondia à procura de força de trabalho sem que isso suscitasse problemas de xenofobia e/ou racismo.

Foi com o aparecimento do desemprego a níveis crescentemente significativos, com a sua progressão desde os primeiros anos da década de 70 até às taxas socialmente insuportáveis de meados dos anos 80, que foram surgindo e multiplicando-se manifestações xenófobas e racistas.

Por outro lado, e não menos relevantes, as condições sociais fizeram vir ao de cima um primário e culturalmente enraizado sentimento xenófobo e racista, que décadas em que a coexistência prevaleceu sobre a convivência não erradicaram. Porque pouco ou nada se fez, ao nível superestrutural, para que tal acontecesse.

Se não fosse grave, ou até dramático, seria curioso que esse sentimento e suas manifestações violentas se tornassem evidentes quando se avançou, no plano comunitário, com a instauração das liberdades de circulação, após a adopção do Acto Único.

Mas não só essa coincidência é, ao mesmo tempo, curiosa, grave, dramática. Mais ainda o é a coincidência de, na sequência da destruição das estruturas económicas e sociais de países do centro-leste da Europa, esse mesmo sentimento e essas mesmas manifestações terem tomado proporções assustadoras. Poderá, talvez, afirmar-se que o que acontece na ex-RDA, em Rostow, por exemplo, tornou evidente que uma certa solidariedade internacionalista, ideologicamente coerente, institucionalmente concretizada, materializada com contribuições de trabalhadores e sindicatos, não tinha o fundamento e a contrapartida de uma enraizada consciência popular.

Porque se perderam décadas sem que nesse sentido se tivesse caminhado como prioritário deveria ter sido.

Os acordos de Schengen surgem como um outro sinal. Se há, ou vai haver, liberdade de circulação no interior do «nosso» espaço, defende-se que se reforcem os controlos relativamente a quem possa vir do exterior, criando-se uma vigilância, um policiamento, uma fichagem que, inevitavelmente, dividirão os emigrantes em «bons» e «maus», com a fronteira entre uns e outros não necessari-

amente justaposta à fronteira entre os emigrantes comunitários (os «nossos») e os de fora da comunidade (os «outros»). Mais um passo na crispação resultante das condições sociais ligadas ao desemprego.

Em Maastricht, no acordo que se pretende impor tal qual (quando o tal qual não existe) como novo Tratado, aparece a afirmação da cidadania europeia que, sendo positiva em si, traz o selo classista e o peso da situação social. Muito mais que uma assunção de um direito, a cidadania europeia, em Maastricht, reflecte a criação de condições para a facilitação (ou a dificultação, segundo a conjuntura) da circulação da força de trabalho ao serviço do capital.

E, em articulação (e identificação na «filosofia»...) com Schengen, a questão da segurança interna é levantada por forma que faz configurar como prioritária uma Europa das polícias (EUROPOL), com pretextos em argumentos válidos como os da necessidade de controlar tráficos de droga e outros que, por outras vias, são estimulados uma vez que traduzem volumes de negócios impressionantes, motivam dividendos que o não são menos e proporcionam oportunas «lavagens de dinheiro».

Ao nível do Parlamento Europeu, estes problemas teriam de ter reflexos. Houve duas comissões de inquérito, uma sobre a escalada do fascismo e do racismo na Europa, outra sobre o racismo e a xenofobia; há, na comissão dos direitos públicos e assuntos internos — de que, aliás, faço parte —, relatórios em curso sobre a política de imigração e um outro relatório de iniciativa desta comissão, sobre o racismo, dá os primeiros passos.

Quanto ao problemas concretos da criação de uma Alta Autoridade para o Racismo, existem algumas propostas e sugestões, explícitas ou implícitas, mas nada há de concreto.

A criação de um lugar de Provedor Europeu será o passo mais próximo, uma vez que, para além de estar incluído no acordo de Maastricht, a definição desse posto e tarefa deverá ter, no âmbito das suas competências, a discriminação «inspirada em factores relacionados com a raça, nacionalidade, origem étnica, religião ou sexo», como se pode ler em projecto de relatório do Parlamento Europeu.

Será oportuno salientar, no entanto, os limites e os condicionamentos, quer do estatuto quer das possibilidades de acção, de figuras como as de provedor ou alta autoridade. Isso mesmo foi sublinhado em recente reunião de provedores europeus.

A prioridade nesta luta a travar contra a desumanidade que divide os homens, que os separa, que os rasga, por cor de pele ou outra característica étnica, nacional, de religião ou sexo, está na batalha por uma situação social diferente, em que o desemprego não seja uma variável económica, o salário condição de concorrência, as condições sociais subalternas relativamente a políticas monetárias. Batalha a ser acompanhada por tudo o que possa estimular uma real participação e tomada de consciência por parte da gente que somos todos nós.

Neste quadro, tudo que não disperse esforços, que os faça convergir, será evidentemente, útil e bem-vindo.

— Algumas reflexões (talvez) oportunas quando a extrema direita se reúne — mais uma vez! — em Portugal.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Casa assaltada

Ao Mendes e ao Nogueira assaltaram a casa. De maneira que ambos já estão a ver (pois o ladrão hoje sabemos lhes fez tamanha mozza) estão ambos a ver como sofremos quando o Governo assalta a nossa.

Golfistas, etc.

A economia está uma desgraça e um empresário dizia que o Governo não sabe o que se passa...

Outra explicação até tenho eu, que mais abala: lá saber, sabe. O que é é que não se rala...

Ao golfe à sueca não se furta. Faz bem, faz bem. A vida é curta...

A traça pragmática

Cavaco diz que. Cadilhe lhe responde à vontade: isso é o que leu no livro em que aprendeu. É outra a realidade...

Lá próssegue Cavaco, ficha a ficha.

E a gente é que se lixa!

Enigma — ou talvez não

Quem vê televisão viu pelos cantos do Parlamento que o debate anima o Duarte Lima de braço dado com o Almeida Santos.

Sendo a gastronomia o negócio em que andam sempre a par o que é que nesse dia estariam os dois a cozinhar?...

Comercial, etc. e tal

Não usa a História, angelical, a opa de uma irreal, celeste, procissão. Nela, sempre em fermento de algum pão o espírito sensato sempre topa.

Uma notícia apregoada ensopada todas as velas da informação: em guerra comercial eis que já estão os Estados Unidos e a Europa.

Há quem leia e depois durma tranquilo. Há quem oiça e depois logre o seu quilo sem reparar que a guerra, a sério, a tal,

(com as bombas, gases, tanques, aviões mortos, desgraças mil, destruições) sempre no início foi comercial...

■ IGNOTUS SUM

Mudanças I

De vez em quando dá-lhes o frenesim da mudança. Quando isso lhes dá na Primavera, o respeitável público compreende, aceita, e até acha natural. Mas de repente eis que o frenesim lhes acontece à entrada do Outono, quando a folha cai. Aí, o público interroga-se: será de verdadeira mudança que se trata?

Cavaco resolveu, por exemplo, proceder a mudanças no Governo. Caíram alguns secretários, subiu um ministro às europas e ficou-se por aí. Houve logo quem comentasse que a mudança era pouca. Houve os que ficaram desagradados. Alguns dos que saíram mostraram o sorriso amarelo e disseram que não era nada. Outros calaram-se, como o Lara da Subsecretaria da censura, enquanto o secretário hesitava entre a pena de o ver sair e a alegria de o ver pelas costas. Houve também quem não gostasse de ver um secretário subir a ministro no próprio momento em que fazia declarações embaraçosas para os amigos da Jamba. Mas se fizermos bem as contas, mudança não houve, verdadeiramente.

Mudança II

Os jornais também mudam. Há pouco, foi o "Diário de Notícias", a proceder, com grande estardalhaço, a uma remodelação. Mas não chegou, na verdade, a lavar

a cara - pespegou simplesmente uma carrada de maquilhagem na frontaria, alterou a pintura e... saiu assim à rua. Talvez sejamos severos em demasia. Lá que houve alguma mudança, houve. Até a infável Maria Elisa a saudou com veemência, em crónica festiva nas próprias páginas do "DN"-new look.

Lembrava ela que, antes - muito antes - o "DN" era "cinzentão" e só dava as notícias quando estava certo da veracidade delas. E que essa forma de proceder não tinha nada a ver com "jornalismo".

A ajuda de Maria Elisa, a explicar que hoje o "DN" já não dá notícias mas fornece especulações, era desnecessária: viu-se logo, procurando um pouco sob a camada de tinta nova com que o periódico se mascara, que aí está mais uma folha igual a tantas outras. Mudança? Um pouco. Para pior. Tratou-se, na melhor das hipóteses, de uma operação de camuflagem. Isto é, o "DN" vestiu-se com as cores da paisagem "informativa" circundante. Para ninguém dar por ele nas bancas, onde o "Público" já tinha ocupado o espaço, e, antes dele, o "Correio da Manhã". Este último é que levou a mal. E lançou-se em nova operação de propaganda, para ver se não perde terreno. A acompanhar a promoção, o "CM" até quis refrescar os seus títulos de primeira e publicou há dias larga parangona, anunciando que

a "Crise já chegou ao marisco"...

Mudança III

Entretanto, a Leste, nada de novo. Perlo menos verificou-se que continua como dantes o despique entre o croniqueiro RTP da Praça Vermelha e o seu famoso rival, o "repórter" Milhazes de todas as rússias, um a dizer mata, o outro a gritar esfolo. A última vez que os vimos, ouvimos e lemos - e não quisemos acreditar... - lá falava o primeiro em 50 mil pessoas a manifestarem-se contra Ieltsine e a comemorarem o 7 de Novembro em Moscovo. Cercado por um coro de locutores e de pivots - a única "mudança" foi o coro ter-se alargado à SIC - que apelidavam os comunistas de nostálgicos - o homem da RTP em Moscovo apontava as "clareiras" na multidão, concluindo que dali se via o descalabro do comunismo. Por sua vez, ribombante na prosa, o rival Milhazes escrevia no "Público" que os "saudosistas" eram apenas 20 mil. No entanto, não deixava de apontar uma ligeira mudança na forma como em Moscovo se comemorou este ano o 7 de Novembro - não houve paradas nem manifestações oficiais. E "a vereação de Moscovo decidiu prender os adeptos do comunismo de uma forma original: mandou fazer obras na Praça Vermelha com substituição do pavimento"...

frases da Semana

"Não obstante nunca termos estado em Angola, vimos, ouvimos e lemos coisas que não podemos ignorar. Como noutros tempos. Houve elementos que nos levaram a descobrir que afinal o tal papel de «assassinos» e «ladrões» aparecia trocado."

☞ (José Manuel Fernandes, «Do golpe de Praga ao golpe de Luanda» - «Público», 8.11.92)

"Visto de longe este movimento (MPLA) parecia convertido às virtudes da democracia, sinceramente empenhado em aderir à própria Internacional Socialista, e era dirigido por um José Eduardo dos Santos que inspirava, graças ao seu porte ocidentalizado, alguma confiança."

☞ (Idem)

"(...) muitos dos que em finais de Setembro teriam provavelmente votado na eleição de Eduardo dos Santos, muitos dos que em meados de Outubro se irritavam com a recusa suicida da UNITA em aceitar os resultados eleitorais, sentem que hoje é urgente salvar o que resta do movimento de Jonas Savimbi"

☞ (Idem)

"Mesmo recusando o tribalismo da UNITA e o primarismo carismático de Savimbi, a verdade é que a UNITA - a luta da UNITA - volta a ser necessária para que haja democracia e paz em Angola."

☞ (Idem)

"A UNITA não tem nenhuma maneira de se manifestar senão pelas armas, porque não tem rádio nem televisão."

☞ (Maria Antónia Palla - «O Jornal», 6.11.92)

"Estou-me nas tintas para o pelouro."

☞ (João de Deus Pinheiro - «Semanário», 7.11.92)

"A partir de agora, estou-me nas tintas para os problemas do partido."

☞ (Freitas do Amaral - «Independente», 6.11.92)

"Freitas parece do MRPP."

☞ (Narana Coissoró - «O Diabo», 10.11.92)

"Seríamos ingénuos, porém, se pensássemos que um povo que historicamente tem feito gala em ludibriar a Polícia e enganar o Estado se tornou subitamente sensível às imoralidades públicas."

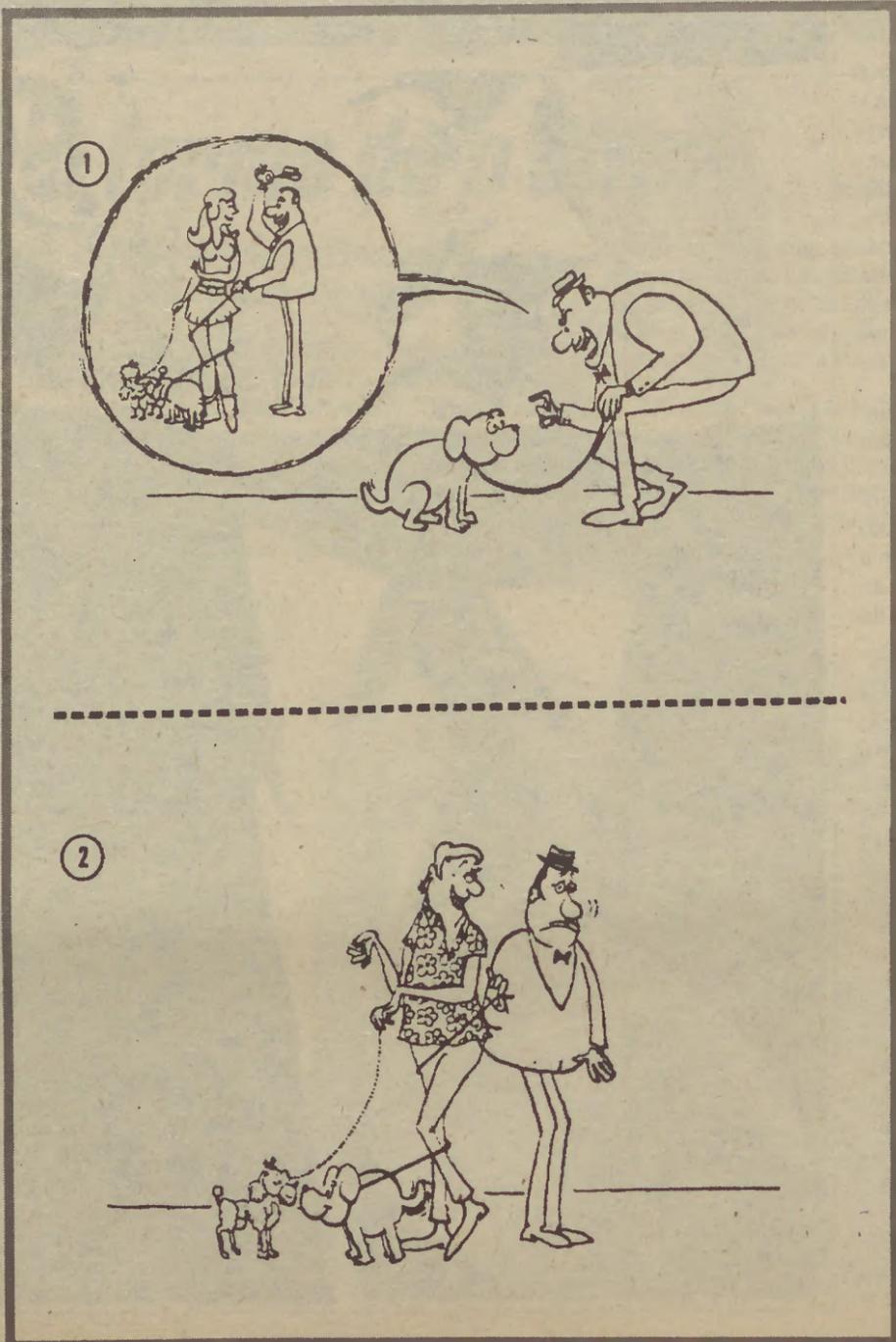
☞ (José António Saraiva - «Política à Portuguesa» - «Expresso», 7.11.92)

"Perdi muitas dezenas de milhares de contos por causa da política"

☞ (Freitas do Amaral - «Expresso», 7.11.92)

"Não é preciso ter um crescimento económico negativo para estar em recessão."

☞ (Miguel Cadilhe - «Semanário», 7.11.92)



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Casa assaltada

Ao Mendes e ao Nogueira assaltaram a casa. De maneira que ambos já estão a ver (pois o ladrão hoje sabemos lhes fez tamanha moça) estão ambos a ver como sofremos quando o Governo assalta a nossa.

Golfistas, etc.

A economia está uma desgraça e um empresário dizia que o Governo não sabe o que se passa...

Outra explicação até tenho eu, que mais abala: lá saber, sabe. O que é é que não se rala...

Ao golfe à sueca não se furta. Faz bem, faz bem. A vida é curta...

A traça pragmática

Cavaco diz que. Cadilhe lhe responde à vontade: isso é o que leu no livro em que aprendeu. É outra a realidade...

Lá prossegue Cavaco, ficha a ficha.

E a gente é que se lixa!

Enigma — ou talvez não

Quem vê televisão viu pelos cantos do Parlamento que o debate anima o Duarte Lima de braço dado com o Almeida Santos.

Sendo a gastronomia o negócio em que andam sempre a par o que é que nesse dia estariam os dois a cozinhar?...

Comercial, etc. e tal

Não usa a História, angelical, a opa de uma irreal, celeste, procissão. Nela, sempre em fermento de algum pão o espírito sensato sempre topa.

Uma notícia apregoada ensopada todas as velas da informação: em guerra comercial eis que já estão os Estados Unidos e a Europa.

Há quem leia e depois durma tranquilo. Há quem oiça e depois logre o seu quilo sem reparar que a guerra, a sério, a tal,

(com as bombas, gases, tanques, aviões mortos, desgraças mil, destruições) sempre no início foi comercial...

■ IGNOTUS SUM

Mudanças I

De vez em quando dá-lhes o frenesim da mudança. Quando isso lhes dá na Primavera, o respeitável público compreende, aceita, e até acha natural. Mas de repente eis que o frenesim lhes acontece à entrada do Outono, quando a folha cai. Ai, o público interroga-se: será de verdadeira mudança que se trata?

Cavaco resolveu, por exemplo, proceder a mudanças no Governo. Caíram alguns secretários, subiu um ministro às europas e ficou-se por aí. Houve logo quem comentasse que a mudança era pouca. Houve os que ficaram desagrados. Alguns dos que saíram mostraram o sorriso amarelo e disseram que não era nada. Outros calaram-se, como o Lara da Subsecretaria da censura, enquanto o secretário hesitava entre a pena de o ver sair e a alegria de o ver pelas costas. Houve também quem não gostasse de ver um secretário subir a ministro no próprio momento em que fazia declarações embaraçosas para os amigos da Jamba. Mas se fizermos bem as contas, mudança não houve, verdadeiramente.

Mudança II

Os jornais também mudam. Há pouco, foi o "Diário de Notícias", a proceder, com grande estardalhaço, a uma remodelação. Mas não chegou, na verdade, a lavar

a cara - pespegou simplesmente uma carrada de maquilhagem na fronteira, alterou a pintura e... saiu assim à rua. Talvez sejamos severos em demasia. Lá que houve alguma mudança, houve. Até a infável Maria Elisa a saudou com veemência, em crónica festiva nas próprias páginas do "DN" - new look.

Lembrava ela que, antes - muito antes - o "DN" era "cinzentão" e só dava as notícias quando estava certo da veracidade delas. E que essa forma de proceder não tinha nada a ver com "jornalismo".

A ajuda de Maria Elisa, a explicar que hoje o "DN" já não dá notícias mas fornece especulações, era desnecessária: viu-se logo, procurando um pouco sob a camada de tinta nova com que o periódico se mascara, que aí está mais uma folha igual a tantas outras. Mudança? Um pouco. Para pior. Tratou-se, na melhor das hipóteses, de uma operação de camuflagem. Isto é, o "DN" vestiu-se com as cores da paisagem "informativa" circundante. Para ninguém dar por ele nas bancas, onde o "Público" já tinha ocupado o espaço, e, antes dele, o "Correio da Manhã". Este último é que levou a mal. E lançou-se em nova operação de propaganda, para ver se não perde terreno. A acompanhar a promoção, o "CM" até quis refrescar os seus títulos de primeira e publicou há dias larga parangona, anunciando que

a "Crise já chegou ao marisco"...

Mudança III

Entretanto, a Leste, nada de novo. Perlo menos verifica-se que continua como dantes o despique entre o croniqueiro RTP da Praça Vermelha e o seu famoso rival, o "repórter" Milhazes de todas as rússias, um a dizer mata, o outro a gritar esfola. A última vez que os vimos, ouvimos e lemos - e não quisemos acreditar... - lá falava o primeiro em 50 mil pessoas a manifestarem-se contra Ieltsine e a comemorarem o 7 de Novembro em Moscovo. Cercado por um coro de locutores e de pivots - a única "mudança" foi o coro ter-se alargado à SIC - que apelidavam os comunistas de nostálgicos - o homem da RTP em Moscovo apontava as "clareiras" na multidão, concluindo que dali se via o descalabro do comunismo. Por sua vez, ribombante na prosa, o rival Milhazes escrevia no "Público" que os "saudosistas" eram apenas 20 mil. No entanto, não deixava de apontar uma ligeira mudança na forma como em Moscovo se comemorou este ano o 7 de Novembro - não houve paradas nem manifestações oficiais. E "a veracção de Moscovo decidiu prender os adeptos do comunismo de uma forma original: mandou fazer obras na Praça Vermelha com substituição do pavimento"...

frases da Semana

"Não obstante nunca termos estado em Angola, vimos, ouvimos e lemos coisas que não podemos ignorar. Como noutros tempos. Houve elementos que nos levaram a descobrir que afinal o tal papel de «assassinos» e «ladroes» aparecia trocado."

*(José Manuel Fernandes, «Do golpe de Praga ao golpe de Luanda» - «Público», 8.11.92)

"Visto de longe este movimento (MPLA) parecia convertido às virtudes da democracia, sinceramente empenhado em aderir à própria Internacional Socialista, e era dirigido por um José Eduardo dos Santos que inspirava, graças ao seu porte ocidentalizado, alguma confiança."

*(Idem)

"(...) muitos dos que em finais de Setembro teriam provavelmente votado na eleição de Eduardo dos Santos, muitos dos que em meados de Outubro se irritavam com a recusa suicida da UNITA em aceitar os resultados eleitorais, sentem que hoje é urgente salvar o que resta do movimento de Jonas Savimbi"

*(Idem)

"Mesmo recusando o tribalismo da UNITA e o primarismo carismático de Savimbi, a verdade é que a UNITA - a luta da UNITA - volta a ser necessária para que haja democracia e paz em Angola."

*(Idem)

"A UNITA não tem nenhuma maneira de se manifestar senão pelas armas, porque não tem rádio nem televisão."

*(Maria Antónia Palla - «O Jornal», 6.11.92)

"Estou-me nas tintas para o pelouro."

*(João de Deus Pinheiro - «Semanário», 7.11.92)

"A partir de agora, estou-me nas tintas para os problemas do partido."

*(Freitas do Amaral - «Independente», 6.11.92)

"Freitas parece do MRPP."

*(Narana Coissoró - «O Diabo», 10.11.92)

"Seríamos ingénuos, porém, se pensássemos que um povo que historicamente tem feito gala em ludibriar a Polícia e enganar o Estado se tornou subitamente sensível às imoralidades públicas."

*(José António Saralva «Política à Portuguesa» - «Expresso», 7.11.92)

"Perdi muitas dezenas de milhares de contos por causa da política"

*(Freitas do Amaral - «Expresso», 7.11.92)

"Não é preciso ter um crescimento económico negativo para estar em recessão."

*(Miguel Cadilhe - «Semanário», 7.11.92)

• **ALCÁCER DO SAL**
Sexta-feira, às 20.00, no CT de Casabres, assembleia da freguesia de S. Martinho.

• **ALMADA**
Hoje, às 18.00, no CT concelhio, assembleia plenária da Lisnave, para discussão das Teses e eleição dos delegados; reunião dos eleitos autárquicos da Cova da Piedade - no CT, às 21.00.

• **ALCANENA**
Sábado, às 15.00, plenário da organização local.

• **ALCOUTIM**
Quarta-feira, às 21.30, assembleia plenária para eleição de delegados.

• **ALENQUER**
Hoje, às 21.00, plenário das organizações de Bairro e Canados. Sábado, às 21.00, plenário da organização de Abrigada.

• **ALJUSTREL**
Sábado, às 15.00, assembleia plenária da orga-



JCP COMEMORA 13.º ANIVERSÁRIO

Iniciativas com a participação de Álvaro Cunhal secretário-geral do PCP

Évora

Sexta-feira, às 21 horas, no Monte Alentejano, debate sobre os problemas da juventude. E também a música de João Gabriel e João Cágado, Jaime e Farinha, Mártires da Pátria, Bacelar, Rui Soldado

Lisboa

Sábado, a partir das 19.30, jantar-convívio no CT Vitória

Outras iniciativas:

Porto

Sábado, a partir das 14.30, no CT de Barão de S. Cosme: Torneio de Futebol de 5 e Matraquilhos - Magusto - Café-Concerto

Marinha Grande

Exposição sobre a luta da juventude portuguesa e a actividade da JCP, no CT da Marinha Grande

nização de Rio de Moinhos - na sala da Junta de Freguesia.

• **ALPIARÇA**
Sexta-feira, às 10.00, plenário distrital de dirigentes sindicais para discussão de documentos e eleição de delegados. Sábado, às 15.00, plenário de Reformados. Quarta-feira, às 21.00, plenário da organização local de Alpiarça.

• **ARRAIÓLOS**
Sexta-feira, às 20.30, assembleias plenárias das organizações das freguesias de Arraiolos e de Vimieiro.

• **ARRONCHES**
Domingo, às 16.00, assembleia plenária da organização concelhia.

• **ARRUDA**
Sábado, às 21.00, assembleia plenária de militantes, para dis-

cussão dos documentos e eleição de delegados, com a participação de Carlos Grilo.

• **AVEIRO**
Sexta-feira, no CT, às 21.30, assembleia plenária das organizações de Aveiro e Oliveira do Bairro.

• **AVIS**
Sábado, assembleias plenárias da organização de Al-córrego - na Casa da Creche, às 16.00 - e da organização concelhia de Avis - às 20.00, no CT local.

• **BAIÃO**
Domingo, às 15.00, assembleia de militantes de Sta. Marinha do Zêzere.

• **BARQUINHA**
Sábado, às 15.00, plenário da organização de Fonte Santa.

• **BARREIRO**
Sábado, às 15.00, no CT concelhio, assembleia da célula dos trabalhadores das autarquias e assembleia da freguesia de Verde-rena; das freguesias de Palhaís, de Sto. António, do Barreiro, Lavradio, Santo André - nos respectivos Centros de Trabalho locais.

• **BEJA**
Sexta-feira, Assembleia plenária da organização de Messegana - às 20.00, na sala da Junta de Freguesia. Sábado, às 15.00, no CT de Beja, assembleia plenária de vários organismos da cidade, das freguesias de Boavista, S. Matias e S. Brissos e de Penedo-Gordo.

• **BENAVENTE**
Sexta-feira, às 21.00, assembleia plenária da organização de Samora Correia, para eleição de delegados.

• **BRAGANÇA**
Domingo, às 15.00, assembleia plenária da organização concelhia, com Serafim Brás.

• **CASTELO BRANCO**
Sexta-feira, às 21.30, no CT de Castelo Branco, reunião dos militantes da Zona de Santiago e Valongo. Sábado, às 21.30, no mesmo local, reunião da Zona da Sé e Castelo.

• **CAMPOMAIOR**
Sábado, às 15.00, na Casa do Povo, assembleia plenária da organização concelhia,

Agenda

Iniciativas preparatórias

congresso



ALMADA, 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992



com José Casanova.

• **CASTRO MARIM**
Sábado, às 21.30, assembleia plenária para eleição de delegados.

• **CANTANHEDE**
Sexta-feira, às 21.30, assembleia plenária das organizações de Cantanhede e Mira.

• **CASCAIS**
Hoje, às 19.00, no CT, reunião de militantes da Hotelaria e da ex-Standard. Sábado, a partir das 13.00, assembleia de militantes da Parede, para discussão das Teses e eleição de delegados - no CT da Parede, com Fernanda Barroso; reunião de militantes da freguesia de Carcavelos - às 15.00, em casa do camarada Galharoz, na Rebelva.

• **COIMBRA**
Sexta-feira, às 21.30, plenário da organização de freguesia de S. Martinho do Bispo. Sábado: às 21.30, plenários das freguesias de Margem Esquerda de Coimbra e da Margem Direita de Coimbra; às 15.30, do Comité Local de Coimbra. Segunda-feira, às 21.30, plenário da célula de Juristas de Coimbra.

• **COVILHÃ /COUTO MINEIRO**
Sábado, às 15.00, no salão do Clube de Panasqueira, assembleia plenária da organização de Cabeça de Vide - na sede da Junta de Freguesia.

• **CRATO**
Sábado, às 15.00, no CT, assembleia plenária da organização concelhia.

• **ELVAS**
Sábado, às 15.00, assembleia plenária da organização de Barbacena - na Casa do Povo.

• **ESPINHO**
Sexta-feira, às 21.30, no CT, assembleia plenária da organização concelhia.

• **FAMALICÃO**
Sábado, no CT, às 15.00, assembleia plenária da organização concelhia, para debate dos documentos para o Congresso e eleição de delegados, com Blanqui Teixeira.

• **FARO**
Sábado, às 16.00, assembleia plenária para eleição dos delegados

Timor-Leste

Um ano depois do massacre de Santa Cruz

Iniciativa da DORL, de solidariedade com o povo maubere, sexta-feira, às 19 horas, no CT Vitória, com intervenções de Abílio Araújo, da Fretilin, e Domingos Lopes, suplente do CC do PCP

dos sectores Operários, Reformados e Freguesias.

• **CORUCHE**
Sábado, às 16.00, plenário de militantes para eleição de delegados.

• **COVILHÃ**
Sexta-feira, às 21.30, no CT, plenário distrital de professores, com a participação de Edgar Correia. Sábado, às 15.00, no mesmo CT, assembleia plenária das organizações de freguesia de Aveiro e Oliveira do Bairro.

• **FIGUEIRA DA FOZ**
Sábado, às 15.00, plenário da organização concelhia.

• **FRONTEIRA**
Amanhã, às 20.30, assembleia plenária da organização de Cabeça de Vide - na sede da Junta de Freguesia.

• **FUNDÃO**
Sábado, às 21.00, na Junta de Freguesia, assembleia plenária das organizações de freguesia do concelho.

• **GAIA**
Sexta-feira, às 21.30, no CT, assembleia das células da Tabaqueira e Portucel - no CT Vitória, às 15.00, assembleia da organização de freguesia de Carnide, para debate e eleição de delegados - na JF de Carnide; assembleia das células da Tabaqueira e Portucel - no CT Vitória, às 15.00, assembleia de militantes do Sector de Artes e Letras da ORL para debate das Teses e eleição de delegados. Terça-feira, às 21.30, no CT Vitória, assembleia da célula dos Juristas.

• **GRÂNDOLA**
Sexta, às 21.00, assembleia conjunta das organizações da freguesia de Sta. Maria da Serra e organizações da Área Urbana de Grândola.

• **GONDOMAR**
Sexta-feira, às 21.30, reunião de militantes da organização de Rio Tinto - no CT de Rio Tinto; reunião de militantes da organização de Melres/Lomba. Domingo, às 15.00, reunião de militantes de Covelo.

• **GUARDA**
Domingo, às 15.00, no CT, assembleia plenária

ria da organização concelhia, com Armando Morais.

• **IDANHA-A-NOVA**
Domingo, às 15.00, na Junta de Freguesia de S. Miguel de Acha, plenário das organizações das freguesias de Lourosa, Fiães, Argoncilhe e Rio Meão, com a participação de Vidal Pinto.

• **LAGOS**
Sexta-feira, às 21.30, reunião de militantes.

• **LISBOA**
Hoje, às 21.30, no CT da R. Soeiro Pereira Gomes, assembleia da organização da freguesia de Fátima, para discussão de documentos e eleição de delegados; no CT Duque de Loulé, às 19.00, assembleia do sector de Serviços de Lisboa. Sábado, às 15.00, assembleia da organização de freguesia de Carnide, para debate e eleição de delegados - na JF de Carnide; assembleia das células da Tabaqueira e Portucel - no CT Vitória, às 15.00, assembleia de militantes do Sector de Artes e Letras da ORL para debate das Teses e eleição de delegados. Terça-feira, às 21.30, no CT Vitória, assembleia da célula dos Juristas.

• **LOULÉ**
Sexta-feira, às 21.30, reunião de militantes.

• **LOURES**
Sexta-feira, às 21.30, na Sociedade de I de Agosto de Santa Iria de Azóia, debate sobre questões do Poder Local e o XIV Congresso, com Luís Sá. Sábado, às 14.30, no CT de Loures, assembleia plenária

ria das organizações das freguesias de Loures e Lousa, com Euclides Pereira; da organização de freguesia de Fanhões, no CT local, às 21.00. **Terça-feira**, assembleias plenárias das células de empresa de Santa Iria de Azóia - no CT de Santa Iria, às 18.30 - e das células de empresa de S. João da Talha - às 18.30, no CT de Sacavém. **Quarta-feira**, às 17.45, no refeitório da CM, assembleia plenária da célula da Câmara e Serviços Municipalizados, com José Casanova.

• **MACEDO DE CAVALEIROS**
Sábado, às 20.00, na Esc. Preparatória de Olmos, assembleia plenária da organização concelhia, com Serafim Brás.

• **MAIA**
Sexta-feira, às 21.30, assembleias de militantes de Pedrouços e de Moreira/V.Nova Telha. Sábado, às 15.00, no CT, assembleia conjunta das organizações de Sta. Maria Avisoso, Gemunde, Vermoim, Maia, Barca, Nogueira, Silva Escuro, Gondim, Folgosa, S. Pedro Fins e S. Pedro Avioso; às 15.00, no mesmo local, assembleia das empresas da Maia.

• **MARCO DE CANAVEZES**
Sexta, às 21.30, assembleia de militantes para discussão dos documentos e eleição de delegados.

• **MARINHA GRANDE**
Sexta-feira, às 21.30, no CT, reunião geral de militantes do concelho, com a participação de Albano Nunes. **Quarta-feira**, dia 18, às 21.30, no CT, plenário da organização da Juventude.

• **MATOSINHOS**
Sexta-feira, às 21.30, no CT, reunião de militantes do Movimento Associativo para discussão dos documentos para o XIV Congresso. Sábado, às 14.00,

na Junta de Freguesia, conversa com Independentes sobre o XIV Congresso do PCP. Participa Edgar Correia.

• **MEALHADA**
Sábado, às 21.00, no salão da Junta de Freguesia, assembleia plenária das organizações concelhias de Anadia e Mealhada.

• **MOITA**
Sábado, às 15.00, nos respectivos Centros de

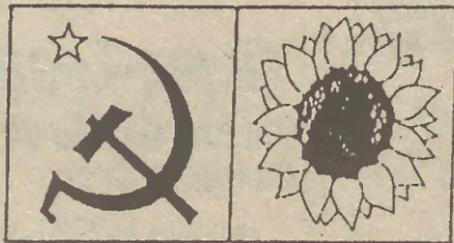
Trabalhos, assembleias das freguesias de Alhos Vedros e Baixa da Banheira. Sábado, às 15.00, assembleias das organizações de freguesia de Sarielhos Pequenos e de Vale da Amoreira - nos Centros de Trabalho locais.

• **MONFORTE**
Amanhã, às 20.30, assembleia plenária da organização de Vaia - no Centro Cultural.

• **MONTALEGRE**
Sábado, às 15.30, na Esc. Preparatória, assembleia plenária concelhia, com Vasco Paiva.

• **MONTEMOR-O-VELHO**
Hoje, às 21.30, plenário da organização de freguesia de Verride. Amanhã, às 21.30, plenário da organização da Vila de Montemor-o-Velho. Sábado, às 21.30, plenários da organização das fre-

Agenda



CDU

Sintra:

«O Plano Director Municipal, o Homem e o Desenvolvimento»

Encontro organizado pela CDU, sábado, a partir das 15 horas, no Hotel Vale de Lobos

Aberto a todos os interessados e com a participação, entre outros, de Luís Sá, da Comissão Política do PCP, Rogério de Brito, deputado do PCP no PE, Lino Paulo, vereador da CM de Sintra, Carlos Fernandes, director do Gabinete do PDM de Sintra, Leopoldo de Almeida, urbanista e especialista em acessibilidades, João Bruno Soares, urbanista e especialista em informação de base geográfica, Jorge Rebeca, vereador da CM de Évora (urbanismo), Luís Bruno Soares, urbanista, Vítor Guerra, gestor de empresas, Sidónio Pardal, urbanista e ambientalista.

Vila Nova de Gaia:

«Ambiente e Saúde»

Encontro da CDU aberto a toda a população, sábado, a partir das 14.30 horas, na Assembleia Municipal (Rua General Torres, 1141, junto ao Hospital)

São Domingos de Rana:

encontros com moradores

Vítor Silva, vereador da CDU na CM de Cascais, participa no sábado em encontros com os moradores da Urbanização Nova de Mato-Cheirinhos (às 15 horas, no largo, juntamente com António Ramos, secretário da Junta de Freguesia) e do Bairro 25 de Abril (às 17 horas, junto à colectividade, com João Camilo, presidente da JF). Nestas iniciativas participam ainda outros eleitos da CDU.

Olivais/Lisboa:

eleições autárquicas

A Comissão de Freguesia de Sta. Maria dos Olivais convida os camaradas dos Sectores Profissionais residentes na freguesia para uma reunião - a realizar na próxima quarta-feira, às 21.30, no CT dos Olivais - que tem o objectivo de debater as próximas eleições autárquicas, na perspectiva do reforço do trabalho local.

guesias de Santo Varão e de Liceia. **Terça-feira**, às 21.30: plenário da organização de Pereira do Campo. **Quarta-feira**, às 21.30, plenário da organização de freguesia de Abrunheira.

• **MONTIJO**
Sexta, às 21.00, assembleia das freguesias de Montijo (no CT do Montijo) e Atalaia (CT da Atalaia). Sábado, às 21.00, assembleia da freguesia de Santo Isidro.

• **ODEMIRA**
Domingo, às 15.00, no salão da Junta de Freguesia de Relíquias, plenário da organização de Relíquias.

• **OURIQUE**
Sábado, às 15.00, assembleia plenária das organizações de Ourique e Santana da Serra - no CT de Ourique, com António João; às 19.00, no CT de Panóias, plenário das organizações de Conceição, Garvão, Panóias e Santa Luzia.

• **OVAR**
Sexta-feira, às 21.30, no CT, assembleia plenária da organização concelhia, com Vidal Pinto.

• **PAÇOS DE FERREIRA**
Sábado, às 15.00, assembleia da organização - na JF de Freamunde.

• **PALMELA**
Sexta, às 21.00, assembleia da freguesia da Marateca - em casa do camarada Manuel Correia. Sábado, às 16.00, assembleia da freguesia de Palmela; da freguesia do Poceirão - às 21.30, na Lagoa do Calve.

• **PAREDES**
Domingo, às 15.00, no CT assembleia de militantes do concelho; assembleia das organizações de Sobreira, Parada de Todela, Aguiar de Sousa e Recarei - às 21.30, na JF de Recarei.

• **PENAFIEL**
Sexta-feira, às 21.00, na JF de

Boelhe, assembleia de militantes de Boelhe para discussão dos documentos e eleição de delegados. Sábado, às 15.00, na JF de Rio Mau, assembleia de militantes de Rio Mau/Sebolido.

• **PINHEL**
Sábado, às 15.30, assembleia plenária dos concelhos de Pinhel, Almeida e Figueira de Castelo Rodrigo - no escritório do camarada António Martins, com a participação do camarada Armando Morais.

• **PONTE DE SOR**
Sábado, assembleias plenárias das organizações de Foros de Arrão - na Casa do Povo, às 16.00 - e de Montargil, às 20.30, na Casa do Povo de Montargil - ambas com Agostinho Lopes. Domingo, às 16.00, assembleia plenária da organização de Vale de Açor.

• **PORTALEGRE**
Amanhã, às 21.00, assembleia plenária da organização concelhia - no CT. Sábado, às 21.00, assembleia plenária da organização de Fortios - no CT local.

• **PORTIMÃO**
Sexta-feira, às 21.30, assembleia plenária para eleição de delegados.

• **PORTO**
Sexta-feira, no CT da Boavista: assembleia de militantes de Foz/Nevogilde às 21.30, com Jorge Sarabando, e da célula da CP, às 18.30, com José Timóteo. Sábado: assembleias das organizações dos Gráficos (às 15.00 no CT da Boavista, com Marques Lopes), Senhora da Hora (às 15.00 no CT da Sra. da Hora), de Efacede (às 10.00 no CT da Boavista), de Paranhos (às 15.00, no CT de Paranhos) e de Aldoar (às 15.00, no CT da Amora, assembleia conjunta das organizações: freguesia



Encontro de militantes do PCP de Sintra e Amadora com Álvaro Cunhal

DOMINGO - DIA 15 DE NOVEMBRO
NO AUDITÓRIO DA
CÂMARA MUNICIPAL
DA AMADORA
DAS 14.30 ÀS 18.00 HORAS

Rua Barão de S. Cosme, assembleia das freguesias ribeirinhas - Miragaia, Sé, S. Nicolau, Sto. Ildefonso, Vitória.

• **RÉGUA**
Sábado, às 15.30, na Esc. Secundária do Rodo, assembleia plenária concelhia, com a participação de Blaquiqui Teixeira.

• **RIO MAIOR**
Sábado, às 17.30, plenário para eleição de delegados.

• **SALVATERRA DE MAGOS**
Sábado, às 16.00, assembleia plenária da organização local para eleição de delegados.

• **SANTARÉM**
Sexta-feira, às 21.00, plenários das organizações de Pernes e de Alcanhões.

• **SANTIAGO DO CACÉM**
Sábado, às 15.00, no Pavilhão de Exposições, assembleia da organização de Santiago, Santa Cruz e S. Francisco.

• **SEIXAL**
Hoje, às 18.00, no CT da Arrentela, assembleia conjunta das células: CTT, TLP, ELO, Steffenen, A. Atlas, Monte Sião, C. Raimundo, A. Silva & Silva, Metal Baía, Indelma, Som & Poole. Sábado, às 15.00, no CT da Amora, assembleia conjunta das organizações: freguesia

de Amora, Eleitos e Trabalhadores da JF, célula do Centro de Formação, célula do Queimado & Pampulim; no CT do Seixal, às 15, das células: freguesia do Seixal, Eleitos e Trabalhadores da JF, Bombeiros, Wicander, Socarmar, Estaleiros Navais.

• **SERPA**
Sábado, às 21.00, plenário da organização de Vila Nova de S. Bento - na Cooperativa de Consumo de V.Nova de S. Bento; às 18.00, em A-dos-Pintos, plenário da organização local.

• **SESIMBRA**
Sexta-feira, às 21.30, no Espaço Cultural de Junta de Freguesia de Santiago, reunião com Amigos do Partido para discussão das Teses, com a participação de Augusto Flor. Sábado, às 21.00, na Biblioteca do Zambujal, assembleia plenária da organização da freguesia do Castelo.

• **SETÚBAL**
Hoje, às 21.00, no CT concelhio, assembleia das células da RN, EDP e CP. Sexta-feira, às 21.00, assembleia das organizações das freguesias de Pontes, Praias do Sado e Gâmbia; no CT, às 21.30, da organização de freguesia de S. Sebastião. Sábado, às 15.00: freguesia do Alto da Guerra; às 15.30, da freguesia de S. Lourenço; às

16.00, no CT concelhio, da organização do Sector Químico. Domingo, às 15, da freguesia do Faralhão.

• **SILVES**
Sábado, às 15.00, assembleia plenária para eleição de delegados. Domingo, às 15.00, assembleia plenária em Mesines, para eleição de delegados.

• **SINES**
Hoje, às 20.30, reunião da Comissão Local da Vila.

• **SINTRA**
Hoje, às 21.30, assembleia da freguesia de Colares para eleição de delegados, no CT de Colares (Mucifal). Amanhã, às 20.30, no CT de Queluz, plenário-convívio, com Joaquim Judas.

• **SOUSEL**
Sexta-feira, às 20.30, assembleia plenária da organização concelhia - no CT, com João Pinheiro; assembleia plenária da organização de Santo Amaro - na Casa do Povo de Santo Amaro. Domingo, às 20.30, assembleia plenária da organização de Cano - na Casa do Povo, com João Pinheiro.

• **TORRES NOVAS**
Sábado, às 21.30, assembleia plenária da organização concelhia, para debate dos

Maastricht em debate

Em Alcabideche, com João Amaral, deputado do PCP e suplente do CC, amanhã, a partir das 21 horas, no Salão do Montepio.

Em Valongo, na Junta de Freguesia, amanhã, a partir das 21.30, com Avelino Gonçalves, suplente do CC do PCP, e Vítor Ranita, deputado.

documentos para o Congresso e eleição de delegados, com Albano Nunes.

• **TORTOSENDO**
Sábado, às 15.00, no CT, assembleia plenária das organizações das freguesias de Barco, Corte do Meio, Coutada, Dominguis, Erada, Ferro, Peraboa, Paúl, Peso, Tortosendo, Unhais da Serra e Vales do Rio.

• **VALPAÇOS**
Sexta-feira, às 20.00, na Escola Preparatória, assembleia plenária concelhia, com participação de Vasco Paiva.

• **VENDAS NOVAS**
Sexta-feira, às 21.00, no CT, assembleia dos militantes da Marconi, Piçarras, Construção Civil e Câmara Municipal. Sábado, no CT: às 15.00, debate com

mulheres; às 21.00, assembleia de militantes das empresas do concelho, com Diamantino Dias.

• **VILA DO BISPO**
Hoje, às 21.30, assembleia plenária para eleição de delegados.

• **VILA FLOR**
Sexta-feira, às 21.00, na esc. Preparatória de Vila Flor, assembleia plenária das organizações concelhias de Vila Flor e Carrazeda de Ansiães, com Serafim Brás.

• **VILA FRANCA DE XIRA**
Hoje, às 21.00, assembleia plenária de militantes da Castanheira do Ribatejo - no CT.

• **VILA VIÇOSA**
Sexta-feira, às 21.00, no CT, assembleia concelhia de militantes, com Diamantino Dias; assembleia de militantes da

freguesia de Ben-catel - às 21.00.

• **UISEU**
Sábado, às 17.00, reunião de militantes do concelho de Armamar - na JF; assembleia plenária de Viseu, Satão, Vila Nova de Paiva - às 21.00, no CT, com Jorge Gouveia Monteiro.

Domingo: assembleia plenária dos concelhos de Lamego, Tarouca, Resende, Armamar, Moimenta da Beira, S. João da Pesqueira, Sernancelhe e Penedono - às 10.30, no CT de Lamego; assembleia plenária de Castro D'Aire e Cinfães, na casa da camarada Clotilde (Castro D'Aire) - às 15.00; assembleia plenária dos concelhos de Todela, Santa Comba Dão, Mortágua - no Caramulo, às 15.00, com Jorge Gouveia Monteiro.

Televisão

Quinta, 12



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Idelas
11.00 A Segunda Viagem
11.30 Notas para Si
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 Os Mestres da Animação
14.25 Ponto por Ponto
15.05 A Rapariga da 5ª Avenida (ver «Filmes na TV»)
16.40 Caderno Diário
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.45 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.25 Desenhos Animados
21.40 Simpsons
22.15 Notícias
22.10 O Fogo de Gabriel
23.15 Sexualidades
00.05 24 Horas
00.50 Remate
01.05 Uma Vida dos Diabos



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.50 A Última Fronteira
13.20 Cheers, Aquele Bar
13.45 Vira o Vídeo
14.10 TV2 Informação
14.15 Agora, Escolha! (Jerry Lewis Show/O Barco do Amor)
15.30 TV2 Informação
15.35 Euroritmias
16.30 Os Anos da Guerra
17.25 TV2 Informação
17.30 Chá das Cinco
18.30 Carrocel
18.50 TV2 Informação
18.55 Miami Vice
19.45 Magazine Literatura
20.25 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.40 Barriga de Aluguer
22.30 Estrela Negra (ver «Filmes na TV»)
00.55 Ópera: «A Ocasão Faz o Ladrão», de Rossini.



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.30 Batman
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Portador
21.35 Repórter da Meia-Noite
22.35 Conta Corrente
23.30 Deixem Correr o Sangue
24.00 Último Jornal

Sexta, 13



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Idelas
11.00 Flecha Negra
11.30 Agora é que São Elas
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.25 Gerações
13.55 O Árctico
14.25 Ponto por Ponto
14.55 D. Camilo na Rússia (ver «Filmes na TV»)
16.40 Caderno Diário
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Meu Bem, Meu Mal
21.35 Desenhos Animados
21.50 Marina, Marina
22.20 Alta Ansiedade (ver «Filmes na TV»)
24.00 24 Horas
00.45 Remate
01.05 Vingança dos Deuses Malditos (ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.50 A Última Fronteira
13.20 Cheers, Aquele Bar
13.45 Vira o Vídeo
14.10 TV2 Informação
14.15 Agora, Escolha! (Missão Impossível/MacGyver)
15.30 Euroritmias
16.20 TV2 Informação
16.30 Odisseia Animal

17.30 Chá das 5
18.30 Carrocel
18.50 TV2 Informação
18.55 Rotações
20.00 Talhados no Céu
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.30 Em Português nos Entendemos
23.40 Rio Grande (ver «Filmes na TV»)
01.20 Outras Músicas



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.30 Elvis
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.35 O Portador
21.35 Vingança de uma Mulher (ver «Filmes na TV»)
23.40 Cuidado com as Aparências
00.10 Os Amores de Lídia
01.05 Último Jornal

Sábado, 14



08.00 Canal Jovem
12.15 Luta Livre Americana
13.05 Parlamento
14.50 O Mundo Misterioso de A. Clark
14.15 Clube Disney
15.55 Garota! (ver «Filmes na TV»)
17.30 Feira de Música
17.05 Arca de Noé
18.45 Você Decide
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.05 Felicidade
22.20 Parabéns
23.30 Orquídea Selvagem (ver «Filmes na TV»)
01.20 Gangster à Solta (ver «Filmes na TV»)



08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.00 O Mandarim (ver «Filmes na TV»)
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 TV2 Desporto.
22.00 Jornal Nacional
22.30 Salomé
00.10 TV2 Informação
00.15 Força de Elite
01.00 Contradições

14.00 Sic Notícias
14.05 Aventuras dos T-Rex
14.35 Mundo Novo
15.00 A Flecha Quebrada (ver «Filmes na TV»)
16.40 MTV
17.30 Comando Relâmpago
18.00 Benny Hill
18.30 Sic Notícias
18.35 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Portador
21.35 Wrestling
22.05 Água na Boca
22.55 Duas Vidas, um Destino (ver «Filmes na TV»)
00.40 Último Jornal

Domingo, 15



08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 A Menina do Futuro
13.30 Top +
14.20 Olha que Dois
15.25 Beverly Hills 90210
16.10 O Clá do Urso das Cavernas (ver «Filmes na TV»)
17.35 Sons do Sol
18.25 Chefe mas Pouco
18.50 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Felicidade
22.25 Casa Cheia
23.00 Grande Área
00.20 Conversa Afiada



08.00 Desenhos Animados
08.30 Os Persuasores
09.00 Tudo Menos Isso
09.30 Regiões
10.30 Fórum Musical
11.30 Gente da Frente

13.00 Lugares de Colombo
13.30 Realce
14.00 Marés Vivas
15.00 TV2 Desporto
21.45 Palavra Puxa Palavra
22.30 Jornal Nacional
23.00 Maurice (ver «Filmes na TV»)
01.20 No Cumprimento do Dever



14.00 Sic Notícias
14.05 O Livro da Selva
14.35 Um Planeta, uma Família
15.05 A Amante (ver «Filmes na TV»)
16.35 MTV
18.00 Raven
18.30 Benny Hill
19.00 Encontros Imediatos
19.30 Girs e Piroas
20.00 Jornal da Noite
20.40 Cosby Show
21.05 Desaparecido em Combate II (ver «Filmes na TV»)
22.50 Segredos
23.45 Último Jornal

Segunda, 16



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Idelas
11.00 Chicos Espertos
11.30 Mulher
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 América Selvagem
14.25 Ponto por Ponto
15.05 Rapazes de Azul (ver «Filmes na TV»)
16.40 Caderno Diário
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.45 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Meu Bem, Meu Mal
21.40 Apanhados
22.15 Entre Famílias
23.25 Outras Guerras
00.10 24 Horas
01.05 Remate
01.20 Alice, Doce Alice (ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 A Última Fronteira
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.30 Euroritmias
16.00 Documentário: «Sub»
17.00 Chá das Cinco
18.30 Carrocel
18.55 Miami Vice
19.45 Cinemazine
20.15 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.40 Barriga de Aluguer
22.30 Fogo Cruzado
23.45 Ladrões de Carros (ver «Filmes na TV»)
00.55 Últimas notas: «Red, Hot & Dance»



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.35 Tracey Hulman Show
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Portador
21.35 Justiça Negra
22.30 Jogo da Verdade
23.30 A Família do Senador
24.00 Último Jornal

Terça, 17



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Idelas
11.00 A Verdadeira História de Spít McPhee
11.30 Mulher
12.05 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Futuro
14.25 Ponto por Ponto
15.00 Totó e a Doce Vida (ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Emille - As Filhas de

Caleb
18.40 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Meu Bem, Meu Mal (último episódio)
21.40 Isto S6 Vídeo
22.00 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
23.00 Repórteres
00.00 24 Horas
00.30 Remate
00.45 Eternos Novatos



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.45 A Última Fronteira
13.15 Cheers - Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.35 Agora, Escolha!
16.05 Documentário
17.20 Chá das 5
18.30 Carrocel
19.00 Miami Vice
19.45 Magazine - Ecologia
20.15 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.30 O Moinho do Rio P6 (ver «Filmes na TV»)
00.15 Arsenio Hall Show
01.15 Últimas Notas - «Miles Davis and Friends»



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.30 O Quinteto do Lado
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 De Corpo e Alma (telenovela - apresentação)
21.35 Nikita, Dura de Matar (ver «Filmes na TV»)
23.30 Placard Eletrónico
24.00 Último Jornal

Quarta, 18



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Idelas
11.00 Kelly
11.30 Mulher
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 Paragem no Tempo
14.25 Ponto por Ponto
15.30 O Regresso do Par Invisível (ver «Filmes na TV»)
17.05 Rua Sésamo
17.35 Brinca Brincando
18.00 Emille - As Filhas de Caleb
18.40 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.30 Desenhos Animados
20.35 Meu Bem, Meu Mal
21.40 Vamos Jogar no Totobola
21.55 Turista Acidental (ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.30 Sarilhos com Elas



09.00 Videotexto
11.30 Que Família
12.00 Infantil
12.30 A Última Fronteira
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.30 Euroritmias
17.00 Chá das Cinco
18.00 Carrocel
19.00 Miami Vice
19.30 Magazine - Arquitectura
20.15 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.40 Barriga de Aluguer
22.30 Carlos Cruz - Quarta-Feira
23.30 Artes e Letras - «Pomar»
00.30 As Portas do Inferno (ver «Filmes na TV»)
02.00 Pop-Off



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.30 Aventura
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 De Corpo e Alma
21.35 Crimes
22.00 O Príncipe de Bel Air
22.35 Batalhas Conjugais
23.30 O Passageiro Imprevisto
24.00 Último Jornal



Magustos e convívios

Olivais

No centro de trabalho do PCP, o convívio está agendado para o próximo sábado, pelas 15 horas. Contando com a presença de António Dias Lourenço, este magusto de S. Martinho vai ser também uma ocasião para debater Maastricht e suas implicações para a identidade e independência nacionais.

Tires

Boas castanhas e água-pé, com muita música africana pelo meio, é o que garante a organização da freguesia de S. Domingos de Rana do PCP para o magusto do próximo domingo. O convívio, a decorrer no centro de trabalho de Tires, está marcada para as 16 horas.

Alcabideche

Idêntica razões podem justificar uma deslocação a Alcabideche. Também aqui, o convívio está marcado para as 16 horas de domingo. É no centro de trabalho, sito na R. Marquês Angeja, nº 6.

Filmes na TV

A Rapariga da 5.ª Avenida
«Fifth Avenue Girl», (EUA/1939). Realização de Gregory La Cava. Interpretação de Ginger Rogers, Walter Connolly, Verree Teasdale, James Ellison, Tim Holt, Kathryn Adams, Franklin Pangborn. P/B, 80 minutos.

Trata-se de uma apropriação do velho tema da Gata Borralheira. Uma jovem conhece uma noite um triste milionário ao qual, através de um plano gizado pelos dois, presta uma preciosa ajuda na difícil tarefa de reconquistar as boas relações com a família. E é neste processo que a jovem se apaixona pelo filho do milionário. Uma comédia fraquinha na qual a própria Ginger Rogers surge sem convicção nem graça.

Quinta, 15.05, Canal 1

Estrela Negra
«Dark Star», (EUA/1974). Realização de John Carpenter. Interpretação de Bran Narelle, Dre Pahich, Cal Kuniholm, Dan O' Bannon. Cor, 80 minutos.

Começou por ser uma experiência universitária, com argumento escrito por Carpenter e O' Bannon e, depois, no aproveitamento de um orçamento reduzidíssimo, transformou-se na sua primeira grande-metragem e, não por acaso, no domínio da ficção científica já que ainda estava fresca a memória de «2001», de Kubrick, a partir do qual, aliás, indirecta e satiricamente, se inspira, ao contrário de «2010» (de Peter Hyams), transmitido na semana passada, e que é uma verdadeira continuação daquele. Neste filme

de Carpenter, quatro astronautas partem para o espaço com a missão de destruir planetas «instáveis» e experimentam incríveis aventuras e perigos. Um filme inédito entre nós que interessará descobrir para experimentar os primeiros passos do talentoso Carpenter e para, depois da fabulosa voz do computador Hal 9000, agora nos surpreendermos com as vozes femininas dos computadores de bordo desta nave espacial.

Quinta, 22.30, TV 2

D. Camilo na Rússia
«Il Compagno Don Camillo», (It./Fr./1965). Realização de Luigi Comencini. Interpretação de Fernandel, Gino Cervi, Saro Urzi, Graziella Lagranada, Leda Gloria, Marco Tulli, Gianni Garko. P/B, 95 minutos.

Sexto filme da série iniciada em 1951, desta vez é Luigi Comencini que põe em cena mais um episódio da cómica saga dos conhecidos Don Camilo, monsenhor católico, e Peppone, presidente da câmara comunista, com novas zangas e compromissos mais ou menos históricos. Neste episódio, o autarca pretende geminar a sua vila com uma vila soviética, pelo que ambos se vêem em deslocação conjunta até à URSS, onde Don Camilo vai fazer das suas.

Sexta, 14.55, Canal 1

Vingança de Uma Mulher
«Angel of Vengeance» / «Ms. 45», (EUA/1981). Realização de Abel Ferrara. Interpretação de Zoe Tamerlis, Steve Singer, Jack Thibau, Peter Yellen, Darlene Stuto. Cor, 84 minutos.



John Wayne e Maureen O' Hara em «Rio Grande», de John Ford

Uma história de terrível vingança, que de certa forma se tornou em «filme de culto» para os amantes do género, e em que uma pacata cidadã, duas vezes atacada e violada, decide transformar-se numa mulher fatal que atrai, pela calada, os homens que vai matando um após outro. As referências apontam a este filme influências de *Psico*, *Repulsa* ou *Carrie*.

Sexta, 21.35, SIC

Alta Ansiedade
«High Anxiety», (EUA/1977). Realização de Mel Brooks. Interpretação de Mel Brooks, Madelin Kahnn, Cloris Leachman, Harvey Korman, Ron Carey. Cor, 91 minutos.

É conhecida a tentação de Mel Brooks para, através do *pastiche*, gozar com filmes clássicos de grandes realizadores. Desta vez, quem está sob a sua mira humorística é Hitchcock e a história gira à volta de um louco psiquiatra que tem medo das alturas e, em certo momento, é atacado por um bando de pombos! Naturalmente com sequências hilariantes, sobretudo aquelas em que as citações ocorrem, é entretanto um filme irregular que deixa algo a desejar.

Sexta, 22.20, Canal 1

Rio Grande
«Rio Grande», (EUA/1950). Realização de John Ford. Interpretação de John Wayne, Maureen O' Hara, Ben Johnson, Claude Jarman, Jr., Harry Carey, Jr., Chill Wills. P/B, 105 minutos.

Numa semana em que progride uma inquietante degradação da programação cinematográfica da RTP, é evidentemente indispensável começar a salvá-la ao rever este grande filme de mestre John Ford. Trata-se de um *western*, mais uma vez adaptado de um romance de James Warner Bellah, que conta a história de um regimento de cavalaria que, em finais do século passado, procura defender-se dos ataques dos índios, perseguindo-os até próximo da fronteira com o México e, mesmo, para além dela. Entre os momentos mais marcantes do filme, destacam-se os dois combates do destacamento para recuperar e salvar um grupo de mulheres e crianças reféns dos índios - controversa e inevitavelmente apresentados como sanguinários assassinos - e

as sequências em que as peculiaridades sensibilidade e convicções do realizador se debruçam sobre as contradições entre a fidelidade à instituição militar e a preservação da instituição familiar.

Sexta, 23.40, TV 2

A Vingança dos Deuses Malditos
«Food of the Gods - II», (Can./1988). Realização de Damien Lee. Interpretação de Paul Coufos, Lisa Schrage, Real Andrews, Stuart Hughes, Karen Hines, Frank Pellegrino. Cor, 84 minutos.

É uma segunda edição de um filme de terror realizado 12 anos antes e explorando o mesmo filão. Aqui estamos mais uma vez por entre uma turba de bichos e animais, mutantes tenebrosos e gigantescos, com origem em experiências «científicas», e semeando o horror numa universidade. O costume...

Sexta, 01.05, Canal 1

O Mandarim
«The Mikado», (Gr.Br./1939). Realização de Victor Schertzinger. Interpretação de Kenny Baker, Martyn Green, Sydney Granville, John Barclay, George Stroud, Jean Collin. Cor, 90 minutos.

Adaptação ao cinema de uma das famosas operetas da dupla Gilbert & Sullivan que narra, por música, histórias de amor e morte na corte imperial japonesa. Leve, simpático e, por vezes, adaptado com algum brilhantismo.

Sábado, 12.00, TV 2

A Flecha Quebrada
«Broken Arrow», (EUA/1950). Realização de Delmer Daves. Interpretação de James Stewart, Jeff Chandler, Debra Paget, Will Gear, Jay Silverheels. Cor, 93 minutos.

Mais tarde dando origem a uma série de televisão, a história deste filme radica na estratégia desenvolvida no fim do século passado por um pioneiro do Oeste, ex-membro do exército dos EUA, para estabelecer um tratado de paz com Cochise, o chefe dos índios Apaches. Pela primeira vez, um filme que constitui um marco no cinema da época, em Hollywood,

já que, ao contrário de tantos outros desenvolvendo o mesmo tema (ver *Rio Grande*, esta semana) mostra uma clara compreensão e respeito pela identidade e direitos dos índios e traz a primeiro plano os esforços de paz e o respeito pelos compromissos, a contrariar radicalismos de sinal contrário. Sem o folgo ou o brilhantismo de alguns grandiosos monumentos do género, *A Flecha Quebrada* é um filme que mesmo assim ficou exemplar, com duas grandes interpretações de James Stewart e Jeff Chandler.

Sábado, 15.00, SIC

Garota!
«Hey Babe!», (Can./1983). Interpretação de Rafal Zielinski. Interpretação de Buddy Hackett, Yasmine Bleeth, Marushka Stankova, Vlasta Vrana. Cor, 97 minutos.

História atribulada de uma jovem de 12 anos que sonha em ser artista de *musichall* e é apoiada, nas suas ambições, por um velho profissional do género.

Sábado, 15.55, Canal 1

Duas Vidas, Um Destino
«How Many Miles To Babylon», (EUA/?). Realização de Moira Armstrong. Interpretação de Daniel-Day Lewis. Cor, 110 minutos.

Este é um telefilme em que o actor Daniel Day Lewis se estreou na televisão. Realizado com a tradicional rotina e profissionalismo das obras televisivas britânicas, conta a história das recordações da juventude de um oficial de infantaria inglês esperando, na cela de reclusão, o dia da sua execução.

Sábado, 22.55, SIC

Orquídea Selvagem
«Wild Orchid», (EUA/1989). Realização de Zalman King. Interpretação de Mickey Rourke, Jacqueline Bisset, Carré Otis, Assumpta Serna, Bruce Greenwood. Cor, 107 minutos.

Na esteira das receitas de *Nove Semanas e Meia*, eis mais um filme em que sobressai, pela negativa, o insuportável cabotinismo de Mickey Rourke, desta vez com Carré Otis e Jacqueline Bisset. O ambiente da «acção» é o Rio de Janeiro.

Sábado, 23.30, Canal 1

Gangsters à Solta
«Palais Royale», (Can./1988). Realização de Martin Lavut. Interpretação de Kim Cattrall, Matt Craven, Kim Coates, Dean Stockwell, Brian George, Michael Hogan. Cor, 88 minutos.

Uma «modelo» publicitária encontra-se ligada ao mundo do crime organizado e arrasta para ele um pacato contabilista que, irresistivelmente atraído por ela, se transforma num verdadeiro *gangster*. Um filme canadiano inspirado pelo cinema negro dos anos 50, agora transportado para a realidade urbana de Toronto. Completamente desconhecido entre nós.

Sábado, 01.20, Canal 1

A Amante
«Tuset Street», (1960). Realização de Luis Marquina. Interpretação de Sara Montiel.

Domingo, 15.00, SIC

O Clã dos Ursos das Cavernas
«The Clan of the Cave Bear», (EUA/1985). Realização de Michael Chapman. Interpretação de Daryl Hannah, Pamela Reed, James Remar, Thomas G. Waites, John Doolittle, Curtis Armstrong, Martin Doyle. Cor, 94 minutos.

Uma história fantástica que nos transporta aos tempos «exóticos»

das cavernas. Ou de como, uma jovem, saltando de uma tribo Cro-Magnon para uma tribo Neanderthal, é protagonista das primeiras manifestações de «feminismo» da história da Humanidade. Retrato da sociedade pré-histórica, adaptado de um romance do antropólogo Jean Auel, o filme (embora relativamente interessante na reprodução da expressão corporal das primeiras formas de linguagem, aliás, traduzidas através das legendas) queda-se entretanto por alguma monotonia e, em certos «grunhidos», por involuntário ridículo.

Domingo, 16.10, Canal 1

Desaparecido em Combate
«Missing in Action - II» / «The Beginning», (EUA/1985). Realização de Lance Hool. Interpretação de Chuck Norris, Steven Williams, Soon Tek Oh, Bennett Ohta, Cosie Costa. Cor, 96 minutos.

No filme da semana passada, o nosso «herói» regressava ao Vietname para libertar companheiros, prisioneiros de guerra. Agora, contam-se as aventuras da sua primeira fuga do campo de prisioneiros. Ou seja: à força de vender a ideia para tentar ultrapassar o complexo colectivo da derrota, o «argumento» desta continuação é situado cronologicamente antes do primeiro filme que lhe está na origem. Assim, o disparate continua... e Chuck Norris está igual a si próprio, quer dizer, igual a «0»!

Domingo, 21.05, SIC

Maurice
«Maurice», (Gr.Br./1987). Realização de James Ivory. Interpretação de James Wilby, Hugh Grant, Billie Whitelaw, Ben Kingsley, Judy Parfitt, Phoebe Nichols, Mark Tandy, Jelena Michell. Cor, 135 minutos.

Dois jovens estudantes ingleses, Maurice e Clive, conhecem-se em Cambridge e estabelecem uma forte relação amorosa que os aproxima e os confronta com o puritanismo e os rigores da direcção escolar, que expulsa um deles, Maurice. Encontrando-se anos depois, acabaram por separar-se de novo, agora porque Clive, tomando conhecimento de que um seu amigo fora preso por acusação de homossexualidade, comunica ao seu amante a intenção de casar. Segundo de uma série de três filmes adaptados por James Ivory de romances de E. M. Forster (a que vêm acrescentar-se o imediatamente anterior, *Quarto Com Vista Para a Cidade*, e o mais recente, *Regresso a Howard's End*), trata-se de mais uma sensível e notável incursão do realizador norte-americano na análise e reconstituição da conservadora sociedade britânica do princípio do século.

Domingo, 23.00, TV 2

Rapazes de Azul
«The Boys in Blue», (Gr.Br./1983). Realização de Val Guest. Interpretação de Bobby Ball, Tommy Cannon, Suzanne Danielle, Roy Kinnear, Eric Sykes. Cor, 91 minutos.

É a «crença natural» do cinema britânico para, ciclicamente, regressar aos tempos inglorios das comédias mais primárias e idiotas. Neste infeliz arremedo, temos as peripécias de um polícia da província correndo atrás de ladrões de obras de arte. A vários níveis, é a inépcia total.

Segunda, 14.55, Canal 1

Ladrões de Carros
«No Man's Land», (Fr./Suíça/1985). Realização de Alain Tanner. Interpretação de Hughes Quester, Myriam Mezieres, Jean-Philippe Ecoffey, Betty Berr, Marie-Luce Felber. Cor, 110 minutos.

Um interessante filme do mais celebrado cineasta suíço da actual-

Fotografia
V. Golovnya
Intérpretes
V. Baranovskaya
N. Batalov

Realização
V. Pudovkin

A MÃE

SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:
crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

lidade: na «zona de ninguém» que constitui uma localidade situada na fronteira entre a França e a Suíça, traficam-se e contrabandeam-se mercadorias, géneros e pessoas. É a imagem idílica de um país, para onde também se traficam capitais provenientes de «lavagens do dinheiro» e outras operações financeiras ilícitas, que o realizador, com ironia, amargura e melancolia, mais uma vez trata de destruir e focar com rigor.

Segunda, 23.30, TV 2

Alice, Doce Alice

«Alice, Sweet Alice» / «Holy Terror», (EUA/1976). Realização de Alfred Sole. Interpretação de Brooke Shields, Tom Signorelli, Louisa Horton, Paula Sheppard, Mildred Clinton. cor, 96 minutos.

Numa primeira leitura, é a história de uma investigação policial sobre os horribéis crimes alegadamente cometidos por uma jovem de 12 anos nas pessoas da sua irmã, dos seus pais, da sua tia. Mas as referências apontam-lhe, como principal interesse, a denúncia das condições sociais que terão levado aos trágicos eventos, o que convirá confirmar. Auspiciosa estreia no cinema de Brook Shields.

Segunda, 01.20, Canal 1

Tótó e a Doce Vida

«Totto Peppino e La Dolce Vita», (It./1960). Interpretação de Tótó.

Mais uma comédia com o impagável cómico italiano, nem sempre servido da melhor maneira (como é o caso) pelas histórias dos filmes ou pela sua realização.

Terça, 15.00, Canal 1

Nikita, Dura de Matar

«Nikita», (Fr./1990). Realização de Luc Besson. Interpretação de Anne Parillaud, Jean-Hughes Anglade, Jeanne Moreau, Jean Bouise, Tcheky Karyo. Cor, 117 minutos.

Bastante apreciado pelo público, na sua estreia, mas fortemente contestado pela crítica, este filme de Luc Besson, construído segundo a estética da «banda desenhada», conta a história de uma violenta toxicod dependente de que os serviços secretos se servem para a transformar em implacável e terrorista exterminadora. Anne Parillaud, a actriz principal, conquistou o César (correspondente ao Oscar para o cinema francês) de 1990.

Terça, 21.35, SIC



O bandido seduzido pela bela mulher, numa das versões do crime em «Rashomon», de Kurosawa

O Moinho do Rio Pó

«Il Mulino del Po», (It./1949). Realização de Alberto Lattuada.

Terça, 22.30, TV 2

O Regresso do Par Invisível

«Topper Returns», (EUA/1941). Realização de

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Sombras e Nevoeiro	★★★★	★★★★	★★★★
B Imperdoável	★★★★	★★★★	—
C O Festim Nu	★★★★	★★★	—
D Jogos de Poder	★★	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Woody Allen — King Triplex/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Clint Eastwood — Alfa/Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) Lisboa.
- C — Real. Real. David Gronenberg — Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Phillip Noyce — Alfa/4 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00), Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), São Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.

Roy Del Ruth. Interpretação de Joan Blondell, Roland Young, Carole Landis, Billie Burke, Dennis O' Keefe. P/B, 88 minutos.

Comédia pertencente a uma série de quatro iniciada nos anos 30, e girando à volta de irresistíveis fantasmas, este último filme (que é um dos mais hilariantes e conseguidos da série) vem encontrar Topper ajudando uma mulher a investigar e a descobrir o seu próprio assassínio.

Quarta, 15.30, Canal 1

O Turista Acidental

«The Accidental Tourist», (EUA/1988). Realização de Lawrence Kasdan. Interpretação de William Hurt, Kathleen Turner, Geena Davis, Amy Wright, Bill Pullman. Cor, 121 minutos.

Um tímido autor de guias turísticos, atormentado pela morte de um filho de doze anos e pelo abandono da mulher, decide viver sozinho com o seu não menos neurótico cão, após uma experiência frustrante em casa dos seus irmãos. É então que encontra uma jovem excêntrica, treinadora de cães, que dá uma completa reviravolta na sua vida, a tal ponto que, regressada a mulher, ele lhe declara ser impossível voltarem a viver juntos. Uma comédia engenhosa e sensível, encenada com mão de autor por Kasdan e fazendo lembrar os grandes clássicos do género, e em que, mais ainda do que William Hurt e Kathleen Turner, já reconhecidamente consagrados, a grande surpresa é uma jovem e espantosa actriz - Geena Davis. A não perder.

Quarta, 21.55, Canal 1

veio chamar a atenção do público, da crítica e dos cineastas ocidentais para o cinema japonês e um dos seus maiores criadores. Repartida pelos relatos de um bandido, de uma bela mulher e do seu marido, a estranha história de um rapto e violação que envolve estas três personagens é vista de três ângulos diferentes, correspondentes a cada um daqueles relatos. Um filme de intenso erotismo e cuidada encenação, um poderoso estudo sobre a verdade e a natureza humana, que alcançou o Leão de Ouro em Veneza e o Oscar da

Academia, ambos para o Melhor Filme Estrangeiro. Apenas terceira ou quarta oportunidade na semana (em vinte e seis!) para ligar o televisor e ver bom cinema, um filme a não perder.

Quarta, 00.30, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Junta de Freguesia de Benfca, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: O VERDADEIRO OESTE, de Sam Shepard, enc. António Feio.

CASA DA JUVENTUDE DE CACILHAS

Rua Trindade Coelho, 3, Cacilhas, tel. 2740757. 5ª, 6ª e sáb. às 22.00 (até fins de Nov.): O DIA EM QUE TODAS AS PÚTAS FORAM JOGAR TENIS, de Arthur Kopit, enc. de Luzia Paramés.

COMUNA

Praça de Espanha, Tel. 7271818 e 2752175. De 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: EDUARDO II, de Christopher Marlowe, enc. de João Mota.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. Sextas e sábados, às 21.30 (até 21 de Nov.): O CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA, pelo grupo de teatro Intervalo.

PALCO ORIENTAL

Calç. Dq. Lafões, 78. Tel. 8586997. 6ª, sáb. e dom. às 22.00: MACBETH, de Shakespeare, enc. de Pedro Wilson.

RITZ CLUB

Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: A CANTORA CARECA, de Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

TEATRO-CIRCO

Braga. Tel 29423. 3ª a dom. às 21.30: A GUIA, de Botho Strauss, enc. de Rui Madeira, pela Companhia de Teatro de Braga.

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Rua Tenente Raul Cascais, 1. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: APANHADOS NO DIVÃ, de Joe Orton, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia (até 15 Nov.).

TEATRO DA MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. também às 16.00: ONDE ESTÁ A MÚSICA?, de Costa Ferreira, enc. de Rui Mendes.

TEATRO MARIA MATOS

Av. Frei Miguel Contreiras, 52. Tel. 8497017. Sáb. (7) às 16.30, dom. (8) às 11.00: PIQUENIQUE NA FLORESTA, texto e enc. de Fernando Gomes, pelo Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. D. QUIXOTE, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO O BANDO

Rua de S.º António à Estrela, 60. Tel. 3953289/90. Diariamente às 21.45 (até 20 de Nov., descanso dia 9): KI FAIXI-MU NOI KUI, pelo Teatro Meridional.

TEATRO S. LUIZ

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sáb. às 19.00 e 22.30, dom. às 16.30, 2ª às 21.30: A ARTE DA COMÉDIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas. - 6ª às 21.30: NÁPOLES MILIONÁRIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (produções da Companhia Teatral do Chiado).

TEATRO DO SÉCULO

Rua do Século, 41. Tel. 828294. De 2ª a 5ª às 22.00, 6ª e sáb. às 19.00 e 22.30: MEDEIA É BOM RAPAZ, de Luís Rianza, enc. Fernanda Lapa, com João Grosso e Rogério Samora.

TEATRO DA TRINDADE

Sala Estúdio, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: UM SABOR A MEL, de Shelag Delaney, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo (até 15 Nov.).

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
6	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
7	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
8	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
9	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
10	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
11	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
12	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
13	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

HORIZONTAIS: 1 - Dois planetas do nosso sistema; 2 - letra grega; enfadaria; forma reduzida de rapaz; 3 - estás; trajara; lado do navio voltado para o vento; 4 - procedi; costume; enguia; regressa; 5 - engenho de tirar água; transpira; empregava habitualmente; 6 - descursarei; suportar; 7 - observar; volta; 8 - estampilharia; bateis; 9 - arremesso; rio da Suíça; moeda da África do Sul; 10 - cabelos brancos; meias sardas; qualquer; sofrimento; 11 - art.; apaixonado da Julieta; sem companhia; 12 - nota musical; amontoava; pref. neg.; 13 - chama; doídice (fig.).

VERTICAIS: 1 - Cortês; sacão; 2 - pequena gratificação de serviço; 3 - terreno onde se secam e desgranam os cereais; macio; 4 - batráquios; equipar; cloreto de sódio; 5 - Prata (simb.); os que costumam fazer alguma coisa; aqui; 6 - antigos navios; furor; jarro (planta); 7 - são os do ofício; perfume; 8 - basta; antiga cidade da Caldeia; Cálcio (simb.); mulo; 9 - a mãe de Jesus; viola; 10 - lavar; suspiros; mula; 11 - graceja; em tempos passados; nome de letra; 12 - semelhante; ressumava; vai para fora; 13 - vila que tem um belo pão-de-ló; caminho; 14 - fugido; 15 - lugar plantado de palmeiras; guarda-nocturno em Espanha.

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Kremlim; Trianon; 2 - aula; rogou; sapo; 3 - nio; patadas; Set; 4 - TV; Pã; ola; a.C.; Ra.; 5 - amiga; abusa; 6 - asilara; onerara; 7 - lar; lês; Dão; 8 - cá; Rás; nós; ee; 9 - ode; sem; bar; ali; 10 - bola; reses; onix; 11 - arilo; daí; acedi; 12 - cãs; acirram; Lia; 13 - amas; arear; leal.

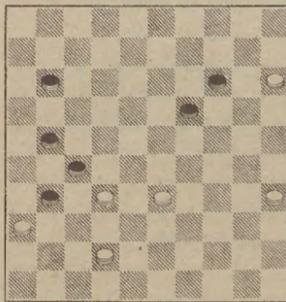
VERTICAIS: 1 - Kant; Alcobaca; 2 - ruivas; adoram; 3 - elo; mil; Elisa; 4 - má; pilar; al; 5 - pagaras; oa; 6 - irá; ar; ser; Ca.; 7 - moto; al; medir; 8 - galé; eu; sare; 9 - toda; os; beira; 10 - rua; an; nas; ar; 11 - sabedor; Am.; 12 - ás; curas; oc; 13 - nas; são; anele; 14 - opera; elidia; 15 - nota; Ameixial.

DAMAS

CCCLXXXI
12 de Novembro de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992X091

Por: WILLIAM A. SHINKMAN
Deutsche Schachzeitung, SET 1893

Pr.: [2]: Ph4 - Rg1
Br.: [5]: P62-Cs.e1, g4 - Ba8 - R63



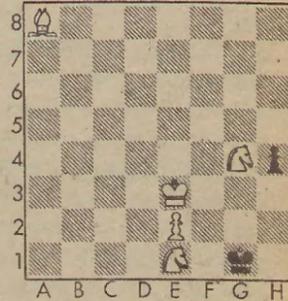
Mate em 4 lances

XADREZ

CCCLXXXI
12 de Novembro de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992D091

Por: MAURICE NICOLAS
La Marseillaise, 22.VIII.1964

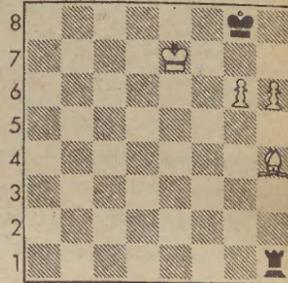
Pr.: [6]: 11-14-19-21-27-31
Br.: [6]: 15-32-33-35-36-42



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D092
Por: RENÉ FOURGOU
1.º Prémio Concurso Devauchelle, L'Effort, 111-1960

Pr.: [8]: 16-21-22-23-30-31-35-(46)
Br.: [9]: 25-33-34-38-39-42-45-48-50



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXXI
N.º 1992D091 [M. N.]: 1. 33-29 (27x47=D); 2. 36x7, (47x24*); 3. 7-21=D, (14-20*); 4. 35-30, (24x35); 5. 15x13, (35x8); 6. 2x35+

N.º 1992D092 [R. F.]: 1. 38-32, (46x28); 2. 33-29, (28x44); 3. 29x36, (30x39); 4. 45-40!, (44-49*); 5. 36-31!, (35x44); 6. 31-27, (21x32); 7. 42-38, (32x43); 8. 25-20 e 9. 20-14 e 10. 14-9 e 11. 9-3=D, (32-37); 12. 48-42, (37x48=D); 13. 3-26!+

Tempo

Períodos de chuva fraca nas regiões do Norte onde ocorrerão neblinas ou nevoeiros matinais e vento fraco a moderado. Nas regiões do Centro e Sul, o céu estará pouco nublado, por vezes encoberto, podendo ocorrer períodos de chuva fraca.



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

O circo do horror

Seis pessoas, entre as quais duas crianças de tenra idade, estão a dormir desde sábado passado à porta do tribunal do Funchal; viviam em buracos de rocha, onde desabavam pedras e as ratazanas atacavam as crianças, e procuram com este acto desesperado que alguém lhes atribua uma casa de renda social, que se afirmam capazes de pagar.

Contavam ser notícia, e foram-no: a história correu ecrãs e páginas de jornal, as câmaras de televisão vasculharam com avidez os pormenores da miséria e até os microfones se abriram para lhes registar as queixas. Todavia, continuam sem tecto e uma semana depois até já deixaram de ser notícia. O Governo de João Jardim - ainda há dias tão generoso em promessas que lhe repetissem a maioria - mantém um sábio silêncio sobre o assunto, que há-de culminar com a remoção policial dos indesejáveis para um descampado mais discreto. Estes infelizes madeirenses (apenas seis, entre milhares...) apostaram na indignação pública e perderam - como, aliás, muitos outros portugueses que antes deles têm tentado sair do desespero com a exposição da miséria. Iludiram-se, igualmente, com a força mobilizadora da Comunicação Social, tão eficaz, por exemplo, no apoio aos desalojados bósnios, mas, pelos vistos, incapaz de gerar solidariedades nacionais.

Todavia não se pode acusar a Comunicação Social e, sobretudo, as diversas televisões que aí temos, de não se empenharem em mostrar as misérias portuguesas. Se pecado houver, será pelos excessos cometidos nesta nova moda informativa.

Na verdade, nunca a desgraça alheia nos entrou olhos e casas dentro como nestes últimos tempos de despiques televisivos e jogos de monopólio informativo. Num dia há dentistas com SIDA, no outro rugas e tiros, de manhã temos desalojados das furnas e ratazanas assassinas, à noite servem-nos drogados a arrumar carros para sustentar o vício - o sangue, a agressão, a morte, a fome, o desespero, o medo, a revolta, são arrancados dos esconchos da sociedade ou das ruas que todos trilham, para nos serem apresentados indiscriminadamente, numa vertigem de horror que de repente nos cerca sem que houvésemos dado por isso.

A miséria, se longínqua, pode comover. Quando bate à porta e parece alastrar por todo lado, aí assusta, retrai e, pior que tudo, gera as indiferenças com que se tece a mesquinhez e a cobardia. Daí que uma aparente competência informativa - como este súbito empenho em mostrar as pústulas sociais - possa degenerar numa outra perversidade - a do medo e do egoísmo artificialmente inoculados nos cidadãos. Daí, os seis desalojados da Madeira se haverem equivocado, ao esperar que da exposição da sua miséria resultasse a solução indignada do problema.

Entretanto, se querem mostrar as misérias do País, por que não visitam as famílias desempregadas que por aí sofrem aos milhares, por que não seguem o rasto das dezenas de milhares de portugueses cujas empresas faliram, por que não averiguam a desertificação que alastra nos campos, por que não fazem um levantamento circunstanciado da situação de milhões de reformados a sobreviver em miserável anonimato? Por que esta opção sistemática pelos "casos" terminais, pela marginalidade assumida, pela degradação completa, à mistura com o desespero extremado de infelizes como os das furnas?

Por que assustam as pessoas com a repugnância das pústulas e não as esclarecem sobre as origens da doença?

Por que não mostram as mazelas sociais que por aí proliferam, como o desemprego, os baixos salários e a exploração desenfreada, geradores de todas as misérias, e se empenham em montar um circo de horrores servido a um País inteiro?

Talvez porque se a miséria assusta as pessoas... o conhecimento da sua origem revolta-as.

HC

Homenagem a Timor

A luta do martirizado povo maubere, no exacto dia em que passa um ano sobre o massacre no cemitério de Santa Cruz, vai ser objecto de homenagem na Assembleia da República. Pela sua parte, a formação comunista apresentará hoje um voto onde se acusa a ditadura de Suharto de violar a Carta das Nações Unidas, ao insistir na anexação de Timor-Leste, considerando-o território da Indonésia.

Tendo como primeiro subscritor o deputado Miguel Urbano Rodrigues, o texto do voto chama a atenção para a contradição antagónica existente entre a posição de Jacarta relativamente a Timor e as declarações de respeito pelos direitos dos povos proferidas pelo presidente Suharto na recente Cimeira dos Não Alinhados.

Depois de prestar homenagem "à memória das vítimas do massacre" de há um ano, o voto reafirma a intenção da

Assembleia da República prosseguir esforços "para o pleno reconhecimento dos inalienáveis direitos do povo de Timor-Leste".

Depois de uma vigília na noite de ontem na Capela dos Descobrimentos, em Lisboa, um grupo de cidadãos timorenses, com o apoio de organizações de solidariedade portuguesas, promove hoje, por ocasião da passagem do primeiro aniversário do massacre ocorrido em Díli, um conjunto de iniciativas que culminará logo à noite com o lançamento ao rio Tejo de flores «em memória dos que tombaram e em saudação aos que continuam o combate», na expressão utilizada pelas personalidades que assinam a convocatória para esta iniciativa.

Antes terá lugar numa igreja dos Jerónimos às 18 horas uma celebração religiosa presidida pelo bispo auxiliar de Lisboa, D. Horácio Cristino.

Contra as propinas e o contrato social

A realização de um referendo hoje e amanhã no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa sobre a questão das propinas e o chamado contrato social proposto pelo Governo e as reuniões gerais de alunos nas Faculdades de Letras e Economia da Universidade do Porto da passada terça-feira culminaram uma quinzena de intensa actividade estudantil de luta contra o aumento das propostas que o Governo pretende impor no Ensino Superior.

Um referendo aos estudantes da Faculdade de Engenharia do Porto, a 29 de Outubro, iniciou essa quinzena com os alunos a pronunciarem-se contra o aumento das propinas. Na segunda-feira seguinte reúne o Senado da Universidade do Minho, enquanto os estudantes fazem greve, promovendo manifestações e invadem a Associação Académica. No mesmo dia numa reunião geral de alunos (RGA) na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa é decidida a realização de um referendo sobre o aumento de propinas e o contrato social proposto pelo Governo, cujo resultado, divulgado sexta-feira passada, deram uma esmagadora maioria de votos contra as propostas do Ministério de Couto dos Santos.

No dia três de Novembro terminou uma greve de vários dias na Universidade de Aveiro enquanto uma nova RGA realizada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto pronuncia-se contra o contrato social.

Na última quinta-feira os alunos da Faculdade de

Letras de Lisboa decidem efectuar uma greve de quatro dias às aulas enquanto os alunos da Faculdade de Direito, em outra RGA, pronunciaram-se contra o contrato social. No dia anterior os alunos do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro discutem todo este processo de luta estudantil.

Também na quinta-feira passada, centenas de estudantes da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro participam numa vigília frente ao local onde decorre a reunião do Senado que deveria decidir sobre o montante de propinas a aplicar naquela Universidade e uma auscultação efectuada aos estudantes do Instituto Superior Técnico regista 78 por cento de votos contra o contrato social.

(Sobre propinas e contrato social ver texto sobre comunicação da Direcção Central do Ensino Superior da JCP publicado na página nove desta edição do «Avante!».)

Depois às 19 horas os participantes concentram-se na Praça do Império às 19 horas, a que se segue um desfile até ao Padrão dos Descobrimentos onde decorrerá uma cerimónia constituída pela leitura do poema de Rui Cinatty e pela leitura de uma «Mensagem de um ex-guerrilheiro aos heróis vivos e mortos de Timor-Leste».

No texto da convocatória para esta manifestação, afirma-se que o dia 12 de Novembro «representa apenas um dos muitos massa-

cras que ocorreram em Timor-Leste desde o sete de Dezembro de 1975, data da invasão indonésia do território, com a diferença fundamental de que este foi testemunhado por jornalistas e observadores ocidentais. É imperioso não esquecer o significado daqueles sangrentos acontecimentos».

Uma vigília de solidariedade com o povo timorense é promovida pela JCP e JS de Cascais, no Paredão do Peixe, junto à Câmara Municipal, a partir das 21 e 30.

Saudação ao MPLA

Ao Presidente José Eduardo dos Santos
Ao Comité Central do MPLA

Caros Camaradas,

Na passagem do 17.º Aniversário da independência de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o CC do MPLA, o seu Presidente José Eduardo dos Santos e todo o povo angolano.

Nesta significativa data para o povo da República Popular de Angola e para o continente africano, os comunistas portugueses expressam a sua activa solidariedade ao MPLA e ao povo angolano que enfrentam tentativas militares da Unita para subverter os resultados eleitorais (universalmente reconhecidos como isentos) e perigosas intrigas internacionais. O PCP considera que é fundamental respeitar os resultados eleitorais e os Acordos de Bicesse, a fim de garantir a paz em Angola.

Fazemos votos para que o MPLA, a força que conduziu o povo angolano à conquista da independência e na edificação de um novo país independente e progressista, possa, à frente do Estado angolano, dirigir com êxito as tarefas governativas de reconstrução nacional e defender a integridade e soberania da sua pátria.

Renovamos a nossa vontade de continuar a agir para que entre o PCP e o MPLA se reforcem os laços históricos que os unem.

O Comité Central do
Partido Comunista Português

Jornada de propaganda

Uma jornada de propaganda, inserida na preparação do 14º Congresso do PCP, está a decorrer em todo o país até ao próximo dia 15.

A iniciativa, lançada no passado sábado, compreende a distribuição de um jornal que salienta os aspectos mais gravosos da política social do Governo, analisa o Orçamento do Estado para 1993 e aborda a preparação do 14º Congresso.

Até ao próximo domingo prosseguirão as colagens do cartaz editado, serão colocados pendões e distribuídos materiais à porta de empresas, mercados e outros locais.



Democracia
e Socialismo
o Futuro
de Portugal

ALMADA - 4.5.6 DEZEMBRO - 1992

Gabinete de Imprensa do PCP

Remodelação do Governo

As mudanças anunciadas segunda-feira passada na constituição do Governo do primeiro-ministro Cavaco Silva, motivaram um comentário do Gabinete de Imprensa do PCP que transcrevemos:

«1. Na remodelação governamental hoje anunciada, chama a atenção o afastamento de secretários de Estado que se tinham tornado especialmente incómodos pelo descontentamento que provocaram na área da sua intervenção.

Neste sentido, pode considerar-se que as substituições correspondem a exigências feitas desde há muito por largos sectores políticos e sociais.

«2. Estas substituições não podem iludir as responsabilidades directas do Primeiro-ministro, das quais este se procura descartar, fazendo dos substituídos bodes expiatórios.

«3. Entretanto, a remodelação do Governo agora efectuada, não resolve a questão de fundo que é a de continuar em funções um Governo que agrava os principais problemas do País, agudiza as condições sociais, prossegue o desfiguramento do regime democrático.»

9.11.92

O Gabinete de Imprensa do PCP